

**RACHAS QUE PARALISAM O PDS BAIANO
NOSSA ESQUERDA DEBATE O SOCIALISMO**

MOVIMENTO

**Entre
o primeiro
e o segundo
julgamentos
de "Doca" Street
no ano de 80
só em São Paulo**



772 MULHERES ASSASSINADAS «POR AMOR»

páginas 14 e 15

**O "FILHO"
E A "MISS"**

**Mato Grosso: a farra
do casamento oficial**

página 6

**POLÔNIA
EM CRISE**

**Agravam-se as tensões
por todos os lados**

páginas 8 e 9

**GABEIRA X
SCHILLING**

**Tema da contenda:
a "política do corpo"**

página 17

**O QUE É
O AMOR?**

**Um debate incomum, no
Congresso dos Jovens**

páginas 16 e 17

Mais um fracasso da liberalização sob controle do regime

Há poucos dias ainda aturdido pela derrota no seu projeto de sublegendas nas eleições para governador, o governo anunciara que a nova "Lei Falcão" — promessa de liberalização das regras da propaganda eleitoral pela tevê e rádio — demoraria para chegar ao Congresso. No final da semana passada, o regime militar deu novo passo adiante nas manobras que vem fazendo há tempos para pôr de lado o seu próprio projeto de abertura política. Após conversações da cúpula do PDS com Leitão de Abreu e uma reunião deste com o Ministro do Exército foi anunciada a retirada do Congresso dos projetos de lei que amainariam as inelegibilidades atuais e as condições de domicílio eleitoral. Com isso fica suspensa a decisão oficial de patrocinar o direito de homens como Miguel Arraes, Brizola, Lula, Prestes, Valdir Pires, Aldo Arantes e outros concorrem às próximas eleições — entre outras providências.

A decisão revela um dos aspectos inquietantes da conjuntura presente. Como se recorda, as sublegendas, a redução das inelegibilidades e das restrições à propaganda política faziam parte do pacote de reformas eleitorais que a direção do PDS propusera ao Palácio do Planalto após demoradas consultas às bases parlamentares do regime. Posteriormente, soube-se que o pacote eleitoral provocou graves divergências entre os grupos em luta pelo poder dentro do Palácio do Planalto. Com diferentes avaliações quanto ao quadro eleitoral e à tática adotar diante da oposição ao regime, o general Golbery e o gen. Medeiros, representantes de duas facções diferentes, se desentenderam de tal modo que Golbery acabou saindo do Planalto.

A derrota do projeto das sublegendas foi, ao que tudo indica agora, o último estertor do plano partidário e eleitoral concebido sob o comando do general Golbery. Inicialmente ele incluía a permissão de existirem, com favores oficiais, dois partidos de apoio ao regime, sendo um deles o da "oposição confiável" para o qual o governo poderia ser passado sem traumas. Derrotado nessa idéia, Golbery passou a apoiar o projeto das sublegendas sob as quais firmaria provisoriamente **partidinhos** que abrigariam as diferentes oligarquias pró-regime nos Estados. A derrota da tese dos dois partidos de apoio e posteriormente a da sublegenda revelam, desta forma, a incapacidade de o regime ampliar suas bases de sustentação política, de atrair partidos e de abrigar correntes com um mínimo de liberdade.

Com a retirada do projeto das inelegibilidades que mantém o impedi-

mento da eleição dos ex-cassados, dos punidos e processados por leis de exceção e com a recusa de enviar ao congresso a proposta da abertura do rádio e tevê à propaganda eleitoral gratuita o núcleo do poder mostra suas intenções: ameaça a oposição e quer conter seus próprios planos de abertura.

A oposição deve estar atenta a esses movimentos da ditadura militar. Se é verdade que ela está enfraquecida e inclusive com sérios problemas no comando — que explicam em parte seu recuo no processo de expulsão dos padres franceses — e que pode ser derrotada, não é menos verdade que seu apetite pelo poder parece crescer com cada nova derrota.

(Raimundo Rodrigues Pereira)

MULHERES

Doca Street e a maioria obscura

O julgamento e condenação do gigolô "Doca" Street, ocorrido esta semana em Cabo Frio (RJ) representa, sem dúvida, uma vitória do movimento feminista.

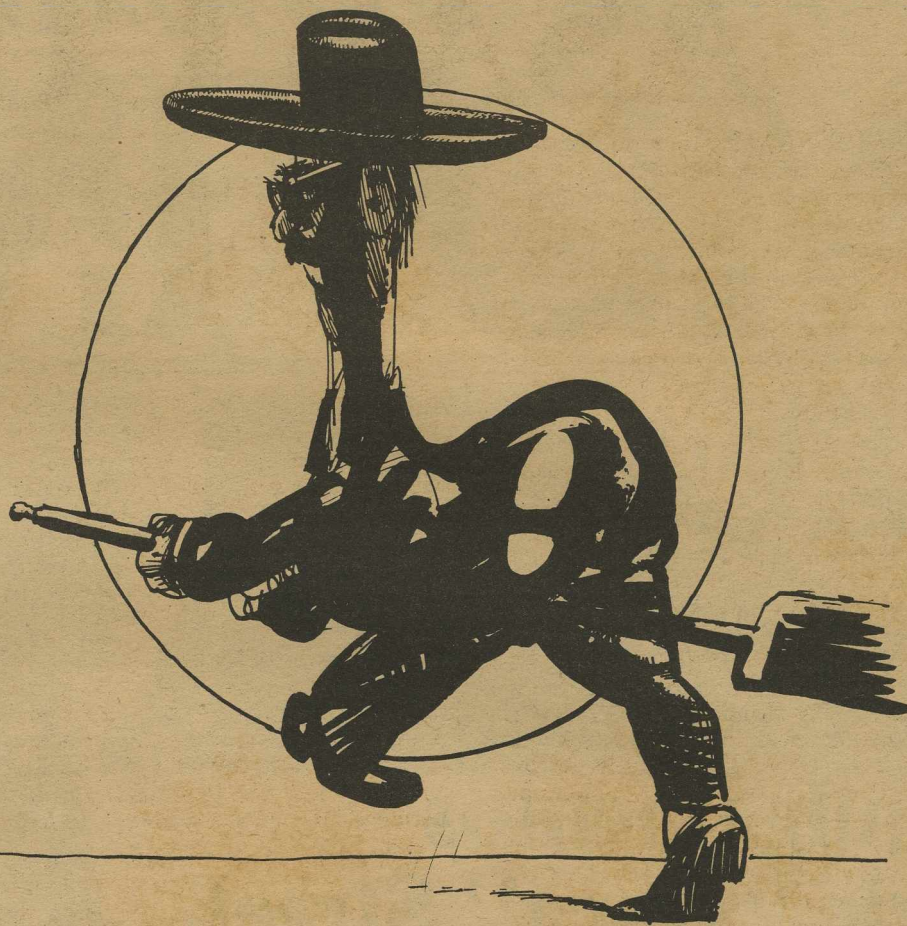
Entretanto, são raros os casos de mulheres assassinadas que têm a divulgação que o de Angela Diniz teve. Levantamentos feitos em São Paulo e Recife mostram que a imensa maioria dos casos de mulheres mortas por seus companheiros não são sequer mencionados na imprensa, permanecendo no limbo dos homicídios obscuros. (Veja matérias nas páginas 14 e 15).

ERRATA

Na edição da semana passada, na matéria "Salvo pelo gongo", saiu incompleta uma frase do deputado Roberto Freire. (PMDB-PE) A frase completa é: "Segundo Roberto Freire, nas duas últimas semanas ficou demonstrado que começa a existir o embrião de um poder democrático, que, evidentemente, está longe de ser o da classe operária, mas que, de qualquer maneira, já é positivo".

A matéria sobre o congresso de jovens de Florianópolis, publicada na edição passada de **Movimento** (páginas 17 e 18) saiu com dois erros: 1) no box da matéria está dito erradamente que o espaço editorial dedicado ao bispo nas publicações cristãs é de 6%; o certo, no entanto, é que esse espaço é de 60%; 2) o título correto do painel sobre perfil da juventude é "Perfil da Juventude (Conforme os Jovens)" e não como foi publicado no final da última coluna da página 17.

Chico



O PMDB não crê em bruxas, 'pero' ... as encaminha ao PTB

PAGUE MOVIMENTO!

Movimento conseguiu superar temporariamente sua última crise graças ao apoio de seus leitores, acionistas e amigos. Mas essa ajuda veio em grande parte sob a forma de promissórias...

Movimento tem hoje cerca de 3 milhões de cruzeiros imobilizados em promissórias, mas precisa de dinheiro vivo para pagar gráfica, papel e funcionários. É uma necessidade **URGENTE**. **Movimento** é um jornal pequeno e não se pode dar ao luxo de ter um departamento de cobranças. Por tanto, precisamos que assinantes e acionistas cobrem de si mesmo o pagamento de promissórias vencidas e, se possível, adiantem o pagamento das que ainda vão vencer. A crise de liquidez de **Movimento** é grave. Envie seu pagamento diretamente à sede de Edição S/A Editora de Livros, Jornais e Revistas, Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 625, CEP 05415, São Paulo, SP

Capa de Jota

Miguel Arraes, Ruy Cesar Costa Silva, Teotônio Viçosa. (Henfil - Barba Filho 1917 - 1976).

Conselho de Direção

Agostinho Gisé, Aley Linhares, Alvaro Caropreso, Antonio C. Queiroz, Armando Boito Jr., Armando Sartori, Célia Regina de Souza, Delzir A. Matias, Flávio Carvalho, Igor Fuser, Jacira Venâncio, José C. Alencar, José Crisóstomo de Souza, Lia R. Dias, Luiz C. Antero, Luiz Macklouf de Carvalho, Luiz Pedro, Márcio Bueno, Murilo Carvalho, Paulo Koza, Perseu Abramo, Raimundo Rodrigues Pereira, Roberto Martins, Roldão Oliveira, Tibério Canuto e Washington Oliveira.

Diretoria de Edição S/A

Raimundo Rodrigues Pereira (presidente), Paulo Koza (diretor de operações), Perseu Abramo (diretor adjunto), Tibério Canuto (diretor adjunto).

Diretor Responsável

Raimundo Rodrigues Pereira. **Movimento** é uma publicação de Edição S/A Editora de Livros, Jornais e Revistas. Administração e Redação: Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 625, Pinheiros, São Paulo, Brasil. CEP 05415. Telefones 210.6622 e 210.6744. Distribuição: Abril S/A - Cultural e Industrial. Rua Emílio Goeldi, 575 - Tel. 65.5115. Impresso

nas oficinas da Cia. Editora Jorués. Rua Gastão da Cunha, 49. Tel. 531.8900. São Paulo. Material Internacional via Varig.

Editora de Livros, Jornais e Revistas

SERVIÇOS INTERNACIONAIS



edições.a.

Le Monde

MOVIMENTO

Conselho Editorial de Movimento

D. Adriano Hipólito, Aguinaldo Silva, Alencar Furtado, Ana Dias, André Forster, Audálio Dantas, Aurélio Peres, Chico Buarque de Holanda, Clarice Herzog, Clóvis Moura, Daniel Cabixi, David de Moraes, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Morais, Francisco Pinto, Geraldo Pastana, Geraldo Siqueira Filho, Jacob Gorender, D. José Maria Pimenta, José Neiva, Joviniano Carvalho, Lúcio Frey, Luiz Eduardo Greenhalg, Luiz Eduardo de Souza Silva, Lysâneas Maciel, Maria Nilde Mascellani,

MÁRIO KERTESZ

ASAS CORTADAS

Demitido da prefeitura de Salvador na semana passada pelo autoritário governador Antonio Carlos Magalhães, o prefeito Mário Kertesz virou a vedete do momento na política baiana. Kertesz foi o primeiro colaborador da confiança do governador que se recusou a apoiar o presidente do Banco do Estado da Bahia, Clériston Andrade, para o governo do Estado como pretendia o chefe supremo do PDS baiano.

Expoente máximo da "esquerda" carlista, Mário Kertesz foi imediatamente assediado pelo Partido Popular, através do deputado Genebaldo Correa. Mesmo setores importantes do PMDB como o deputado federal Marcelo Cordeiro, viram na atitude de Kertesz um ato oposicionista. O próprio Valdir Pires, candidato do PMDB ao governo do Estado declarou a **Movimento** que a entrada do dissidente na oposição depende apenas dele. Outros setores do PMDB, como o deputado Filemon Matos e Domingos Leonelli, já foram mais críticos. Lembraram que, durante quinze anos, o ex-prefeito sempre esteve sob as ordens de Antonio Carlos Magalhães e do regime militar, e só agora racha por interesses que não são de forma alguma oposicionistas.

Domingos Leonelli afirma que a demissão de Kertesz da prefeitura interessou a ele mesmo que agora "saí, capitalizando como vítima, muitos votos da oposição". A preocupação de Leonelli é que Mário Kertesz, embora tenha rompido com Antonio Carlos, ainda continua no PDS e vai se candidatar inclusive pela legenda do governo a deputado federal. Uma preocupação que parece infundada na opinião de Valdir Pires: para ele, o ex-prefeito não tem condições de sensibilizar o eleitorado com a legenda do governo sem contar com a máquina administrativa da prefeitura.

O plano de ACM era usar Kertesz e seu discurso de "esquerda"

Na verdade, Mário Kertesz pretende repetir a tentativa frustrada do ex-prefeito Jorge Hage, quando foi demitido da prefeitura por Roberto Santos (hoje no PT), no governo passado. Hage se candidatou pelo PDS para deputado federal fazendo um discurso oposicionista, mas não obteve sucesso.

Antonio Carlos Magalhães estava insatisfeito com Mário Kertesz desde algum tempo, na medida em que o ex-prefeito começou a posar de popular depois que foi apontado por uma pesquisa de opinião da revista **Veja** como o segundo nome mais cotado pelo eleitorado, perdendo apenas para o senador Lomanto Júnior, outro dissidente que está dando dores de cabeça a Magalhães.

Os planos de Antonio Carlos, de utilizar Mário Kertesz como seu discurso de "esquerda" para tirar votos da oposição na capital, começaram a vir abaixo depois do quebra-quebra de ônibus ocorrido em agosto último em Salvador. A partir daí o governador começou a perceber que a política populista de seu afilhado não o estava beneficiando, fortalecia o próprio Kertesz e favorecia o crescimento oposicionista.

Posteriormente, com a ofensiva do senador Lomanto Júnior — que hoje é

O governador baiano demite o prefeito de Salvador, "uma galinha que quis voar como águia" e acabou estorvando os planos do PDS

candidato declarado ao governo estadual e que conseguiu apoio tanto na bancada estadual como federal do PDS baiano — Antonio Carlos ficou desesperado. Mário Kertesz, sabendo disso, tratou de se aliar a Lomanto e fortalecer outras candidaturas dissidentes como a de Prisco Viana, que é apoiado pelo senador Luiz Vianna Filho.

Antonio Carlos Magalhães tentou fazer uma aliança com Luiz Vianna, nomeando Renan Baleeiro para ser o novo prefeito. Ocorre que isso, pelo menos de início, não deu certo: o próprio Luiz Vianna já disse que Renan Baleeiro não pertence mais ao seu grupo.

Além disso, Antonio Carlos não contava com o fôlego de seu ex-afilhado, que conseguiu na sua despedida da Prefeitura uma manifestação com passeata e tudo, com umas 300 pessoas — seus partidários dizem 1000 —, com faixas e slogans. O prefeito Mário Kertesz saiu carregado em passeata que

muito mais rapidez do que as oligarquias permitem. Assim, ele acha importante ninguém esquecer que o ex-prefeito só foi afastado por causa do perigo que poderia representar no PDS no futuro para o autoritário Antonio Carlos Magalhães.

Na opinião de Emiliano José, Mário Kertesz "é apenas uma galinha querendo dar vôos de águia", um dissidente sem forças para enfrentar Antonio Car-



Kertesz: despedida, preocupado (alto) nos quebra-quebras

percorreu um quilômetro, anunciando que seria candidato a deputado federal pelo PDS.

Para os setores oposicionistas mais realistas, como Emiliano José — que já é candidato a deputado estadual pelo PMDB — o eixo da queda do prefeito Mário Kertesz é a inexistência de democracia no país, que não permite a eleição dos prefeitos das capitais pelo voto direto. Emiliano lembra, por exemplo, que Mário Kertesz é o sexto prefeito nomeado em menos de 6 anos, todos indicados para o cargo e substituídos à revelia da população. Do ponto de vista mais imediato, para Emiliano, a demissão de Kertesz é fruto da luta interna que se trava entre as oligarquias baianas pela sucessão estadual. Uma divergência importante que naturalmente interessa à oposição, mas que não pode condicionar a atividade oposicionista.

Emiliano aponta que Mário Kertesz caiu porquer tentou subir com

os Magalhães. Embora Emiliano tenha posição hoje totalmente contrária à entrada de Mário Kertesz nas hostes oposicionistas, e particularmente no PMDB, considera que as portas da oposição podem se abrir no futuro para o ex-prefeito se ele avançar nas suas posições. Este avanço efetivamente pode se dar na base de "porradas e mais porradas" que Mário Kertesz vá tomando dentro do PDS.

Apesar de todas as desavenças dentro do PDS baiano, a oposição tem dificuldades para se aproveitar dessas fissuras e se fortalecer para ganhar as eleições para o governo e o senado em 1982. Toda vez que surge um dissidente do PDS na Bahia, a oposição abre um espaço para que eles façam discursos meramente anticarlistas e sem nenhum cunho oposicionista. Tanto Roberto Santos como Valdir Pires têm agido assim.

Na Assembléia Legislativa, por exemplo, a oposição (PMDB e PP) tem ce-

dido, em quase todas as sessões, horários para que dissidentes como o deputado Raimundo Rocha Pires — que rachou com Antonio Carlos porque não recebeu favores — falem. E suas faixas não vão além da oposição a Antonio Carlos: em nenhum momento se fala contra o regime e nem mesmo contra o governo federal.

A esperança da oposição é que Lomanto Júnior e Mário Kertesz possam apoiar um candidato oposicionista ao governo do estado. Se isso ocorrer, o apoio será, naturalmente, para Roberto Santos, que a essa altura do campeonato da sucessão baiana parece ser o único nome com condições de vencer o PDS, isso se for apenas ele o candidato e apoiado por todos os outros setores oposicionistas.

Valdir Pires, do PMDB, embora tenha um discurso mais comprometido com o movimento popular, dificilmente poderá vencer nas eleições atuais, já que a **Tendência Popular**, encabeçada pelo deputado Francisco Pinto, não o vê com bons olhos.

Uma das figuras principais da **Tendência Popular**, Haroldo Lima, dirigente do PC do B, acha que a posição conciliadora dentro das oposições está crescendo tanto a nível regional como nacional, em detrimento dos setores mais combativos. Aponta como exemplo o caso de Pernambuco, onde o setor mais moderado do PMDB preferiu a candidatura de Marcos Freire em detrimento de Miguel Arraes, e mesmo na Bahia, onde a candidatura de Francisco Pinto já está definitivamente afastada embora fosse o nome mais combativo, e onde Kertesz começa a ser visto como oposicionista.

A candidatura de Chico Pinto já está totalmente afastada

Por isso Haroldo Lima defende que a oposição popular na Bahia deve levar em conta que seu objetivo não é apenas derrotar Antonio Carlos Magalhães, mas também o PDS — o que só pode ser feito com uma candidatura única da frente de oposição. Haroldo Lima destaca que a oposição popular tem de garantir sua participação nessa candidatura única através de compromissos políticos e administrativos feitos no papel.

O melhor candidato, na opinião de Haroldo seria Francisco Pinto, mas a essa altura já está alijado. Assim, os candidatos que sobram, Valdir Pires, e Roberto Santos são expressões de setores da comunidade que representarão um governo intermediário de transição, cujo mérito será ter derrotado o PDS, mas cuja debilidade será não ter a marca popular que reflita o atual nível de luta da oposição popular no país. Como considera Roberto Santos com melhores condições eleitorais do que Valdir Pires, o grupo Pinto aceita como candidato das oposições para as eleições majoritárias em 1982, o ex-governador Roberto Santos.

Por outro lado, o pessoal do Partido dos Trabalhadores na Bahia acha que Roberto Santos será no fundamental antipopular, devido a todas as alianças que fez.

As críticas de Serpa no Congresso Nacional

Atacou, veemente, o modelo entreguista do regime militar

O perseverante general Antonio Carlos de Andrada Serpa venceu uma batalha na semana passada ao superar os boicotes que sempre o impediram de falar numa tribuna do Congresso Nacional, depois que ele passou a criticar o regime militar. A convite do presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara, deputado Bento Gonçalves (PP-MG), o general Serpa participou, na quarta-feira, de uma mesa redonda ao lado do presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Crodowaldo Pavan, do ex-prefeito de São Paulo, Olavo Setúbal e de outras personalidades e representantes de sindicatos de engenheiros, de associações industriais e de técnicos do governo. Na quinta-feira, ele proferiu palestra — o 15º pronunciamento público em três anos de dissidência — em que não se limitou ao tema "Tecnologia e Defesa Nacional". Serpa voltou a defender suas idéias nacionalistas, criticou com veemência o modelo econômico entreguista do governo e pregou "um pacto social mais justo, que não exclua nenhum brasileiro". Enfático, disse que "nós acharemos solução para todos esses erros (do governo) na hora em que essa elite dirigente for varrida do poder".

"Todos os países — disse o general — que tiveram um pacto social mais justo, baseado no patriotismo e no nacionalismo de seus povos, e que contestaram uma ordem internacional injusta, foram vitoriosos. Exemplos clássicos dos tempos modernos são a Rússia soviética, a China, a Alemanha depois da Primeira Guerra Mundial e a Alemanha, a França e o Japão, depois da Segunda Guerra".

Durante duas horas e quinze minutos (com o debate que se seguiu a palestra durou cinco horas), sem interrupção, o general Andrada Serpa falou de improviso sobre o processo de internacionalização da economia brasileira que o governo impôs a país. "Não o exame das causas reais da crise, que podem ser resumidas em três pontos — dependência energética, dependência tecnológica e exportação a qualquer preço — mas passou a regular a vida e as relações de um país-contidente como se ele fosse a pequena e nobre Bélgica". Disse Serpa que "o governo brasileiro, continuando nesta mesma política de concentrar a sua economia em torno do petróleo e exportar abaixo dos preços de produção e impedir, permanentemente, por decisão que só está ligada ao balanço de pagamentos, a criação de uma tecnologia nacional, evidentemente tem que dizer que todo mundo está em crise e que não há outra receita senão esta".



Serpa: "pacto social mais justo"

Bem-humorado, o general Andrada Serpa ironizou várias vezes, por exemplo, ao falar do desemprego: "Há pessoas bem intencionadas querendo criar seguro-desemprego no Brasil. Mas nós já criamos este seguro e já estamos sustentando os 18 ou 20 milhões de desempregados das nações ricas... é o minério de ferro exportado, entre 13 e 20 dólares a tonelada, é o nosso manganês, em extinção no mundo, e constituído em reservas estratégicas dessas nações etc".

Abordando o controle da natalidade, Serpa repetiu denúncias que fizera anteriormente sobre um plano que estaria sendo conduzido pelas fundações Ford e Rockefeller de instalar 700 clínicas no Brasil para, até o ano de 1990, esterilizar 15 milhões de mulheres.

Sobre a questão fundiária, o general criticou o governo por fazer "esta onda

contra a Igreja e o trabalho que ela vem realizando. Que insensibilidade é esta, inventar problema de terra na Amazônia e Mato Grosso?" Para resolver os problemas que envolvem o Jari, Andrada Serpa sugeriu que "é só não titular suas terras (tituladas apenas em sua 10ª parte) que acabou o projeto Jari, na minha opinião um projeto capitalista fracassado".

O general Andrada Serpa conclamou os parlamentares a elaborar uma lei criando um organismo estatal que controle a ação das multinacionais, afirmou que há várias alternativas para resolver o problema da dívida externa: 1) não pagar, já que a dívida já foi várias vezes paga; 2) a moratória e 3) a renegociação etc. e que "não podemos aceitar a entrega de Carajás ao capital estrangeiro".

(Antonio Carlos Queiroz, de Brasília)

UMA CAMPANHA CONTRA CENSURA NA CÂMARA

Os deputados peemedebistas Audálio Dantas (SP) (foto) e Maurício Fruet (PR) vão iniciar uma campanha contra o deputado Nelson Marchezan por causa da censura aos discursos dos deputados recrudescida desde que Marchezan assumiu a presidência da Câmara. Dantas e Fruet, ambos



Luís Humberto/Agência F4

jornalistas, vão passar a recolher todos os discursos censurados para publicá-los em livro. Eles vão discutir a elaboração de projetos de lei contra a censura em geral e também de alterações no regimento interno da Câmara. Também querem organizar um "dia nacional de luta contra a censura" e um ato público em Brasília, possivelmente antes do recesso parlamentar.

Na próxima semana haverá uma reunião com os parlamentares mais prejudicados cujos discursos, segundo Audálio Dantas "estão sendo censurados de maneira discriminatória, além do que permite o regime da casa". Diz Audálio que a censura ocorre quando os oposicionistas fazem ataques fortes ao governo.

O próprio Audálio teve dois discursos censurados, o primeiro quando criticava o sabujismo do presidente do PDS, senador José Sarney, e o segundo quando lembrava o sexto aniversário do assassinato do jornalista Vladimir Herzog nos cárceres do Doi-Codi em São Paulo. Também o deputado Waldir Walter (PMDB-SP) teve censurado trecho de seu pronunciamento sobre o escândalo, corrupção e imoralidade do enfarto do general Figueiredo, síntese do qual foi publicada por **Movimento** na semana passada.

EMBARAÇOS PARA O SENADOR QUÉRCIA

O senador paulista Orestes Quércia enfrenta dificuldades no seu caminho para a governança em São Paulo. Duas semanas depois de sofrer duas derrotas que torpedearam sua candidatura pelo PMDB, com o impedimento do ingresso de Jânio Quadros no Partido e o fim das sublegendas para governador, o senador paulista fechou o seu jornal diário de Campinas abandonando aquele que seria seu veículo de sustentação política e publicitária em toda região.

O **Jornal de Hoje**, como se chamava, foi fundado há dois anos com a pretensão de ser um jornal regional ou até ser distribuído em todo Estado. Porém, desde sua fundação, o jornal vinha operando no vermelho.

O último editor chefe do **Jornal de Hoje** foi Romeu Santini, papa do jornalismo de direita na cidade ligado ao grupo político do qual fazem parte o ex-reitor da PUC de Campinas, Benedito Barreto Fonseca, e Lauro de Moraes Filho, ex-presidente da Ponte Preta e ex-candidato a deputado estadual em dobradinha com o coronel Erasmo Dias. Santini é conhecido por suas virtudes como vendedor de anúncios junto a empresários locais, por seu trânsito fácil nos bastidores das empresas estatais e entre as pre-

feitas do PDS nas redondezas de Campinas. Antigamente, o senador e Santini eram inimigos, nos tempos da Arena e MDB.

O fim do **Jornal de Hoje** se deu com a fusão com a empresa que edita um dos tradicionais jornais de Campinas, o **Diário do Povo**. Apenas um dos 34 jornalistas demitidos arrumou emprego no **Diário do Povo**, justamente Romeu Santini. Emerson Moreira, dono do **Diário do Povo** e agora sócio de Quércia garantiu a **Movimento** que a fusão das duas empresas não significava uma aliança política. Os demitidos e a oposição de Campinas, no entanto, cobram de Quércia explicações para sua aproximação com Romeu Santini.

MAIS UMA CONDENAÇÃO BASEADA NA LSN

Mais uma condenação baseada na Lei de Segurança Nacional: o vereador Adelmo Genro Filho recebeu uma pena de um ano de prisão por ter afirmado que o general Figueiredo não tinha condições mentais para assumir o cargo de presidente. O PMDB de Santa Maria (RS) está organizando uma campanha de solidariedade ao vereador, que foi eleito com a segunda maior votação do município. Adelmo também é jornalista e colabora com **Movimento**.

PELA VOLTA DE TEÓDOMIRO AO BRASIL

Uma campanha pelo retorno ao país do ex-presos político Theodomiro Romeiro dos Santos foi lançada em Salvador na semana passada pelo comitê de Anistia e Direitos Humanos da Bahia. Atualmente refugiado em Paris, Theodomiro está proibido de regressar ao país. O objetivo da campanha é sensibilizar a opinião pública, os partidos de oposição e os setores democráticos da sociedade.

MARIGHELLA LEMBRADO: "CONTINUAR A LUTA"

O ex-deputado Carlos Marighella, antigo membro do PCB e fundador da AIN, assassinado em 1969 em São Paulo, foi homenageado na semana passada em Salvador por parentes e amigos e quase todas as correntes da oposição baiana. No cemitério Quintas do Lázarus, onde estão os restos mortais de Marighella, foi realizada uma cerimônia religiosa com a participação de 100 pessoas, entre as quais Apolônio de Carvalho, dirigente do PT, Valdir Pires, candidato do PMDB ao governo estadual e a própria viúva de Marighella, Clara Marighella. Em prantos a viúva do ex-deputado disse que a maior homenagem que se pode prestar a Marighella é "continuar sua luta".

VÃO IMPORTAR MADEIRA PARA A AMAZÔNIA

Se você pensa que já ouviu todos os absurdos possíveis, prepare-se: o Brasil vai importar dormente de madeira para a construção de uma ferrovia em plena Amazônia.

Quem fez a denúncia foi o deputado Bento Gonçalves. Os dormentes de madeira que serão trazidos do exterior para o coração da selva Amazônica custarão 28 milhões de dólares e fazem parte de exigências do Banco Interamericano de Desenvolvimento para que o Brasil possa receber um empréstimo de 215,5 milhões de dólares para a compra de equipamentos para o projeto Carajás.

A sétima apreensão do jornal *Repórter*

Por ordem do min. da Justiça, PF recolhe edição nº 54

O jornal *Repórter* sofreu a 7ª apreensão dos seus quatro anos de existência. A Polícia Federal, por determinação do ministro Abi Ackel, da Justiça, recolheu a edição nº 54 nas bancas do Rio de Janeiro, onde ela fora distribuída no dia 1º, domingo, e esperou a chegada na distribuidora paulista, no dia 4, de todo o reparte de São Paulo — oito mil dos 20 mil jornais distribuídos por todo Brasil.

"Bicho, o jogo da morte" era a matéria de capa, com mais duas chamadas: "Imprensa militar fatura milhões", e "Moça do Bradesco é obrigada a dar tudo". Não havia, no telex exibido na sucursal paulista por um agente da Polícia Federal, nenhuma especificação dos motivos que levou o ministro da Justiça a tomar essa decisão. Na Superintendência da Polícia Federal do Rio de Janeiro soube-se extra-oficialmente que o motivo da apreensão foi a contracapa, com um desenho de Guidacci em que mostrava a volta de Figueiredo bastante tranqüilo e o segredo disso: ele estava queimando maconha, "que faz bem para o coração".

Nos quatro anos de existência do jornal, comemorados nesta edição de novembro, além das sete apreensões estão registrados 16 processos (só o governador do RJ já pressionou sete inquéritos). Calcula-se que a soma dos prejuízos já chegue aos dois milhões de cruzeiros. Quando foi apreendido o número cinco, em abril de 1978, de uma edição de 45 mil exemplares, a portaria do ministro fora redigida de forma a deixar dúvidas se a "proibição em todo território nacional" se referia apenas ao número cinco ou se as autoridades queriam mesmo era cancelar o registro do jornal. A penúltima edição foi apreendida somente no Rio de Janeiro, pelo mesmo superintendente da PF que deixou escapar da cadeia o cirurgião plástico Hosmany Ramos, envolvido no tráfico de cocaína, e que foi exonerado recentemente de seu cargo. (Rivaldo Chinem)



Contracapa: o motivo?

COMEMORAÇÕES

A revolução bolchevique

Em vários pontos de SP, é comemorada a revolução de 1917

Por mais divergências que tenham entre si quanto a avaliação dos rumos que o socialismo seguiu nos últimos 60 anos, as diversas correntes da esquerda brasileira mantêm pelo menos um ponto em comum: a defesa da revolução russa de 1917. Por isso, sempre que podem — o que nem sempre acontece — promovem comemorações na passagem do seu aniversário. Neste ano, o 64º aniversário da revolução bolchevique foi comemorado em vários cantos: em São Paulo, o jornal *Voz da Unidade*, órgão oficioso do Partido Comunista Brasileiro, marcou para o sábado passado a promoção de um debate no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, no qual participaram Giocondo Dias, Secretário Geral do PCB, e Moniz Bandeira, historiador e autor do livro "O ano Vermelho". Os jornais *Convergência Socialista* e *O Trabalho* promoveram um outro, em nome do Secretariado Unificado da 4ª Internacional.

As comemorações públicas do aniversário da Revolução russa são reflexo do avanço das correntes democráticas e populares, nos últimos tempos. Já no ano passado, a *Tribuna da Luta Operária* havia promovido a palestra do Secretário do PC do B, João Amazonas, na data da revolução, enquanto o jornal *O Trabalho* realizou um ato público. Essa prática reflete uma certa internacionalização da nossa esquerda, que se manifesta em

outras iniciativas: a TLO promove a formação de uma Associação cultural e de amizade Brasil-Albânia, a *Hora do Povo* promove uma rifa cujo prêmio é uma viagem à Nicarágua e *O Trabalho* e a *Convergência Socialista* fazem uma campanha financeira para patrocinar a viagem de um secundarista à Polônia.

Se todas as correntes têm como ponto de unidade homenagear a revolução bolchevique em seu aniversário, elas divergem radicalmente sobre os rumos que o socialismo tomou após 1917. O Partido Comunista Brasileiro e a *Hora do Povo* consideram que a União Soviética continua sendo a vanguarda mundial do socialismo e que esse continua a existir em todos os países que fizeram a revolução. As correntes trotsquistas (*Convergência Socialista* e *O Trabalho*) têm uma outra visão: elas consideram que após 1924, com a ascensão de Stálin e o declínio de Trotsky, a Revolução Russa degenerou e o Estado Bolchevique passou por um processo de degeneração cujo resultado foi a sua transformação num "Estado Operário degenerado", dominado por uma burocracia e hoje faz o jogo da reação mundial. Para tais correntes, fenômenos idênticos aconteceram com os outros países, que também deixaram de ser socialistas.

Já a *Tribuna da Luta Operária* avalia que a União Soviética, assim como todo o bloco que ela lidera, permaneceu fiel aos princípios socialistas até a morte de Stálin, quando deixou de ser socialista em decorrência da traição dos "revisionistas". A exceção é a Albânia, que seria o único país socialista. (Veja debates nas págs. 18 e 19 sobre o socialismo).

É PERIGOSO VOAR PARA A FAZENDA DA VOLKS?

O deputado Arnaldo Schmitt (PP-SC), (foto) que denunciou a Volkswagen de receber mais de Cr\$ 6 bilhões do dinheiro público para montar uma fazenda de gado na Amazônia, foi surpreendido com um convite da empresa para visitar o latifúndio. Escolado, Schmitt aceitou o convite sob duas condições: o avião que o levará à fazenda, em Santana do Araguaia (PA), deve ter dois motores; e nele também deverá estar o gerente da Volks em Brasília, **herr** Klotz. Assim, Schmitt acha que estará garantida a inviolabilidade de seus direitos (no caso, físicos) de parlamentar.



ATÉ A SUDENE VÊ QUE HÁ FOME NO NORDESTE

A fome do nordestino é "altamente preocupante", segundo um documento reservado da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). O documento foi descoberto pelo deputado Hélio Duque (PMDB-PR), que o usou para uma palestra na Bahia e, por causa disso, o ministro do Interior Mario Andreazza mandou destruir todas as cópias tiradas pela Sudene. A que sobreviveu diz: "A pobreza assume no Nordeste uma dimensão absoluta que se mostra assustadora". E seguem os dados que comprovam: em 1978, setenta por cento dos 22,5 milhões de nordestinos auferiam renda familiar máxima de dois salários mínimos mensais. A média era de 1,2 salário. Desse total, 17,7 milhões de pessoas recebem por mês, cada uma, apenas 800 cruzeiros. São 800 cruzeiros hoje porque a Sudene, como boa administração burocrática, teve o cuidado de adaptar os números aos valores de hoje.

O GOVERNO NÃO QUER FLAGELADO SE UNINDO

A seca continua no Nordeste, mas o governo preferiu desativar, pelo menos em Pernambuco, as frentes de trabalho que arregimentavam os trabalhadores famintos. A Federação dos Trabalhadores na Agricultura deste Estado diz que foram dispensados 148 mil flagelados que só sobreviveriam graças aos irrisórios Cr\$ 1.500 pagos pelas frentes. Reginaldo Muniz, assessor da Federação, interpreta a medida do governo como uma tentativa de bloquear o processo associativo que orientava as frentes. Em vez de fazerem "obras públicas" ou construir cercas e açudes, para as propriedades privadas, os camponeses resolveram executar obras comunitárias. De tal modo que um açude construído pelos flagelados ficasse sempre destinado à toda comunidade, e não de uso exclusivo do dono da propriedade onde foi construído. Para tanto, os sindicatos de trabalhadores pediam que o dono da terra assinasse um documento garantindo o uso comum da obra. Brecado este trabalho, e suspenso o salário de fome, os flagelados de Pernambuco prometem concentrar-se, no próximo dia 23, em frente ao palácio do governo em Recife. "Foram esgotadas todas as formas legais de pressão. Só

resta agora mostrar que temos força e estamos unidos", diz o documento de convocação emitido pela Federação dos Trabalhadores.

A ÚLTIMA DE DELFIM: POVO SÓ BEBE VINHO

O que é supérfluo? perguntam-se os técnicos da Secretaria do Planejamento (Seplan) que têm a missão de definir, até o final do ano, a lista de produtos que serão sobretaxados em 20% para, com a arrecadação, cobrir-se o déficit da Previdência Social. Os técnicos do governo dizem que, além de aumentar a inflação e corroer as empresas (realimentando a recessão), a sobretaxa de 20% aprovada pelo Congresso vai até estimular o contrabando. O ministro Delfim Netto garante que a arrecadação do imposto sobre produtos industrializados (IPI) deste ano está estimada em Cr\$ 900 bilhões. Aumentá-la em 20% (180 bilhões) não vai cobrir o déficit de Cr\$ 200 bilhões da previdência só em 1981.

Ainda assim, Delfim garante que vai fazer a lista dos supérfluos. Mas mostra que terá dificuldades pessoais



nesta refeição ao dizer: "Cigarros, vinho e doces em calda são supérfluos para algumas pessoas, mas não para a maioria dos brasileiros". Sem dúvida, é uma novidade a informação de que a maioria dos 120 milhões de brasileiros consome doces em calda e vinhos. Mas o ministro Delfim, apesar de sugerir uma solução fascista para o déficit da Previdência (tirar o rendimento de viúvas, órfãos e aposentados) não deixa de ter razão. Ao confiar ao governo a tarefa de definir o que é supérfluo, o Congresso praticamente inviabilizou sua decisão. Mais provável ainda é que a lista oficial se volte contra os que ainda consomem alguma coisa. Não haveria tanta dificuldade se o Congresso tivesse aprovado uma sobretaxa de 20% para setores sabidamente lucrativos, como os dominados pelo capital estrangeiro. Que tal sobretaxar a remessa de lucro das multinacionais?

EM SÃO PAULO TAMBÉM SE BRIGA PELA TERRA

Se alguém acha que em São Paulo não há conflitos de terra engana-se. O levantamento da Comissão Pastoral da Terra mostra que neste Estado existem pelo menos vinte conflitos, envolvendo 3.341 famílias e 17 mil pessoas. Camponeses e latifundiários disputam em São Paulo uma área de 313.145 hectares. O "problema da terra", visto por este ângulo, é bem mais grave em São Paulo que no Ceará — onde as áreas sob conflito não ultrapassam 15 mil hectares e envolvem menos de 2 mil famílias.

O casamento do príncipe Fields e Lady Ag

Ou a versão cabocla do "casamento do século": tudo pago pelo governo

José C. de Alencar, de Cuiabá

Definitivamente, Mato Grosso não é mais um Estado pobre, atrasado e subdesenvolvido, pelo menos na opinião dos patrocinadores do segundo maior casamento de toda a história matogrossense. A versão cabocla do "casamento do século", só superada pelo casamento do marechal Deodoro da Fonseca com uma cuiabana, no final do século passado, proporcionalmente, nada tem a dever ao enlace matrimonial do Príncipe Charles e a fofinha Lady Diana.

O "Beatiful People" matogrossense se ouriçou todo com o Fausto, a pompa e as mordomias que cercaram, no último fim de semana, o matrimônio do príncipe "Fields" e Lady "Ag". Ele, Frederico Carlos Soares Campos Jr, filho do eminente governador de Mato Grosso, Ela, Aguida Ciekalski, filha de um humilde casal de marceneiros. (Não é assim que os cronistas sociais descrevem eventos como esses?)

Do alto de seu poder biônico, o governador Frederico Campos, não teve o menor pudor e constrangimento em mobilizar toda a máquina governamental para assegurar o "brilho" do casamento de seu "dileto" filho e a ex-badalada miss-Funcionária Pública do Estado. Transporte, estadia, alimentação, tudo foi patrocinado pelo governo e obscuros personagens que se aproveitaram do evento para dar aquela puxada de saco.

O aparato montado para o casamento dos ex-emplares caboclos do Príncipe Charles e Lady Di, foi espetaculoso e estardalhaçado: carros oficiais, tanto do Executivo como do Legislativo, secretárias e autarquias, foram requisitados; cinco firmas empreiteiras patrocinaram um jantar para 4.200 convidados íntimos no Country Club, alugado por 5 milhões de cruzeiros, fora decoração; os principais hotéis da cidade foram previamente reservados em nome do governo de Mato Grosso. O cerimonial e o serviço de divulgação do Palácio Paiaguás foram inteiramente mobilizados para organizar e cobrir o "casamento do século". Uma "designer" foi especialmente contratada para vestir a família do noivo e noiva que, vestiu tecido importado da Europa. A limpeza e reforma da Catedral Metropolitana de Cuiabá foram feitas por funcionárias da EMAPE (Empresa Matogrossense de Próprios Estaduais). A CEMAT foi acionada para fazer a decoração luminosa do Country Club e,



O "enlace matrimonial" do filho do biônico: só superado pelo do marechal

finalmente, além de tantas outras mordomias mais, o casal de noivos ganhou entre os muitos presentes um Ford Del Rey, gentilmente oferecido pela firma Andrade Gutierrez.

Mas as mordomias, o abuso de poder, os presentes obscuros não param aí. A CEMAT, por exemplo, temendo que acontecesse um dos já rotineiros "black-outs" e empanasse o brilho das solenidades, instalou um gerador a diesel no Country Club que seria acionado em caso de emergência. Com dinheiro do erário público também a Catedral Metropolitana recebeu um reforço em termos de iluminação: as lâmpadas que adornam os castiçais do templo foram substituídas por outras mais potentes.

O Country Club foi alugado por cinco milhões de cruzeiros

A princípio, a escolha sobre o local da recepção aos noivos recaiu sobre a chiquérrima "Kedad'Água" — uma suntuosa boate incrustada no pico de um morro próximo ao centro da cidade. Certamente porque seu proprietário é irmão do influente deputado do PDS, Oscar Ribeiro. Porém, na última hora houve uma pequena rusga entre o proprietário e a primeira dama do Estado que exigiu que a boate colocasse 150 garçons para atender os 4.200 convidados, além de servir os comestíveis, tudo por 300 mil cruzeiros. Raciocínio lógico de D. Yone Campos: em troca da preferência governamental, justo que a boate desse uma força ao casamento de seu filho. O dono da boate se recusou e certamente será penalizado por seu "gesto de rebeldia".

Um outro esquema, no entanto, acabou sendo montado. Jogando com

sua influência, o cerimonial do governo, que foi deslocado do Palácio Paiaguás, situado nos arredores de Cuiabá, para o Palácio Alencastro para facilitar os contatos com a residência do governador, montou um outro esquema impecável e mais eficiente. Assim, o Country Club foi alugado por 5 milhões de cruzeiros, pago por 5 empreiteiras, cujos nomes começam a aparecer. A decoração do clube foi aparentemente um presente da decoradora Sonia Frandsen, na certa como retribuição ao fato de o governador Frederico Campos ter nomeado por decreto, no início do ano, sua filha Fernanda Frandsen "Miss Mato Grosso" que também ficou conhecida em todo o Brasil como a primeira "Miss Biônica" do país.

Um gigantesco aparato policial, com agentes mal disfarçados e facilmente identificáveis por sua indumentária grotesca e desajeitada, policiais fardados e batedores, foi montado desde a chegada do padrinho do noivo Roberto Campos, até a partida do casal em lua-de-mel rumo a Miami, Bahamas e outras plagas. Aos agentes de segurança e aos leões-de-chácara, além de suas tarefas habituais, coube a missão de barrar os possíveis "penetras" e indesejáveis.

O cronista social "Gegê" ou Dino Danuna, conhecido nas rodas sociais por suas roupas berrantes e costumes extravagantes, chegou a receber seu convite, mas com uma exigência específica: ele tinha que ir de paletó e gravata. "Gegê de paletó e gravata? Nem morta?", recusou rotundamente — e com razão — o colonista que garantiu que não trocaria suas "batas, salto alto ou sua peruca vermelha por um paletó e gravata".

Mas tudo isso é café pequeno quando diante do jogo de interesses dos grupos econômicos existentes por trás dos riquíssimos presentes e patrocínios com que o casal caboclo "Fields e Ag" foi contemplado. Em breve, o governo de

Mato Grosso estará lançando um programa no valor de 87,5 milhões de dólares para asfaltar 2.200 km de estradas e um programa energético de 30 milhões de dólares, recursos conseguidos no exterior pelo futuro candidato ao governo do Estado, na preferência do Sr. Frederico Campos. É fácil imaginar também quem presenteou o príncipe "Fields e a Lady Ag" com cinco automóveis, uma residência e um apartamento completamente mobiliados, que financiou gastos, viagem de lua-de-mel, quem forneceu camarão e uísque contrabandeado, para que esse casamento se tornasse um dos maiores, senão o maior casamento da história matogrossense.

Presentes e viagem foram "gentilezas" de empreiteiras

A Cotriguaçu, por exemplo, tem motivos de sobra: dias atrás ela recebeu de mãos beijadas 1,4 milhão de hectares, área superior a países como o Líbano, Suécia, Suíça e tantos outros, para implantar um "projeto de colonização". Só com a venda de lotes prevê-se que a Cotriguaçu e outras empresas consorciadas (Indeco, Andrade Gutierrez e Juruena) vão faturar cerca de 42 bilhões de cruzeiros, importância que supera em muito ao próprio orçamento do Estado.

O ex-presidente da República, marechal Deodoro da Fonseca, cujo casamento tinha sido até então o maior na história matogrossense, certamente, a essas alturas, enquanto o "príncipe Fields" e a "Lady Ag" realizam um cruzeiro pela Europa, também gentilmente patrocinado por uma firma empreiteira que fez uma doação de 5 milhões de cruzeiros para serem torrados na viagem de lua-de-mel, deve estar se remexendo no túmulo e morrendo de inveja.

POLÍTICA TRIBUTÁRIA

A República tem de novo três poderes?

Executivo e o Legislativo contestam Delfim

Os bons tempos de independência entre os poderes da República teriam voltado nas últimas semanas?

Essa volta dos bons tempos, saudada efusivamente pela imprensa, teria dois motivos: a rejeição, no Congresso, de parte do pacote da Previdência, que previa entre outras coisas cortes de 10% de aumento acima do INPC para velhos e viúvas aposentados e a substituição dessa fonte de recursos pela taxa dos bens considerados supérfluos. Outra medida que viria no sentido de descentralizar o poder do Executivo seria a rejeição, pelo Tribunal Federal de Recursos, como inconstitucional, do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), um dos pilares da política econômica de Delfim Netto.

Quanto à decisão do STR de decretar a inconstitucionalidade da cobrança do IOF no mesmo ano em que foi decidido, a União agiu com alguma perplexidade, e se prepara para uma contra-ofensiva. Afinal, o IOF, além da terceira fonte de recursos fiscais, é uma peça essencial da política cambial de captação de recursos externos; sem o IOF, os empréstimos internos ficarão bem mais baratos que os tomados no exterior, diminuindo o fluxo de divisas indispensáveis para o equilíbrio do balanço de pagamentos do país.

Contrastando com essa euforia, que se resume a dois acontecimentos localizados, o deputado Eduardo Matarazzo Suplicy lamentava no mês passado a "impotência dos representantes do povo na Assembléia Legislativa, sem con-

dições de modificar mesmo parcialmente" o imenso orçamento anual do Estado de São Paulo, que deverá ser aprovado até o fim desse mês.

O desalento do deputado federal Matarazzo Suplicy é plenamente justificável. Nas questões fundamentais de orçamento e alocação de recursos, funciona uma ditadura econômica intransponível do Executivo.

Enquanto o debate sobre o Orçamento da União rendia no Congresso, antes de 1964, milhares de emendas, hoje é nulo o poder dos representantes do povo, e total a concentração de poderes tributários nas mãos do Executivo. Também é nulo o poder de influência popular, através de seus representantes, nos orçamentos das Estatais, que chegarão no próximo ano aos 13 trilhões de cruzeiros, volume de recursos que pelo enorme peso é praticamente determinante dos rumos da economia no país. As estatais determinam atualmente 33% do total investido no país, segundo dados da revista **Conjuntura Econômica**: nessa poderosíssima avançada econômica os representantes do povo não podem pôr a mão.

Mais dramática é a impotência quanto à legislação tributária. A prerrogativa existente na Constituição de 1946, dos Três Poderes da República criarem impostos, foi eliminada já no período Castelo Branco (1964-1967) com a reforma tributária, ficando este privilégio nas mãos exclusivamente do Executivo. Ao mesmo tempo, esse poder foi centralizado na União: se em 1964 a União participava na receita tributária com 49%, tal taxa que chega agora a 60,6%, em detrimento dos Estados e dos Municípios. Isso implica automaticamente muito menor controle da comunidade sobre as receitas, ou quando este controle tem chances de existir, se limita a verbas irrisórias em comparação com o que é movimentado pela União.

Nos municípios, onde há pelo menos uma possibilidade de maior controle da comunidade sobre os investimentos que devem ser realizados em obras públicas e alocação de recursos, os recursos foram dramaticamente reduzidos: foi com o poder do AI-5 que Delfim Netto pôde reduzir o Fundo de Participação dos Municípios e Estados de 20% das receitas da União para apenas 12%.

Tal centralização gera contradições que não atingem somente os interesses populares. Os governos estaduais reclamam — como aconteceu em meados desse ano na reunião dos secretários de Fazenda estaduais — da excessiva concentração de poderes na União, ao ponto de levantar protestos do secretário da Fazenda de São Paulo, Celso Pastore, um dos mais fiéis discípulos de Delfim Netto. Também os empresários vêm com maus olhos essa concentração de poder. O presidente da Abrasca (Associação Brasileira de Capitais Abertos) dizia em meados desse ano, em entrevista à *Folha de S. Paulo*, que a primeira "providência pra se democratizar a economia brasileira é devolver aos municípios e Estados uma parcela mais significativa de receita."

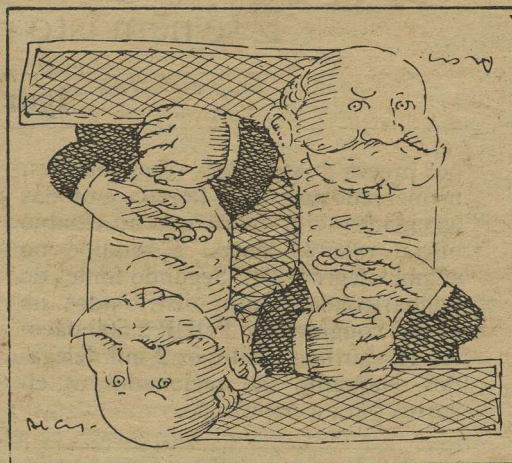
(Octávio Senna)

MÍNIMO SEM 110% DO INPC: UM PRECEDENTE

Pela segunda vez este ano, o trabalhador mais humilde, que recebe até três salários mínimos, foi prejudicado quando o salário mínimo foi reajustado sem os 10% adicionais no INPC.

Para as empresas, segundo cálculos e simulações do Departamento Inter-sindical de Estatística — DIEESE — os 110% do INPC representariam migalhas insignificantes nos custos finais. Estudando dois casos concretos, na Cosipa e Usimec, empresas com grande concentração de assalariados na faixa de até três salários mínimos, o DIEESE calculou que o acréscimo na soma de salários dessas empresas seria de apenas 0,09% na Cosipa e 0,04% na Usimec. Com custos tão inexpressivos, só poderia haver, segundo o DIEESE, um objetivo para a eliminação dos 10% além do INPC para salário mínimo: criar um precedente para modificações na lei salarial em vigor, com a retirada final da correção de 110% nos reajustes na faixa até três salários.

Para o trabalhador, no entanto, este aumento já seria bem significativo. Assim, sem os 10%, a faixa de três salários irá até Cr\$ 25.394,40, ou seja, uma diferença de 779,20 cruzeiros. Isso representa, aos preços de São Paulo, o preço de 33 passagens de ônibus urbano.



LÁ, OS APOSENTADOS NÃO PAGAM O PATO

Enquanto os países como o Brasil até os aposentados e desempregados são lembrados pelo governo quando são propostos cortes orçamentários, nos países industrializados é cada vez maior o peso desses gastos. E, nesses países, nem se pensa seriamente em diminuir os benefícios dos aposentados e desempregados. A razão é que é grande a pressão dos sindicatos e porque é alta a proporção de dependentes dos sistemas previdenciários nos países desenvolvidos.

Mesmo nos Estados Unidos, onde o presidente Reagan tenta fazer cortes no orçamento do Welfare, os gastos subiram de 8,8 em 1961 para 12,7% atualmente.

DÍVIDA INTERNA CRESCE SOZINHA

Além das conseqüências da monstruosa dívida externa do país, o brasileiro terá de arcar com um peso cada vez maior das conseqüências de uma também monstruosa dívida interna: até setembro, a dívida interna na União chegava a 2,3 trilhões de cruzeiros, devendo atingir até o fim do ano os 2,5 trilhões de cruzeiros, o que representará algo perto de 10% do PIB (era 6,5% no ano passado).

O principal mecanismo da União contrair a dívida interna é através da venda de Obrigações Reajustáveis e Letras do Tesouro, com as quais o governo ao mesmo tempo levanta recursos e também "enxuga" um pouco o dinheiro circulante. A conseqüência disso é ter menos dinheiro disponível na praça, aumentando, portanto, as taxas de juros.

Mas a principal conseqüência para o brasileiro é realimentação dessa dívida: a cada ano, para pagar as letras vencidas, o governo tem de emitir mais dinheiro para pagar os juros anuais (de 6%) — criando, portanto, novas dívidas para pagar as antigas.

A AGRICULTURA TAMBÉM CAI O ANO QUE VEM

Uma das hipóteses do PIB registrar um crescimento ligeiramente positivo em 1981 é que a agricultura cresça pelo menos 7% nesse ano.

No próximo ano, a julgar pelas previsões da Comissão de Financiamento da Produção, nem isso será possível, havendo forte possibilidade de uma crescimento negativo na produção agrícola, inclusive com diminuição da área cultivável.

Com a produção industrial certamente crescendo a índices negativos ou muito baixos, o PIB do ano de 1982 não escapará de ser negativo também — a menos que haja uma grande reviravolta.

Os principais responsáveis pela queda do produto agrícola serão a cana-de-açúcar e o café, que não dará nem a metade da safra de 1981.

A soja, que nos novos critérios de cálculo do produto agrícola terá peso maior, cairá em pelo menos 1% de área plantada e produção.

Os aumentos de produção de milho e feijão terão pouca chance de compensar as quedas da cana, café e da soja.

INDUSTRIALIZADOS DÃO VOLTA POR CIMA

Enquanto a Shell calcula que os países do Terceiro Mundo vão aumentar o consumo de petróleo em 300% até o fim do século, nos países industrializados a tendência da diminuição de dependência dessa fonte de energia é cada vez maior.

Os principais truques dos industrializados: uso mais eficiente do petróleo e diminuição da dependência dos voláteis países do Golfo Pérsico.

A dependência do petróleo nessa região ainda é muito grande, mas já é nítida a tendência de diversificação das fontes. A alternativa africana, por exemplo, poderá dar ao mundo industrializado ocidental algo próximo de 3,5 milhões de barris a médio prazo.

Mas é no item eficiência do uso que fica mais claro a precaução dos países industrializados.

Enquanto o mundo, como um todo, consumiu menos 4% entre 1979 e 1980, o Terceiro Mundo aumentou em mais 2,2%. Os Estados Unidos consumiram menos 8,8% e o Japão bateu o recorde de economia: menos 9%.

Assine ou renove sua assinatura de Movimento por telefone

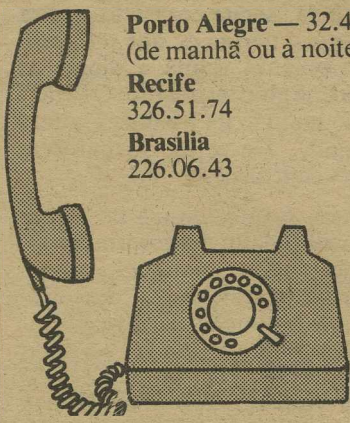
É só ligar para

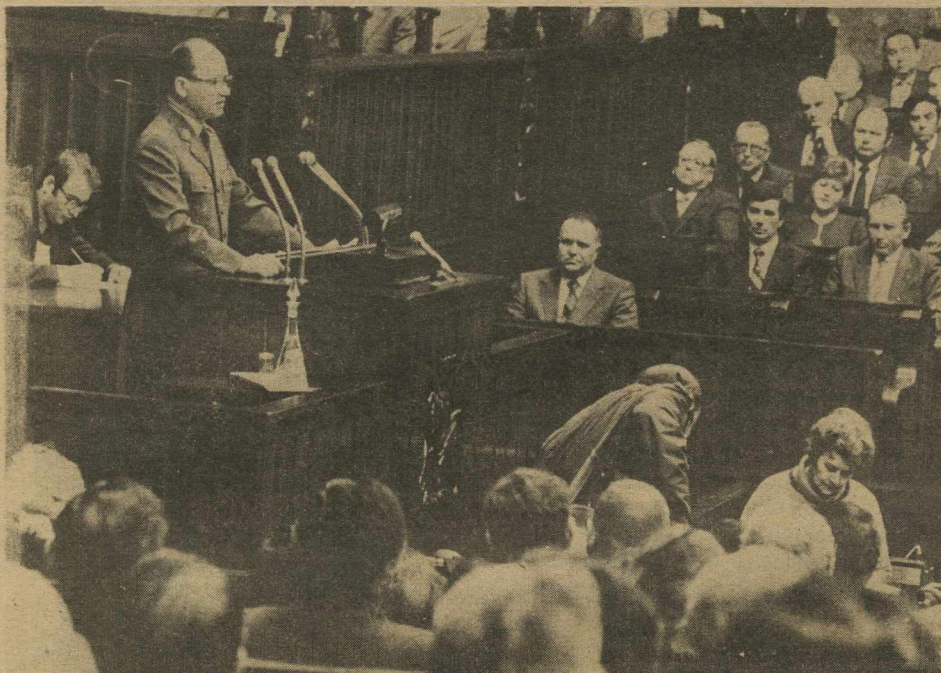
São Paulo — 210.66.22 e 210.67.44

Campinas — 42.73.33 (BIP A-67)

Londrina — 27.35.65

Porto Alegre — 32.46.69
(de manhã ou à noite)
Recife
326.51.74
Brasília
226.06.43





Jaruzelski (falando) e Kania, ex-premier, na 1ª fila



A mesa do 1º Congresso do sindicato Solidariedade

POLÔNIA

Uma trégua contra o caos

"A Polônia ainda não morreu, mas está agonizando". Quando um homem como Wojciech Jaruzelski, que concentra um poder sem precedentes na história recente daquele país (ele é, simultaneamente, secretário-geral do POUP, primeiro-ministro e ministro da Defesa) faz uma afirmação tão dramática, é porque a situação na Polônia só pode estar extremamente grave. Esta sensação de impasse se reforça ao compararmos esta frase com a declaração do principal dirigente do Solidariedade, Lech Walesa, em recente entrevista: "Tenho a impressão de que estamos nos aproximando do final desta situação: ou vamos vencer e haverá a Polônia que queremos, onde todas as coisas sejam repartidas com justiça, ou não sei..."

Ao final da semana passada, contudo, o governo polonês parece ter conseguido retomar um certo fôlego, depois de quase um mês de intensa agitação social, com a eclosão de greves "selvagens", isto é, fora do controle da direção sindical, que envolveram centenas de milhares de operários e quase levaram o país a um confronto generalizado. Dia 4, Jaruzelski, Walesa e o monsenhor Glemp, primaz da Polônia, reuniram-se e aprovaram a criação de uma "frente de entendimento nacional", formada pelo governo, Solidariedade e Igreja, com a finalidade de contornar os conflitos existentes. Na véspera, a Comissão Nacional do Solidariedade, reunida em Gdansk, aprovou por 57 votos contra três, uma resolução que pede aos seus filiados a suspensão de todas as greves e atos de protesto até janeiro de 82.

O processo político polonês mantém, assim, sua característica de alternar períodos de tensão com momentos em que ocorre um certo "relaxamento". A pergunta que se coloca, agora, é até que ponto esta trégua é viável, no quadro do profundo caos social e econômico que vive a Polônia.

A escassez de alimentos se agrava dia a dia e tem como contrapartida um crescente descontentamento popular. Falta tudo, desde comida e combustíveis, até os produtos mais banais, como botões e sabonetes. Três em cada quatro lojas já fecharam suas portas por falta de mercadorias. Paralelamente, a corrupção come solta e os produtos que faltam nas lojas podem ser encontrados,

Governo e Solidariedade se aliam para deter as greves e garantir o abastecimento. E se nem isto resolver a crise?

Igor Fuser

por preços duas ou três vezes maiores, no mercado negro que floresce em todas as cidades. Um dólar, que ao câmbio oficial vale 33 slotys, é vendido no câmbio negro a 250. Segundo fontes do Solidariedade, foram distribuídos no último congresso do POUP 2.500 pacotes de Marlboro, entre os 2 mil delegados, enquanto são racionados os cigarros para a população.

Grupos de soldados fiscalizam duas mil localidades no país

Em meio à crise, o governo Jaruzelski, expressão da linha da "renovação controlada" no POUP, tenta mostrar eficiência, lançando em cena a única instituição que ainda goza de respeito junto ao povo polonês, o Exército, pois o partido já há muito se encontra totalmente desacreditado. Desde o final de outubro, entraram em operação, em duas mil localidades por todo o país, pequenos grupos de soldados, comandados por oficiais de carreira, com a missão de informar o governo e ajudar a combater qualquer forma de contestação, ao mesmo tempo em que fiscalizam diretamente o abastecimento e os transportes.

Jaruzelski aposta no diálogo com a cúpula moderada do Solidariedade, acenando com uma política do tipo "você segura os seus radicais que nós seguramos os nossos", no que conta com o total apoio da Igreja. Simultaneamente, ameaça com o "fechamento" caso os líderes sindicais não atendam aos seus apelos. Se não vingasse o compromisso com o Solidariedade, o Parlamento imediatamente aprovaria um projeto de lei, já enviado pelo governo, proibindo as greves na Polônia, o que seria um verdadeiro tiro de mise-

ricórdia nos acordos de Gdansk, de 1980.

Do lado do Solidariedade, as coisas também não estão nada simples. Sua direção, aglutinada em torno de Lech Walesa, empenha-se de todas as maneiras em evitar um confronto, considerado como suicida. Sofre, porém, a pressão da radicalização espontânea de suas bases operárias, motivada pela escassez de gêneros alimentícios e pelas medidas repressivas das autoridades. Tudo isso num momento em que parece ter chegado ao limite a possibilidade do governo fazer concessões ao movimento sindical, sem ser derrubado pelos "duros" do POUP, liderados por Stefan Olszowski, extremamente próximo às posições de Moscou.

A principal proposta do sindicato para fazer frente à crise é a criação de um "Conselho Nacional de Economia", formado por todos os setores sociais do País, à exceção do governo e do POUP, com a função de controlar a política do governo em relação aos preços, à produção, à distribuição e à exportação. Evidentemente, esta proposta foi rejeitada pelo governo, que vê nesse Conselho um poder paralelo, situado acima das autoridades constituídas.

O Solidariedade trata, então, de segurar suas bases. Atualmente, está em discussão na Comissão Nacional do Solidariedade a proposta de um regimento interno antigreve, que prevê inclusive punições para os filiados que paralisarem o trabalho sem autorização da direção do sindicato. Esta é a resposta aos movimentos espontâneos que desafiam a autoridade da direção sindical nas últimas semanas, a exemplo da greve de 12 mil operários têxteis em Zyrardow, que durou 24 dias e não se encerrou nem mesmo com a presença pessoal de Walesa para pedir a volta ao trabalho.

Mesmo a greve geral de uma hora, que paralisou todo o país no último dia

28, foi assumida sem muito entusiasmo pela direção do Solidariedade. No dia 20, Lech Walesa havia descartado qualquer possibilidade de greve, para ser obrigado a assumir sua convocação três dias depois. A situação interna atual do sindicato é de grande polarização entre a ala "moderada", majoritária, e os chamados radicais, como Maria Jurczyk, líder do Solidariedade na cidade portuária de Szczecin, que está sendo processada pela justiça por ter acusado o governo de "traidor".

Uma tática do Solidariedade: as greves ativas

Logo após a greve geral, Walesa anunciou uma importante novidade na tática do Solidariedade: "Quero crer que esta será a última greve deste tipo. Daqui para frente, deveremos realizar greves ativas — por exemplo, se não houver meias-calças ou detergentes, colocaremos essas fábricas sob nosso controle e garantiremos a distribuição dos produtos".

De um lado, esta proposta reflete o interesse comum entre o governo e o sindicato de não agravar ainda mais a crise com a queda da produção. De outro, coloca um ingrediente novo no movimento sindical — o controle direto da produção e distribuição pelos operários — cujo efeito na prática é difícil prever.

Por ora, o governo, embora tenha marcado alguns pontos importantes na última semana, segue correndo contra o tempo, ante o perigo de que o rigoroso inverno polonês venha a piorar as dificuldades de abastecimento. O futuro do processo político na Polônia é ainda uma incógnita. De certo, só parecem existir duas conclusões.

A primeira é que, enquanto restar alguma possibilidade do governo polonês controlar a crise mantendo no essencial o atual status quo, estará descartada a possibilidade da invasão soviética. E a segunda é que se, ao final das contas, fracassarem as medidas do governo, o culpado por tudo já está definido: o sindicato Solidariedade.

O dia-a-dia da crise polonesa

1980

5/9 — Stanislaw Kania torna-se secretário-geral do Partido Operário Unificado da Polônia (POUP), em substituição a Edward Gierek, que se demite alegando “problemas de saúde” alguns dias depois dos acordos de Gdansk, que admitem o direito de greve e a existência de um sindicato independente do Estado.

22/9 — Reunidos sob a presidência de Lech Walesa, delegados de 35 sindicatos independentes criados no país fundam uma “união de caráter federativo”, batizada de **Solidariedade**, com sede em Gdansk. No dia seguinte, eles apresentam o pedido de registro do sindicato a um tribunal em Varsóvia.

24/10 — O tribunal aceita registrar o Solidariedade, desde que ele reconheça, em seus estatutos, o papel dirigente do POUP.

5/12 — Países-membros do Pacto de Varsóvia reúnem-se em Moscou e afirmam, em seu comunicado, que a Polônia “é e será um país socialista”.

1981

5/1 — Início das negociações entre o Solidariedade e o governo sobre a reivindicação dos sábados livres. Após um mês de discussões, em que ocorre grande número de greves, chega-se a um acordo: três sábados em cada quatro serão dias de descanso.

10/2 — O ministro da Defesa, Josef Pinkowski, é substituído por Wojciech Jaruzelski. No partido, fortalece-se a linha de “renovação controlada”, defendida por Kania, em oposição a Stefan Olzowski, considerado um porta-voz das posições de Moscou, que prega uma “normalização”.

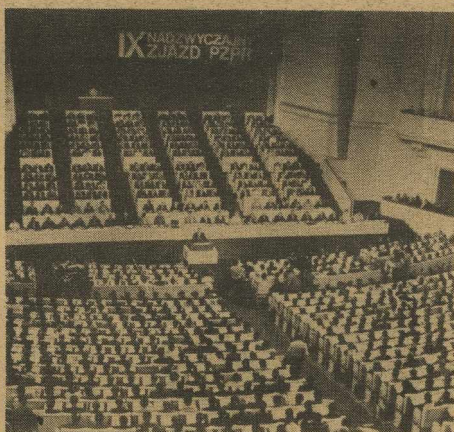
23/2 — Na abertura do 26º Congresso do PC da União Soviética, Brejnev afirma que o socialismo polonês está em perigo. No dia seguinte, Kania responde: “A Polônia é capaz de deter o avanço das forças contra-revolucionárias”.

19/3 — Problemas em torno do registro de um sindicato Solidariedade de camponeses suscita graves incidentes em Bydgoszcz.

29/3 — A agência Tass classifica a situação na Polônia como quase insurrecional. No dia seguinte, é assinado um compromisso entre o Solidariedade e o governo.

6/5 — O Parlamento concorda com o registro do sindicato independente dos camponeses privados, o Solidariedade Rural.

14/7 — Inicia-se o Congresso do POUP, realizado segundo procedimentos democráticos inéditos no Leste Europeu. Kania é reeleito secretário-geral, num pleito onde grande parte dos antigos dirigentes foi destituída pelos delegados. O candidato mais votado para o burô político do Comitê Central foi o general Jaruzelski.



O IX Congresso do POUP

25/7 — Em inúmeras cidades, iniciam-se as “marchas da fome”, protestando contra a escassez de alimentos e a diminuição das rações de carne.

3/8 — Ônibus e carros bloqueiam o centro de Varsóvia. A polícia impede a passeata de desfilar em frente à sede do partido.

11/8 — A primeira reunião do novo Comitê Central proclama que o partido “combaterá de modo decidido as ameaças anti-socialistas e contra-revolucionárias”.

5 a 10/9 — Primeira parte do Congresso do Solidariedade, em Gdansk. Os sindicalistas propõem um plebiscito sobre a autogestão e aprovam uma moção de apoio aos operários do Leste europeu que lutam por sindicatos independentes e eleições livres. A agência Tass qualifica o Congresso como “uma orgia anti-socialista e anti-soviética”.

10/9 — Uma mensagem de Moscou reclama do governo polonês “medidas enérgicas e radicais contra as manifestações de anti-sovietismo”.

16/9 — O burô político do POUP denuncia o “programa de oposição política” adotado pelo Solidariedade.

25/9 — O Parlamento aprova lei sobre a autogestão, numa versão modificada devido a um acordo com a direção do Solidariedade.

29/9 a 7/10 — Segunda etapa do Congresso do Solidariedade. A direção é criticada por ter aceito um compromisso em relação à autogestão contrária à decisão do Congresso. Lech Walesa é eleito presidente do sindicato com apenas 55% dos votos, disputando com outros três candidatos, considerados mais “radicais”. Destes, o mais votado é Marian Jurczyk, com 221 votos. O KOR (Comitê de Auto defesa Social), presidido por Jacek Kuron, anuncia sua autodissolução, por considerar que sua missão está cumprida.

16/10 — O governo e o Solidariedade concluem um acordo sobre o congelamento temporário dos preços dos alimentos.

17/10 — Lech Walesa, em Paris, é aclamado por três mil membros da Central Sindical controlada pelo Partido Socialista francês.

18/10 — Kania é substituído por Jaruzelski no cargo do secretário-geral. Na mesma reunião do pleno do Comitê Central do POUP são expulsos membros do partido filiados ao Solidariedade. Igreja faz apelo à união nacional.

20/10 — Polícia usa gás lacrimogênio contra 5 mil pessoas, em Katowice, que protestavam contra a prisão de três sindicalistas. (IF)

MULHERES ALUGADAS PARA CONCEBER “MEIOS-FILHOS”

Tudo é possível de ser alugado na sociedade capitalista, e agora mais um item pode ser acrescentado à relação: jovens, ao redor de 25 anos de idade, estão alugando seus úteros nos Estados Unidos para casais cujas esposas são estéreis, mas que desejam ao menos um “meio filho” — no caso, formado com os espermatozoides paternos.

Este aluguel custa cerca de 10 mil dólares mais as despesas médicas. Além disso, é comum uma gratificação à garota que alugou o útero caso o bebê seja masculino.

Esta prática teve início nos finais da década de 1960, nos Estados Unidos, nos momentos em que milhares de jovens voltavam do Vietnã e permaneciam marginalizados. Até um filme, “The Baby-Maker”, foi rodado sobre o assunto e chegou a ser exibido em São Paulo há alguns anos.

As razões alegadas pelas “Baby-Makers” atuais são em geral de ordem emocional: “gosto de ficar grávida”; ou então, “tenho sentimento de culpa por um aborto que fiz”. No entanto, no filme, as razões eram bem mais concretas: um jovem casal desempregado, ele ex-mariner no Vietnã, necessita de dinheiro para alimentar um filho pequeno.

COM A CRISE, REATIVA-SE O MOVIMENTO OPERÁRIO

A crise econômica do capitalismo internacional, com a inflação, o desemprego e endurecimento das condições de vida das massas trabalhadoras, parece estar levando a uma reativação do movimento operário.

Na França, passada a euforia da instalação do governo socialista de Mitterrand, há quase um mês estão se realizando greves e paralisações de diversas categorias profissionais em todo país. Uma reivindicação comum é a redução da jornada de trabalho sem perda salarial. Na Itália, dia 23 passado cerca de 10 milhões de trabalhadores aderiram às quatro horas de greve geral e participaram das manifestações realizadas em diversas cidades contra a Confederação das Indústrias e a política econômica do governo republicano de Giovanni Spadolini. A greve, convocada pelas centrais sindicais CGIL (comunista), UIL (socialista) e CISL (católica), combatia um acordo feito entre o governo e os empresários industriais, que visa à redução do nível de inflação mediante o achatamento dos salários. A manifestação havia sido convocada prevendo apenas a paralisação do setor industrial, mas acabou se espalhando para outros segmentos de trabalhadores, como agricultores, comerciantes, bancários e até funcionários públicos.

Na Inglaterra, a greve dos operários da fábrica de automóveis British Leyland, na semana passada, paralisou 58 mil trabalhadores que faziam reivindicações salariais. Apesar de não ter conseguido garantir as reivindicações da forma apresentada, foi a maior greve dos últimos tempos no país.

Mesmo nos Estados Unidos, a central sindical AFL-CIO, conhecida como praticante de um sindicalismo corrupto, começa a ter que se manifestar diante da situação criada para os trabalhadores pela crise e o plano econômico do governo Reagan. Em setembro, 250 mil trabalhadores mar-

charam sobre Washington no “Dia da Solidariedade”. Para a sua convenção, de 15 a 20 de novembro, a AFL-CIO, que tradicionalmente convida o presidente dos EUA, negou-se desta vez a convidar Reagan. Um dos convidados, aliás, é o polonês Lech Walesa.

O PLANO DE PAZ SAUDITA FAZ O JOGO DOS EUA?

Para alguns analistas internacionais, a atual política dos Estados Unidos para o Oriente Médio consiste na tentativa de colocar sob sua influência, e ao lado de Israel, os países árabes mais moderados, formando na região uma grande frente anti-soviética.

Logicamente, isso inclui também uma proposta para a questão palestina. E mais: a morte do presidente egípcio, Anwar Sadat, pode ser um fator positivo para a implantação desse plano.

O curso dos acontecimentos na região cada vez mais se ajusta a essa análise. Nos EUA, Reagan empenhou o máximo de esforços e conseguiu fazer o Congresso aprovar a venda dos aviões-radar **Awacs** à Arábia Saudita. Isso — apesar dos protestos de Israel — permite um estreitamento dos laços com os sauditas. Por outro lado, o príncipe Fahd, da própria Arábia Saudita, apresentou há algum tempo um plano para o Oriente Médio, em que propõe o estabelecimento de um Estado palestino com Jerusalém como capital, a retirada israelense dos territórios árabes ocupados e o reconhecimento do direito de todos os Estados viverem em paz.

Pouco depois, Ronald Reagan declarou que acha possível associar a Organização para a Libertação da Palestina ao processo de paz no Oriente Médio, “desde que ela concorde em reconhecer o direito de Israel à existência”.

Paralelamente, o presidente da OLP, Yasser Arafat, nas últimas semanas, tem elogiado reiteradas vezes o plano Fahd, duramente criticado por governos como os da Síria e do Irã, além de facções da própria OLP. Para eles, o plano contém o reconhecimento implícito de Israel e faz o jogo dos EUA.

A URSS E SEU SUBMARINO EM ÁGUAS MILITARES SUECAS

A União Soviética se envolveu em mais uma complicação com o caso do submarino encalhado em águas territoriais suecas e dentro de uma região reconhecida como militarmente restrita.

Apesar das “desculpas” apresentadas pelas autoridades soviéticas, o governo sueco exigiu, além delas, fazer um interrogatório do capitão do submarino, rebocamento do barco por unidades da Marinha sueca e custos da operação de salvamento a cargo da URSS.

Os soviéticos, além da derrota diplomática — tiveram que aceitar todas as exigências suecas — passaram a arcar com um relativo ônus político. E isso num momento em que é forte na Escandinávia a proposta de criar na região uma área desnuclearizada, e também quando toda a Europa se mobiliza pelo desarmamento.

Aproveitando essa “gafe” de seu arquiinimigo, a Agência Nova China — numa afirmação exagerada — comentou o fato como “um escândalo que comove o mundo”.

Isolado nacional e internacionalmente, depois de uma ditadura de oito anos, o governo uruguaio acena com um projeto de redemocratização e promete entregar o poder aos civis em março de 1985, quando terminar o mandato do general da reserva Gregorio Alvarez, que assumiu a presidência no dia primeiro de outubro.

A "abertura" proposta pelos militares não inclui no entanto nenhum dos partidos de esquerda e outras agremiações, se limitando a permitir vida legal apenas aos dois partidos tradicionais: Branco e Colorado, e assim mesmo mantendo no exílio seus líderes mais combativos.

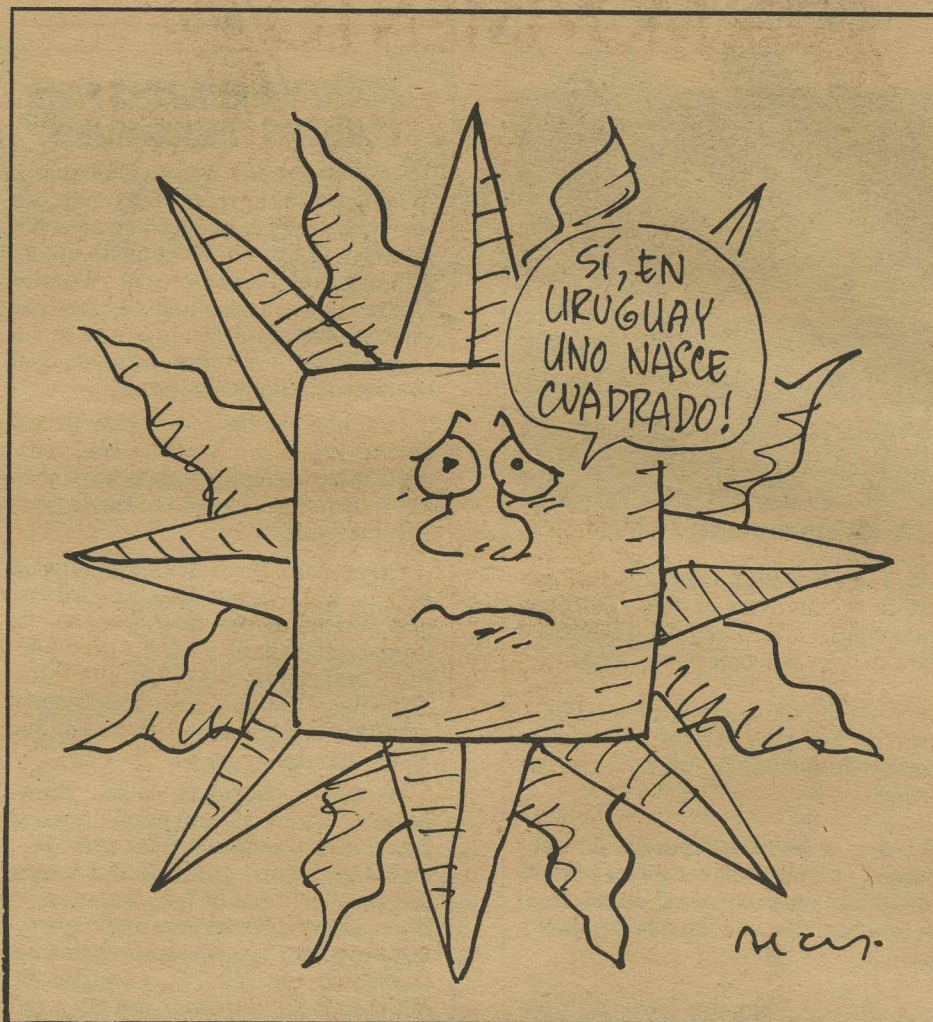
Criado num país onde, por exemplo, 95% dos trabalhadores eram filiados à Convenção Nacional dos Trabalhadores (CNT), o Partido Comunista Uruguaio (PCU) é um indicativo da politização dos portenhos. De linha pós-soviética desde a sua fundação na década de 20, até ser colocado na ilegalidade com o golpe de 73, o PCU possuía em suas fileiras cerca de 70 mil filiados, num país de três milhões de habitantes. Também é reflexo da falta de sustentação do regime militar a constituição da frente ampla que concorreu às eleições de 71, obtendo 300 mil votos.

Além de outros partidos e grupos como o PCU, o Partido Democrata Cristão e o Movimento 26 de Março, atuava dentro da frente ampla o Partido Socialista (PS), fundado no início do século e atualmente vinculado à Internacional Socialista. Definida como uma organização marxista, o Partido pela Vitória do Povo (PVP), foi fundado no Uruguai em 1975, na ilegalidade. Dos 1500 presos políticos do país, 200 pertencem a esta organização, que tem, ainda, muitos militantes somando no quadro de 500 mil pessoas que deixaram o país desde o golpe dos militares. Todos estes partidos continuam proscritos no plano dos militares, à revelia de expressão política que representam. Aliados desse processo, os dirigentes de várias organizações que estão no exílio, criaram em abril de 80 a Convergência Democrática do Uruguai, que não significa uma fusão de partidos, mas de indivíduos que representam a maioria das correntes de oposição. (V.F.)

Movimento — Depois da derrota no plebiscito de novembro do ano passado, os militares propagandearam um plano de "redemocratização" que visa a obter uma base de sustentação. Frente a esse "diálogo", qual é a possibilidade do governo encontrar eco entre setores da oposição?

Convergência Democrática do Uruguai — O "diálogo" é uma tentativa, a exemplo do plebiscito, de melhorar a imagem da ditadura e legitimá-la no exterior. Mas se não falarem com os líderes da maioria da população que continuam cassados, presos ou exilados, não há diálogo. Por outro lado, os liberais sabem que se compactuarem com os milicos perderão suas bases, pois mesmo os partidos tradicionais trazem o peso da liberdade histórica do Uruguai, onde não existe um ditador que não tenha sofrido um atentado pessoal ou revolução.

Além disso, a forma como a ditadura busca a "redemocratização" chega a ser uma ironia: quando foi iniciado o "plano", no ano passado, os milicos pediram ao senhor feudal Gallinal que nomeasse uma comissão com representação do Partido Nacional para "dialogar". Nessa comissão, o mais novo tinha 78 anos (o mais velho, 94) e se aproveitava ainda de outros pobres velhos. São figuras históricas mas sem a mínima representatividade.



URUGUAI

Fala a oposição: abertura é farsa.

Partidos de oposição do Uruguai explicam a Movimento porque não acreditam nas promessas dos militares

Vera Flores

Partido Socialista (PS) — O governo uruguaio e, fundamentalmente, sua cúpula militar, tenta mudar a correlação de forças tanto no plano interno como internacional. Num mesmo esquema — renovado — se mantém a COSENA (Conselho de Segurança Nacional) como órgão máximo do governo, que continua nomeando o Conselho de Estado (agora ampliado para 35 membros). No plano econômico, o trabalhador continua sustentando os lucros do capital financeiro, minorias oligárquicas e do imperialismo. Os sindicatos continuam proibidos, assim como a CNT (Convenção Nacional dos Trabalhadores), os partidos e milhares de militantes proscritos.

Por trás do diálogo um contrabando de continuismo

Partido pela Vitória do Povo (PVP) — os militares não modificaram os eixos da sua proposta, que já foram rechaçadas pelo povo no plebiscito. Nesse contexto, por trás da fachada de "diálogo" (que alguns políticos celebraram como uma "primavera democrática") contrabandearam um verdadeiro pacote de medidas continuistas. O grave neste

momento são políticos que compactuam com esse diálogo, dizendo representar setores brancos e colorados.

Movimento — Qual é a estratégia da força política que representa, para derrubar a ditadura? E sobre a Assembleia Nacional Constituinte, se fosse convocada pela ditadura já significaria um avanço político para a oposição?

CDU — O Uruguai não precisa de constituinte para voltar à democracia porque a Constituição de 67, que foi alterada pelos militares, é democrática. Para voltar à democracia, basta revogar os atos de exceção. Entretanto aceitamos a constituinte como uma saída, desde que eleita por todo o povo e com a participação de todos os partidos.

PS — Nós lutamos por um governo de unidade nacional, patriótico e democrático, com um programa que sintetize o sentir das grandes massas, abrindo um caminho de acordo entre as diversas vertentes opositoras. Lutamos por um governo provisório que garanta anistia irrestrita, liberdades democráticas, retificação da política econômica e convocação de uma assembleia nacional constituinte por voto popular e livre funcionamento de todos os partidos. Para nós isso seria um passo importante na recuperação da normalidade democrática, mas não seria o único, pois não pretendemos regressar a um passa-

do que, em seus vícios e limitações, foi o germe do presente de opressão. O próximo passo é a reconstrução nacional sobre novas bases onde serão respeitadas as tradições nacionais e o pluralismo, buscando a mais ampla participação do povo numa rica discussão ideológica e política. A experiência histórica de nosso povo põe na ordem do dia a tarefa de construir uma sociedade que aponte para o socialismo. Quanto à convocação da constituinte pelo atual regime, no nosso entender, não significa nenhum avanço, pois não oferece nenhuma segurança democrática.

A luta pelo direito à insurreição, como na Nicarágua

PVP — Nosso partido luta pela convocação de uma assembleia constituinte convocada depois da derrocada da ditadura, por um governo provisório que garanta amplas liberdades e direitos populares. Porém, não aspiramos a uma volta atrás; não lutamos pela utopia de um Uruguai falsamente democrático onde sejam burladas as aspirações de liberdade. Uma estratégia de resistência e mobilização de massas, tem inevitavelmente que se pautar pelo direito do povo à insurreição. Esse caminho já foi seguido na Nicarágua. De maneira alguma significaria um avanço a constituinte convocada pelos militares.

Movimento — No momento atual quais são as alianças imprescindíveis para formar um bloco de oposição à ditadura? Já está construída essa frente?

CDU — Para derrubar a ditadura é preciso a união de todos os que se opõem a ela. Até esse objetivo estamos todos juntos. Essa aliança já se deu no Uruguai de uma forma espontânea durante o plebiscito, e fora do país se explicita na Convergência Democrática, que congrega a maioria dos partidos de oposição. Tentamos ampliar essa frente que brotou dentro do Uruguai, embora fora do país a nossa organização expresse uma aliança entre dirigentes políticos cassados.

PS — As distintas forças de oposição já demonstraram seu esforço unitário nas eleições de 71, na formação da frente ampla, que aglutinava amplos setores atuantes num programa antioligárquico e antiimperialista. Mas agora é fundamentalmente no exterior que a unidade é mais ampliada, provocando o surgimento da Convergência Democrática: uma ferramenta importante para a luta do nosso povo. Apesar disso, entendemos que devem ser intensificados os esforços para ampliar a participação de outros setores e do povo em seu conjunto.

PVP — É necessária a mais ampla unidade antiditatorial, sem exclusões, que somem força em torno de uma plataforma comum de defesa das liberdades. E se a resistência popular em todos estes anos não foi mais intensa e eficaz, é justamente pela renúncia de alguns setores políticos em concretizarem essa unidade. No exterior tem havido avanços, em matéria de coordenação, de algumas forças opositoras, enquanto que no interior do país não se dá nenhum passo nesse sentido. Por parte de alguns setores de "oposição" ainda são frequentes as invocações contra a unidade com marxistas e com o movimento operário classista. É imprescindível avançar para uma unidade verdadeira contra a ditadura, e ao mesmo tempo defender o legado de lutas operárias e populares dos últimos 15 anos.

MOVIMENTO Popular

Separata de Movimento
Edição Semanal 332 — 09 a 15/11/81

No próximo dia 16 de novembro termina o prazo para que o Governo dê uma resposta às reivindicações aprovadas pela Conclat — Conferência das Classes Trabalhadoras —, que foram entregues ao Palácio do Planalto no dia 1º de outubro, Dia Nacional de Luta. Apesar de não terem sido recebidos pelo presidente em exercício, Aureliano Chaves, mesmo marcando audiência com uma certa antecedência, a comitiva de membros da pró-CUT protocolou a entrega do documento, e neste dia 16 está marcada uma grande concentração em Brasília para o recebimento da resposta. Até esse dia, a Comissão Executiva da pró-CUT determinou que os sindicatos deveriam realizar assembléias de suas categorias, discutir com elas o plano de lutas da Conclat, e prepará-las para uma possível greve geral, caso a resposta do Governo seja negativa, como tudo parece indicar. Deveriam também organizar caravanas, para que no dia 16 chegassem em Brasília milhares de manifestantes vindos de todo o Brasil.

Ao contrário do que esperavam as cinco mil pessoas presentes à Conclat, o saldo organizativo e a preparação para uma possível greve geral está muito abaixo do imaginado. Até o dia 16, poucos serão os sindicatos que realmente terão mobilizado suas categorias, com assembléias e reuniões, com base no plano de lutas e resoluções da Conclat. Muitos deles entraram em campanha salarial nos últimos dias, e convocaram suas categorias para sua luta específica. Nas assembléias, dos metalúrgicos de São Paulo, por exemplo, a questão da greve geral, da construção da CUT eram levantadas por um ou outro orador, nada constando nos boletins distribuídos à categoria.

Os metalúrgicos de Santos — cujo presidente, Arnaldo Gonçalves, é membro da pró-CUT — não haviam marcado até o final da semana passada, nenhuma assembléia com o objetivo de preparar o dia 16. Os metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, através de sua diretoria, cogitavam a possibilidade de nesta semana fazer uma assembléia, o mesmo acontecendo com os bancários de São Paulo. Antonio Toschi, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, um dos que assinaram acordo salarial na semana passada, dizia estar preparando sua categoria, mas reclamava dos membros da pró-CUT, que segundo ele estariam alterando todo o plano de lutas aprovado pela Conclat. Para Toschi a pró-CUT deveria imprimir uma nova dinâmica ao movimento sindical, exigindo dos sindicatos um cumprimento mais rigoroso dos objetivos estabelecidos pela Conclat.

A mesma argumentação era usada pelo secretário-geral do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Clemitre Guedes da Silva, que dizia estar aguardando orientações da Pró-CUT sobre o que fazer para o dia 16. Ele garantiu, no entanto, que o Sindicato continua fazendo reuniões e distribuindo material em portas de fábricas, com o objetivo de manter a categoria mobilizada, mesmo depois de assinado o acordo salarial deste ano.

Essas críticas eram rebatidas por Hugo Peres, Presidente da Federação das Indústrias Urbanas de São Paulo e membro da Executiva da pró-CUT, afirmando que os sindicatos reclamariam intromissão nos seus problemas internos caso a pró-CUT os obrigasse a cumprir o calendário estipulado. "Nós



SINDICALISMO

FINDA O PRAZO MAS GREVE GERAL PARECE DISTANTE

Apesar das campanhas salariais
a organização nacional
ainda é muito baixa

precisamos ser realistas e planejar as coisas a longo prazo", diz Hugo Peres, afirmando que a pró-CUT precisa criar sua infra-estrutura, sem a qual será impossível pretender mobilizar grandes massas. Hugo Peres no entanto reconhece algumas dificuldades enfrentadas pela Comissão pró-CUT. Alguns de seus membros estariam demonstrando um grande desinteresse pela viabilização da Comissão.

Um reflexo disso seriam suas reuniões, nas quais vários de seus membros têm faltado. Na última reunião da Executiva compareceram apenas 13 dos seus 23 componentes. Entre os faltosos estão grandes lideranças sindicais, como Lula, João Paulo Vasconcelos e Olívio Dutra. Mesmo assim, nessa reunião foi preparada uma proposta de regimento interno, dividindo a Comissão em 5 secretarias: administração; finanças; relações intersindicais; organização e infra-estrutura; e divulgação e propaganda. Essa proposta, mais a necessidade da Comissão contar com metade de seus membros mais um para iniciar qualquer reunião, e só aprovar qualquer resolução com 2/3 dos seus membros, serão apresentadas na próxi-

ma reunião da Comissão, a ser realizada no dia 15 de novembro, em Brasília. Se por um lado a preparação para o dia 16 corria em banho-maria, os acordos salariais, envolvendo milhares de trabalhadores, pipocaram por todo o país.

Os metalúrgicos de São Paulo, Guarulhos e Osasco assinaram acordo salarial com a Fiesp, na semana passada, obtendo um piso salarial de Cr\$ 17.520, índices de produtividade de 5% para quem ganha até 3 salários mínimos; de 3% para 6 salários, e 2% para até 10 salários. Embora não concordando com os índices oferecidos, os presidentes dos três sindicatos se dispuseram a assinar o acordo, argumentando que se o acordo fosse levado a dissídio, o Tribunal do Trabalho fatalmente daria índice de produtividade um pouco maior, mas retiraria o piso salarial. Essa dúvida estaria refletida na assembléia que aprovou o acordo, realizada na sexta-feira, dia 30 de outubro, onde compareceram dois mil metalúrgicos. Alguns sindicalistas condicionavam a assinatura do acordo ao tamanho da assembléia. Se o comparecimento fosse grande, eles proporiam a recusa da proposta patronal e a deflagração da greve para forçar uma

proposta melhor. Como isso não aconteceu, o acordo foi aceito.

Os químicos de São Paulo, outra numerosa categoria, conquistariam índices melhores, mesmo sem ter sido mobilizados por seu sindicato. A eles foi oferecido piso salarial de Cr\$ 20 mil, índice de produtividade de 5% para três salários mínimos, 4% para 6 salários e 2% até 10 salários.

Os bancários de Minas Gerais e os de Goiás também firmaram acordo salarial na semana passada, obtendo índices compensadores. A eles foi oferecido 15% de produtividade, 3 meses de estabilidade, 100% sobre as horas extras.

Nenhuma dessas categorias, no entanto, conseguiu a estabilidade de um ano e piso salarial de Cr\$ 24 mil, como foi conquistado pelos eletricitários de todo o Nordeste (ver Movimento da semana passada).

Além dessas categorias, estão em processo salarial os metalúrgicos de Belo Horizonte, Contagem e Betim. Também, em Minas Gerais, a Siderúrgica Belgo-Mineira procura renovar o acordo de redução da jornada de trabalho e a conseqüente redução do salário, por mais três meses.

Mas há também movimentações de outro tipo no meio sindical.

Os metalúrgicos de Santo André realizarão nesta semana o terceiro escrutínio para a eleição de uma nova diretoria em seu sindicato. O processo eleitoral vem sendo marcado por diversas manobras da junta governativa, que dirige o sindicato, impedindo que uma das chapas opositoras conquiste a entidade. Nessa cidade dificilmente se conseguirá preparar qualquer mobilização para o dia 16 de novembro, ou alguma greve a curto prazo.

Os funcionários públicos municipais, estaduais e federais, através de suas associações, reuniram 150 pessoas no último dia 28 de outubro, na Câmara Municipal de São Paulo, e prepararam um documento que foi entregue às autoridades, exigindo aumento salarial imediato, com base no INPC, 13º salário, e direito a sindicalização. Eles pretendem aguardar a resposta até o dia 16 de novembro, quando pretendem engrossar a manifestação preparada pela pró-CUT. O funcionalismo talvez seja a categoria que mais tem procurado relacionar suas lutas com os objetivos traçados pela Conclat.

Os professores das Universidades Federais autárquicas vêm, nas últimas semanas, realizando um intenso processo de assembléias e poderão paralisar suas atividades nesta semana caso o MEC responda negativamente às suas reivindicações. Além deles, os professores de Florianópolis, também estão ameaçando entrar em greve ainda esta semana, o que já vem acontecendo com os professores do Rio Grande do Norte.

Ao contrário de muitos sindicalistas, as correntes políticas que atuam no movimento sindical têm-se empenhado, de uma forma ou de outra, para fazer do dia 16 de Novembro um grande acontecimento nacional. Segundo a pró-CUT, caso a resposta do Governo nesse dia seja negativa, deverá ser deflagrado um intenso processo de mobilização nacional, que já deveria estar ocorrendo, e que desembocará na greve geral. Resta saber se a maioria dos sindicalistas que participaram da Conclat realmente se empenharão nesse processo. (Mario Serapicos)

Dez anos depois, a UBES está aí

Em congresso, secundaristas reconstroem a UBES; 500 delegados de todo o país elegem diretoria e aprovam plano imediato de lutas

Frederico Fullgraf, de Curitiba

Com a presença de 500 delegados e mais de um mil observadores sem direito de voto, secundaristas de todo o país realizaram, durante o feriado de finados, um congresso em Curitiba, no qual reconstruíram a União Brasileira dos Estudantes Secundários. Apesar dos tumultos e brigas entre as correntes estudantis, que redundaram no ferimento de sete pessoas, os estudantes secundários reunidos em Curitiba elegeram uma diretoria para a UBES e aprovaram um plano de lutas imediato.

A UBES passa assim a voltar a ter uma existência, após 10 anos sem funcionar, pois a sua última diretoria foi duramente perseguida, em 1971, pelo regime militar. O novo presidente da UBES é Sérgio Amadeu da Silveira (atual vice-presidente da UPES de São Paulo e simpatizante do jornal *Hora do Povo*). O Congresso aprovou as seguintes bandeiras: 12% do orçamento público para o setor educacional, fim das taxas de matrículas, nenhum aumento de anuidades das escolas particulares superior a 34%, subsídio para as escolas particulares, reformulação dos currículos escolares, regulamentação da profissão de técnico de nível médio e representação de todas as entidades estudantis.

Face aos tumultos e divergências, o congresso não tomou posições sobre uma série de questões, como em relação à posição dos secundaristas face às eleições de 1982. Ao discutir a situação internacional, rejeitou a bandeira de a UBES lutar pela Paz Mundial, que era defendida pelos secundaristas simpatizantes da *Hora do Povo* e *Voz Ativa Secundarista* (Refazendo).

Os secundaristas enfrentaram toda sorte de boicote das autoridades para realização do Congresso e quatro dias antes da sua realização, a União Paranaense dos Estudantes Secundários, responsável pela organização do encontro, não tinha sequer arrumado alojamento para os delegados e local para reunião. O congresso findou sendo realizado nas dependências do Colorado Futebol Clube, cujo péssimo estado de conservação e deficiências infra-estruturais só contribuíram para o clima de tensão, cujo saldo no final foi uma briga na qual sete pessoas saíram feridas. Entre elas, uma garota que teve uma perna quebrada.

O congresso da UBES contou com a participação de secundarista adeptos do "PDS jovem", quase todos eles dos estados sulinos, especialmente do Rio Grande do Sul. Esses delegados, quase uma centena, foram os responsáveis pelos primeiros tumultos. Sempre que o congresso entrava em discussões, os delegados do "PDS jovem" quase todos eles vinculados à União Gaúcha dos Estudantes Secundários e que foram ao congresso indicados pelas diretorias dos grêmios, saíam do plenário e só voltavam na hora da votação.

Em muitas votações, eles puxaram a

palavra de ordem: "gaúchos unidos jamais serão vencidos". O slogan bairrista era respondido por secundaristas simpatizantes dos jornais *Hora do Povo* e *Tribuna da Luta Operária* que puxava: "o povo unido, jamais será vencido". Ao que os gaúchos aderiam, estabelecendo assim uma aliança que iria se manifestar em todo o congresso, na qual o PDS ficaria ao lado dos secundaristas simpatizantes da *TLO*, *HP* e outras tendências, contra a tendência *Alicerce e Luta* — (*Convergência Socialista e Liberdade e Luta*), *Caminhando* e *Centelha*.

Briga e pânico: HP versus Alicerce e Luta

A grande briga ocorreu a poucas horas do encerramento do congresso, durante uma democrata votação, em torno da questão de se os secundaristas deveriam lutar pelo ensino público e gratuito em todos os níveis, ou se deveriam defender, para o caso das escolas particulares, nenhum aumento de mensalidades superior a 34%. A

facção *Alicerce e Luta*, que defendia a primeira proposta, teve 207 votos e deveria vencer, uma vez que os delegados do "PDS jovem" não estavam presentes. Imediatamente, alguns secundaristas vinculados ao jornal *Hora do Povo* passaram a agredir outros que eram vinculados a *Alicerce e Luta*. O saldo da briga foi um pânico generalizado, uma garota com a perna quebrada e outra que se contorceia no chão com espasmos, em virtude dos chutes recebidos no ventre.

Após as brigas, as diversas tendências davam a sua versão: para Gerson Marques, presidente da CIVUB da Bahia, e simpatizante da *Tribuna da Luta Operária*, os incidentes decorreram do nervosismo criado em virtude "da falta de condições infra-estruturais do local onde estava sendo realizado o congresso". Outra era a visão de Henrique Carneiro, presidente da União Paulista dos Estudantes Secundários, vinculado à tendência *Alicerce e Luta*:

"A origem desses tumultos está no encontro de secundaristas realizado em Salvador, que elegeu uma comissão pró-UBES que não tinha capacidade de levar adiante o congresso. No movimento secundarista existem correntes diretamente ligadas à ditadura, que

vieram ao congresso com o intuito de destruí-lo. A União Gaúcha dos Estudantes Secundários, a UPES do Paraná e o CECEP do Piauí foram entidades que firmaram ao longo desses anos de ditadura, numa estrutura burocrática e tenta aqui empregar seus métodos fascistas.

Após todos esses tumultos, os secundaristas passaram para a votação da diretoria da União Brasileira dos Estudantes Secundários, onde duas chapas polarizaram: *Reconstrução* (*HP* e *TLO*) e *Alicerce* (*Convergência Socialista e Liberdade e Luta*). A chapa *Reconstrução* foi vitoriosa, com 322 votos, enquanto a outra chapa obteve 200 votos. Os cerca de 100 delegados vinculados ao "PDS jovem" despejaram seus votos na chapa *Reconstrução*.

A diretoria da UBES tem como seu presidente o secundarista Sérgio Amadeu Silveira (atual vice-presidente da UPES e simpatizante do jornal *Hora do Povo*), como vice-presidente Gerson Marques (presidente da CIVUB, Bahia e simpatizante da *TLO*), como segundo vice José Eugênio Maciel, (da UPES do Paraná e sem vínculos com qualquer tendência), e como secretário-geral Breno Hartman, (da UPES de São Paulo e de *Refazendo*).

ESTUDANTES(2)

Com as cartas na mesa

No 33º Congresso, UNE discute entre várias questões posicionamento na eleições/82

Posicionamento face às eleições de 1982: confronto imediato ou uma tática de acúmulo para se garantir a conquista das reivindicações, avaliação da proposta de greve geral feita pela diretoria durante esse ano, definição de uma posição sobre a situação internacional e eleição da diretoria em congresso ou através de eleição direta, eis as principais questões que irão polarizar o 33.º Congresso da União Nacional dos Estudantes, a ser realizado entre 12 a 15 de novembro em Cabo Frio, Rio de Janeiro.

O Congresso da UNE terá de definir ainda quais são as reivindicações específicas no plano educacional, na qual duas questões sofrerão destaques: a primeira delas será se os universitários devem reivindicar subsídios para as escolas particulares ou se devem reivindicar a sua transformação em escolas públicas. A atual diretoria, ao lado de outras tendências como *Unidade e Refazendo*, defendem a primeira posição, enquanto *Liberdade e Luta*, *Centelha*, *Caminhando* defendem a segunda. O segundo grande divisor na questão educacional será face à questão do aumento da anuidade das escolas particulares. O primeiro bloco defende-

rá a posição de nada além de um aumento superior a 34%, enquanto o segundo defenderá a posição de congelamento das anuidades.

A primeira grande divergência será sobre a avaliação do movimento estudantil durante o ano que passou, particularmente em relação à proposta de greve geral feita pela atual diretoria. Os atuais diretores já divulgaram um jornal no qual consideram que o movimento estudantil foi vitorioso durante esse ano, por ter feito o MEC recuar de suas intenções de transformar as universidades públicas em fundações e por passar a admitir negociar com a UNE. Segundo a atual diretoria, a greve geral só não se realizou por boicote das correntes que a ela se opuseram.

Em troca, o material divulgado pelas outras tendências são acres na crítica à atual diretoria pela sua proposta de greve geral. Os comunistas universitários vinculados ao PCB divulgaram um documento onde avaliam o atual momento como de "refluxo", criticam a proposta de greve geral, bem como a "partidarização das entidades". Da maneira anunciada e às vezes com outros argumentos, a mesma crítica é

feita por outras tendências, como *Liberdade e Luta*, *Centelha* e *Caminhando*.

Em relação às eleições de 1982, as cartas se embaralham: um grande bloco composto pela atual diretoria (*Hora do Povo* e *Tribuna da Luta Operária*), *Refazendo*, *Voz da Unidade* defenderam que a UNE apóie candidatos unitários da oposição, aos cargos majoritários. Por sua vez, *Liberdade e Luta* e *Convergência Socialista* farão a proposta que a entidade apóie, nas eleições de 1982, candidatos do Partido dos Trabalhadores. Já *Caminhando*, fará uma proposta intermediária, que a UNE apóie candidatos de um bloco operário e popular.

No terreno internacional, a grande polêmica será em torno da bandeira da paz mundial, defendida por *Refazendo*, *Voz da Unidade* e *HP*, e combatida por todas as outras correntes, que consideram esta bandeira "pacifista".

O congresso provavelmente optará por eleger a futura diretoria no próprio congresso, uma vez que apenas a tendência *Caminhando* está defendendo a proposta de eleição através do voto direto de todos os estudantes.

(Tibério Canuto)

Unicamp: gorou a intervenção

Agora o reitor quer negociar, mas não readmitiu ninguém

O primeiro "round" da batalha da Unicamp foi vencido pela comunidade universitária. No final da terceira semana de resistência contra a intervenção do governo de São Paulo, o reitor da Unicamp, Plínio Alves de Moraes, comunicou sua intenção de negociar.

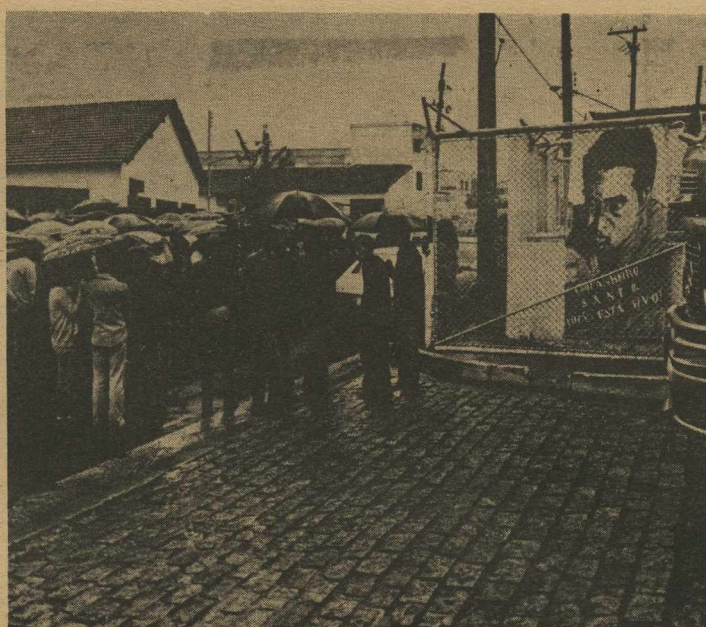
Em carta dirigida aos colegas das unidades sob intervenção o reitor propôs que aqueles órgãos elaborem listas com nomes dos professores que poderiam substituir os interventores. Alves de Moraes exigiu que os nomes indicados sejam os de professores titulares concursados; não fez nenhuma menção a respeito da sua disposição ou não em readmitir os 13 funcionários demitidos com a intervenção, todos membros da diretoria da Associação dos Servidores da Unicamp; também não prometeu nada com relação à posse no conselho diretor dos cinco estudantes recentemente eleitos para esse órgão.

A atitude do reitor foi considerada um recuo e portanto uma vitória parcial do movimento de defesa da Unicamp. Porém, em assembleias gerais os professores e alunos decidiram que as negociações só serão possíveis com a readmissão dos 13 funcionários demitidos e com a publicação em Diário Oficial da exoneração dos interventores.

Até o final da semana passada apenas um interventor permanecia empossado. Os demais, ou não aceitaram os cargos ou se demitiram dias após suas posses por causa da vigorosa resistência imposta pela comunidade acadêmica.

Animados com o desenrolar da luta, tanto alunos como professores acreditam que é possível sustentar mais algum tempo a mobilização com o objetivo de aprofundar mais a vitória. No entanto, a polêmica que prende a atenção de todos está na definição do que deve ser considerado como o limite da negociação. A assembleia dos professores não tirou nenhuma posição sobre a exigência do reitor, de que os substitutos dos interventores sejam professores e titulares concursados, enquanto os estudantes definiram-se contra essa exigência já que esse era o quadro antes da intervenção. Por outro lado, parece ser consenso que são remotas as possibilidades de o Conselho Diretor encampar a lista sêxtupla de "reitoráveis" votada pela comunidade e encabeçada pelo professor Paulo Freire.

MOVIMENTO Popular



Uma procissão de duas mil pessoas percorreu 3 quilômetros em homenagem ao líder metalúrgico.

TRABALHADORES

"Continuem a luta de Santo"

O apelo de Ana Dias na missa que marcou o segundo ano do assassinato do seu marido pela polícia em 1980

Uma procissão com duas mil pessoas, que percorreu os três quilômetros entre o Largo 13 de Maio e o Cemitério do Campo Grande, em Santo Amaro, marcou o segundo ano da morte do operário metalúrgico Santo Dias da Silva. A manifestação foi convocada pelo Comitê "Santo Dias da Silva", que na sexta-feira dia 30/10, já havia realizado ato público em frente à fábrica onde Santo foi baleado pela polícia.

A passeata saiu às 9h00, do Largo 13 de Maio, tendo à frente a viúva de Santo, Ana Maria e seus dois filhos, Santinho e Luciana. Mais de 50 comunidades, grupos de bairros, associações, sindicatos e movimentos reivindicatórios de São Paulo estiveram representados, inclusive, representantes das comunidades de São Félix do Araguaia.

Durante o trajeto, faixas e cartazes lembravam o exemplo de participação do operário e também o processo que julga o PM acusado de ter atirado em Santo, ainda não concluído na Justiça Militar. "Onde está a Justiça?", dizia uma dessas faixas e, ao lado dos dizeres, desenhos representavam o desemprego, os operários e a repressão policial. Pequenos folhetos com a foto e a biografia de Santo e uma citação bíblica ("Verdadeiramente, este era um



Fotos Marietela Mafei

Luciana, Santinho e Ana Dias

homem justo") foram distribuídos ao longo do caminho percorrido pela procissão.

No cemitério do Campo Grande, ao lado do túmulo simples em que está enterrado o metalúrgico (e onde se lê,

numa cruz de cimento: "Assim como Jesus, foi morto pela causa da justiça", foi celebrada missa, oficiada por D. Fernando Penteado, bispo de Itapevica.

A missa terminou às 11h50, e D. Fernando na sua homilia lembrou outros brasileiros mortos na luta pela justiça, citando o exemplo de Angelo Cresta e Gringo. "Nossa vida é ajudar a humanidade a se aperfeiçoar, e temos a obrigação de apoiar nossos irmãos que ajudam a humanidade a se organizar".

Uma representante dos clubes de mães da Região Sul convocou a todos para que participem das reuniões, que estão sendo realizadas às quartas-feiras pela manhã, no Largo 13 de Maio, no sentido de se tomar uma atitude frente ao desemprego. Ana Dias concluiu a homilia: "Quero pedir a todos que continuem a luta do Santo. Ele foi assassinado porque dizia a verdade, por causa da luta dos operários: Ele morreu, mas continua em nós. Porque é preciso Justiça. A gente vê o que está ocorrendo nesses dias, as injustiças, o desemprego, os operários com todas as portas fechadas. Nós precisamos abrir uma porta, aquela que tanto o Santo procurou".

PARTICIPE!

• **Lançamento — Crônicas Nordestinas (Sabor de Química)** — O escritor Roniwalter Jatobá, autor de **Crônicas da Vida Operária e Filhos do Medo**, estará lançando seu novo livro **Crônicas Nordestinas (Sabor de Química)**, publicado pela Global Editora. A renda com o lançamento será doada ao Sindicato dos Empregados em Empresas Editoras de Livros do Estado de São Paulo. Dia 12 de novembro, às 20 horas, na Impacto de Comunicação — Galeria de Arte, Alameda Joaquim Eugênio de Lima, 30 — Bexiga, em São Paulo.

• **Crise econômica** — O Centro de Estudos Noel Nutels promove nos

dias 9, 11 e 13 os debates "A Crise Econômica Mundial e suas Repercussões no Brasil", "As Relações Norte-Sul: Diálogo ou Confronto?" e "O Modelo Brasileiro de Desenvolvimento". Nos dias 16 e 18 estarão em debate "A Crise Brasileira Atual" e "Propostas Para Sair da Crise". A inscrição custa Cr\$ 4.000,00 e deve ser feita na rua 7 de Abril, 230, 7.º andar, bloco B, cj. 76, fone: 231-2789, em SP.

• **Questão Indígena** — De 9 a 12 de novembro os temas "O Índio Perante o Direito", "O Índio e os Projetos de Desenvolvimento Comunitário", "Política Indigenista Oficial, Críté-

rios de Indianidade e as Organizações Indígenas" e "A Questão Indígena e a Antropologia" estarão em debate no Seminário que a comissão Pró-Índio de São Paulo promoverá na rua Caiubi, 126, fone 864-1180, sempre às 19 horas. No dia 13 haverá a projeção do filme "Terra de Ninguém", de François Corbineau. A taxa de inscrição é de Cr\$ 500,00.

• Dia 10 de novembro, às 12 horas, haverá uma manifestação de apoio às Mães da Praça de Maio, em frente ao Consulado da Argentina em São Paulo, na rua Araújo, 216. A manifestação é convocada por várias entidades, entre elas a UNE, UEE, CBA, CBS, PT, PMDB etc.

JB: COAÇÃO NA SUCURSAL DO RECIFE

Os jornalistas da sucursal do **Jornal do Brasil** em Recife não puderam fazer como seus colegas do **JB** de Brasília. Isto é, os oito repórteres e o fotógrafo da redação sequer puderam apresentar suas queixas à Delegacia Regional do Trabalho, por serem obrigados a um acordo ilegal, como ocorreu na capital federal. Em Recife não houve acordo, e sim coação do chefe da sucursal, Amaury Matos que, representando o patrão, obrigou os jornalistas a comparecerem à sua sala e assinarem um documento onde desistiam dos reajustes salariais e da remuneração relativa a duas horas extras diárias, sob pena de serem sumariamente demitidos caso não aceitassem o "acordo". Os meios arbitrários, que o chefe da sucursal usou sem pestanejar, causaram revolta na categoria, em Recife. Os jornalistas do **JB-sucursal Recife** ficaram também proibidos de procurarem ajuda do sindicato ou denunciarem o abuso à DRT, sob as mesmas ameaças de demissão.

As duas horas extras diárias que cada um dos oito funcionários estão dando de graça para a empresa significam 480 horas de trabalho não remunerado por mês, apenas na sucursal de Recife.

CRECHE: DEMISSÃO REVOLTA COMUNIDADE

O prefeito paulista Reynaldo de Barros tem se esforçando por parecer um político popular. Contudo, a prática de sua administração mostra que ele é o oposto disso. Além de impedir a participação do Movimento de Luta por Creches na seleção dos funcionários nas creches que estão sendo implantadas, a prefeitura está agora perseguindo os diretores que conseguiram seus cargos através da luta da comunidade. No dia 28 de outubro, Reynaldo de Barros exonerou a diretora Tânia Corralo Hamoud, da creche do Parque Figueira Grande (na zona sul de S. Paulo).

A comunidade ficou revoltada, e cerca de 60 pessoas — entre representantes comunitários, associações de bairros etc. — se reuniram na última segunda-feira para exigir a volta de Tânia. Para isso, elas se organizaram para não permitir a posse de uma nova diretoria e estão fazendo plantão na creche.

REACIONÁRIOS CONTRA MISSA DOS QUILOMBOS

Nem bem foi anunciada, a Missa dos Quilombos — de autoria de Milton Nascimento e do bispo D. Pedro Casaldáliga — já provoca a fúria dos reacionários. O **Jornal do Commercio**, o tradicional órgão dos latifundiários pernambucanos publicou, no dia 21 de outubro, uma diatribe assinada por Fernando da Câmara Cascudo (que é também chefe da sucursal de **Manchete** em Recife), onde diz que "esta Missa Negra (sic) anunciada para o Recife é uma provocação a mais, um atentado a mais, contra a ordem pública". E afirma que "é necessário uma mobilização popular contra a sua realização. É necessário um toque de reunir para dar as 'boas vindas' a Casaldáliga e a Dom Pelé (D. José Maria Pires, arcebispo de João Pessoa — NR), com a Missa do Diabo que trazem em suas almas".

"DOCA" STREET

A condenação do assassino

Passados dois anos, depois de grandes mobilizações de mulheres, a "legítima defesa da honra" foi condenada

Roberto Martins, de Cabo Frio

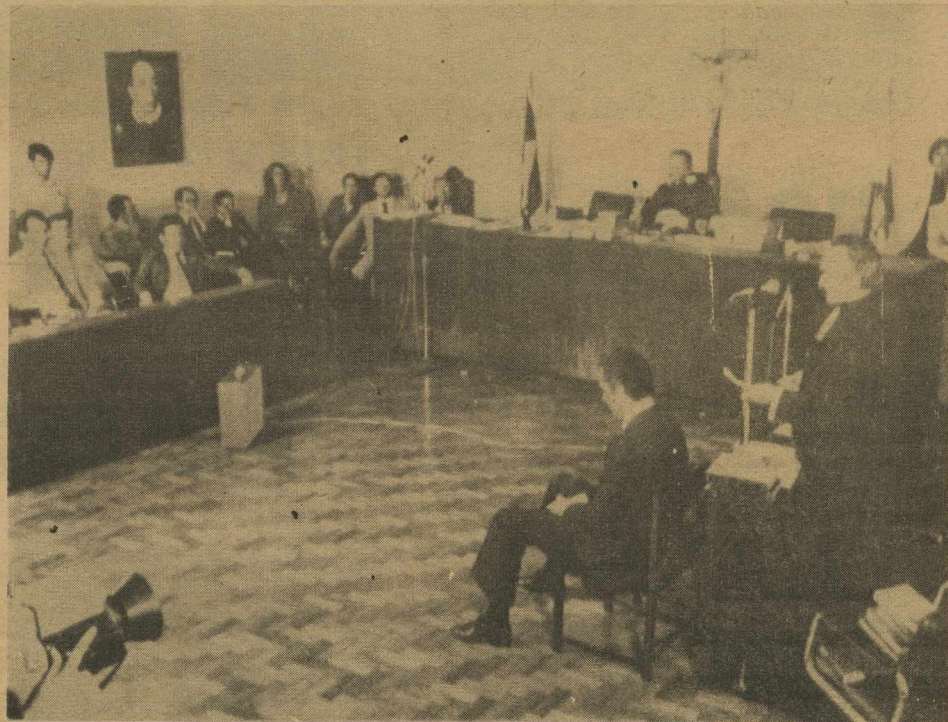
"Sem punição mais mulheres morrerão — Angela Diniz". A inscrição ocupou muitos muros da cidade do Rio de Janeiro na última semana, preparando a opinião pública para o segundo julgamento do gigolô refinado, Raul Fernando do Amaral Street — vulgo "Doca" Street, assassino de Angela Diniz.

"Esta vitória é um fato histórico" — declarou a escritora e feminista Rose Marie Muraro, após ser anunciado o resultado do julgamento encerrado na madrugada da última sexta-feira, em Cabo Frio (RJ): "Doca" Street fora condenado a 15 anos de prisão pelo assassinato de Angela.

A mobilização do movimento feminista (vide box) surtira efeito. Apesar disso, "Doca" não saiu do julgamento para a prisão, mas para sua residência em São Paulo: ele foi beneficiado com a chamada "Lei Fleury" que permite aos réus considerados "primários" aguardar em liberdade o julgamento de recurso ao Tribunal Superior.

"Doca" Street assassinou Angela Diniz com 4 tiros no dia 30 de dezembro de 1976, na refinada Praia de Búzios, em Cabo Frio. A legítima defesa da honra foi a tese usada no primeiro julgamento de "Doca", e obteve sucesso: ele foi condenado a apenas 2,5 anos, mas obteve **sursi**. Mas um recurso da acusação ao Tribunal de Justiça anulou este primeiro julgamento.

O segundo julgamento começou na tarde da última quinta-feira e durou 18 horas, transformando a cidade de Cabo Frio no palco de muitas atenções. O salão do Tribunal do Júri lotado de parentes, curiosos, jornalistas, etc. Lá fora a manifestação das feministas que trouxeram um abaixo-assinado usado pela



"Doca" Street no Tribunal, interrogado pelo juiz

acusação, onde era pedido a condenação do "Doca" e o fim do princípio da "legítima defesa da honra".

O sorteio do corpo de jurados foi a primeira dificuldade. Tanto a defesa de "Doca" como a acusação usaram de seu direito de vetar três nomes cada parte. Ao fim, com o júri composto, o juiz Daniel Costa Júnior passou a interrogar o réu. Depois foi a vez da leitura de peças processuais, direito usado e abusado, até as 22 horas, quando teve início o debate propriamente.

A tese da acusação, inicialmente a cargo do promotor Sebastião Fador

Sampaio e depois complementada pelo jurista Heleno Fragoso, centrou na caráter cruel do assassino, que agiu a sangue frio e no fato de que "Doca" era um gigolô que explorava Angela Diniz.

A atuação da defesa, em sua parte inicial foi considerada desastrosa. A pretensão de defender a instituição do Júri Popular, o advogado agrediu a todos, juiz, tribunal (por ter anulado o julgamento anterior), imprensa etc. Ao fim foi complementado pelo criminalista Humberto Telles, que neste 2º julgamento substituiu o ex-ministro Evandro Lins e Silva.

Uma primeira e grande vitória feminista

Na tarde da última quarta-feira na Cinelândia, Rio de Janeiro, os movimentos feministas ocuparam as escadarias da Câmara Municipal e fizeram sua manifestação: era véspera do julgamento do gigolô "Doca Street", assassino de Angela Diniz.

Na manifestação as mulheres colheram assinaturas para o abaixo-assinado endereçado ao Tribunal do Júri de Cabo Frio, exigindo a condenação de "Doca Street". Ao megafone, lia a carta do Núcleo de Mobilização Angela Diniz, formado por 19 entidades feministas:

"Esclarecemos que as signatárias deste documento não estão, em absoluto, encarniçadas contra a pessoa do sr. Raul 'Doca' Street: não se trata de enforcar um indivíduo, por mais desprezível que ele seja. Acontece, porém, que a impunidade favorece a repetição do crime. 'Doca' Street saiu livre mesmo tendo contra si todos os agravantes: a deliberação e frieza com que disparou os quatro tiros, seu

adestramento como caçador de safári, sua condição de parasita, não só da vítima como das outras mulheres com quem antes convivera. Depois disso, qualquer outro homem, em quaisquer circunstâncias, pode sentir-se autorizado e até estimulado a assassinar uma mulher para afirmar seus pretensos direitos e defender sua honra. É o que vem acontecendo com alarmante frequência, fazendo crescer dia-a-dia lista de mulheres imoladas à sanha dos homens que se consideram seus donos, amparados pela indulgência da sociedade, que é uma forma de convivência com o crime".

A manifestação na Cinelândia juntou quase 500 pessoas. De cinco homens ouvidos por Movimento, apenas um justificou a luta das mulheres, pois "Doca Street era 'um malandro'. Mas este era exceção. Num grupo de meia idade, o primeiro justificou: "Se o Docá matou teve seus motivos. Alguma coisa ela fez". "No fundo ele não é criminoso", pronunciou-se o segundo. O terceiro foi mais longe: "Mulher tem mesmo é que morrer. Se a gente não domina ela, ela domina a gente". E perguntou: "Por que elas não se mobilizam para dar comida às crianças que estão com fome?"

Mas assim mesmo o número de assinaturas foi grande. E já não era tão grande a reação dos homens como o fora em outras manifestações do movimento feminista.

E as mulheres tiveram uma primeira e grande vitória, ao fim do julgamento de "Doca" Street. Com a sua condenação, foi derrotada a tese da "legítima defesa da honra", uma vitória "histórica" no dizer de Rose Marie Muraro, que acrescentou, no calor e emoção do fim do julgamento ((quando todos gritavam "assassino", para "Doca"): "E assim se acaba com a matança de mulheres no Brasil" (RM).

MOVIMENTO
Popular

Homicídios obscuros

Poucos chegam às manchetes de jornais, mas as estatísticas são impressionantes, como mostra uma pesquisa feita em Recife

Virginia Botelho, do Recife



Os casos de assassinatos de mulheres por maridos e companheiros que chegam às primeiras páginas dos jornais são poucos se comparados com os que permanecem na obscuridade, em todo o Brasil.

E por isso que o núcleo de mobilização Angela Diniz pretende manter-se como entidade permanente, mudando de nome a cada nova mulher assassinada, a cada novo julgamento do assassino, a cada fato importante que envolva uma mulher assassinada. As 19 entidades e organizações que formam o comitê de mobilização pretendem repetir a vitória de Cabo Frio em qualquer parte do país.

As estatísticas são impressionantes: em São Paulo, apenas em 1980, foram 772 crimes semelhantes ao de Doca Street que ficaram na obscuridade.

Mas basta tomar apenas uma cidade do Brasil para ilustrar o absurdo de uma violência que vem desde os tempos do Império protegida pelo preceito infamante de "legítima defesa da honra". Por isso Movimento pesquisou apenas os crimes cometidos em uma cidade, Recife.

(Pesquisa feita por grupos feministas de Recife, junto às Delegacias de Homicídios).

1. Maria das Dores Vieira de Lima

— 32 anos, economista. No dia 9 de janeiro de 1980 foi procurada em casa pelo seu ex-marido, o empreiteiro José Salvino de Lima, de quem tinha se separado havia três meses. Salvino vinha ameaçando a mulher de morte desde o dia da separação, tanto que Maria das Dores pediu garantias de vida à polícia. Nesse mesmo dia, foi à residência onde morava quando casada, para buscar suas coisas, acompanhada de dois policiais. Conta a empregada que ela temia encontrar Salvino e que riu do seu medo quando viu a casa vazia. Quando mandou os policiais embora, Salvino apareceu e lhe deu três tiros na cabeça. O criminoso está preso e o processo se encontra tramitando na justiça (Bairro do Cordeiro).

2. Alderi Maria da Conceição, 26

anos, doméstica. Era casada com Ramiro Batista da Luz, mas se apaixonou por Maria de Lourdes de Lima, com quem passou a viver. Ramiro inconformado invadiu a casa das duas no Cordeiro, na noite do dia 22 de fevereiro de 1980, matando Alderi com três facadas e ferindo Maria de Lourdes. Ramiro está preso e o processo na justiça.

3. Iracema Moreira da Silva — Corretora de imóveis, 29 anos,

No dia 11 de fevereiro de 1980, passava por Boa Viagem com um amigo, quando foi obrigada a parar por um soldado da Aeronáutica de nome Braz José de Lima, que lhe deu um tiro na têmpora. Crime sem causas conhecidas. O soldado está preso.

4. Maria Lúcia Ribeiro da Silva — 19 anos, doméstica.

Depois de uma discussão com o ex-amante, numa rua

do Ibura, no dia 13 de fevereiro de 1980, recebeu um tiro no coração e morreu na hora. O assassino está foragido.

5. Eliane Maria da Conceição — 25 anos, doméstica, grávida de cinco meses.

No dia 02 de fevereiro de 1980, seu ex-amante, Severino Ramos da Silva, fez tudo para que os dois voltassem a ter vida em comum. Ante a negativa de Eliane, que estava grávida dele, Severino lhe deu cinco facadas: "Furei ela só para assustar, não para matar", disse ele quando preso.

6. Rita Vitalina da Conceição — 49 anos, doméstica, assassinada dentro de sua casa, no Vasco da Gama, pelo ex-marido Sebastião Félix de Lima,

que queria voltar a viver em sua companhia. Sebastião lhe deu três facadas em frente dos filhos menores, no dia 9 de maio de 1980.

7. Neide Santos Costa — 16 anos, estudante.

No dia 21 de junho de 1980, Neide foi a uma festa de São João no alto do Pascoal (bairro popular) com o namorado José Eugênio dos Santos. Como dançasse mais agarradinho com um primo, Neide discutiu com o namorado e recebeu dele três tiros na cabeça. Eugênio está foragido.

8. Raimunda Tomé da Silva, idade desconhecida, mendiga.

Os menores Rivaldo Silva dos Santos e Jackson Guilherme da Silva assaltaram uma moça

na avenida Agamenon Magalhães, em junho de 1980. Raimunda assistiu, tentou impedir a fuga dos dois e levou uma facada no coração. Os assassinos foram presos por agentes da Segurança Pública e confessaram os crimes.

9. Maria José Gomes da Silva, 26 anos, prostituta — no dia 23 de junho de 1980, ela foi pedir alguns peixes para comer a Armando Severino da Silva,

que pescava no rio Capebaribe, em cima da ponte Maurício de Nassau. Armando lhe deu duas pauladas na cabeça, segundo ele, "porque ela estava bêbada e a fim de encher o saco".

10. Cicera M. da Conceição — 26 anos, doméstica, separada há um ano do amante Amaro Barbosa dos Santos,

porque, este costumava lhe bater o braço. No dia 02 de julho de 1980, Amaro discutiu com ela no meio da rua, à frente de várias testemunhas, e durante a briga deu nove facadas na mulher, ameaçando com a faca quem esboçasse alguma reação. Ele ainda está foragido.

11. Cláudia Marli da S. Bernardina, 23 anos, doméstica.

No dia 28 de agosto de 1980, também discutiu com o marido, Dilson Bernardino da Silva, de quem estava separada há 28 dias e foi esfaqueada. O marido fugiu, enquanto ela se arrastava pelas ruas em busca de socorro. Morreu por falta de assistência imediata. O marido se enforcou no dia 2 de setembro.

12. Maria do Socorro da S. Costa

— 35 anos, secretária. Trabalhava na Faculdade de Administração da UFPE. Na tarde do dia 2 de outubro de 1980 seu ex-marido, Eduardo Dantas, a procurou, pois queria voltar para casa. Mas ela não queria mais. Começaram a falar quando ele lhe deu um tiro no rosto. Pessoas que passavam pela rua correram para pegá-lo e ele simulou um suicídio, atirando no braço. Quase foi linchado. Está preso e o processo se encontra na justiça.

13. Jaline Alvim de Souza — 19 anos, estudante.

Assassinada no dia 22 de novembro de 1980 pelo seu noivo Sérgio Pereira Lins, que se suicidou em seguida, com o mesmo revólver.

14. Tânia Maria Pereira Cardoso

25 anos, doméstica, grávida de três meses. Em 4 de novembro de 1980, seu ex-amante, Aguinaldo Aureliano da Silva, soube que Tânia estava grávida de outro homem e lhe deu dois tiros. Disse: "Não vou perder mulher minha para homem nenhum".

15. Iranilda Santos de Araújo,

25 anos, doméstica. Deixou o amante, Elias Ferreira de Mendonça, porque ele lhe batia demais. No dia 4 de novembro Elias foi à sua casa, na Nova Descoberta, discutiram e ele lhe deu 11 peixeiradas: duas no braço, um no abdômen, uma no pescoço, três no peito e quatro nas costas. Ele ainda está foragido.

16. Alzira Maria da Conceição

19 anos, prostituta, assassinada pelo namorado, Isidro Francisco de Oliveira, no dia de Natal de 1980, num bar na zona de meretrício no bairro do Pina. Isidro justificou o crime dizendo que não suportava ver Alzira com outro homem, por isto lhe deu um tiro na cabeça.

17. Gilda Santos Silva — 38 anos, doméstica.

Grávida de três meses, vivia com Adilson Queiroz da Silva há 5 anos e com ele tinha três filhos. Um dia Adilson disse que ia deixá-la, porque ficaria noivo de uma moça da sociedade, jovem e rica. No dia do noivado, ele foi à casa de Gilda e derrubou a janela para entrar. Gilda e as crianças dormiam. Ele amarrou as três com panos na boca, para não gritarem e começou a espancar a mulher na cabeça e na vagina, ele começou a bater mais, pois "não acreditei, porque mulher gosta de fazer chantagem com estas coisas. Gilda caiu e não conseguiu levantar. Adilson colocou-a numa cadeira, levando-a pelo pescoço, deixou-a amarrada e foi embora. No outro dia, ela foi encontrada morta. Adilson está preso e seu processo em andamento.

AFINAL, O QUE É O AMOR?

Tonico Ferreira

O que será, que será
Que andam suspirando pelas alcovas
Que andam sussurrando em versos e trovas
Que andam combinando no breu das tocas
Que anda nas cabeças, anda nas bocas
Que andam acendendo velas nos becos
Que estão falando alto pelos botecos
Que gritam nos mercados
Que com certeza está na natureza
Será, que será
O que não tem certeza nem nunca terá
O que não tem concerto, nem nunca terá
O que não tem tamanho
(O que Será, de Chico Buarque)

Com essa conhecida música de Chico Buarque, o professor de Literatura Brasileira na USP, José Miguel Wisnik respondeu, ainda que de maneira misteriosa — e nem poderia ser diferente — à fatídica pergunta: “mas, afinal, o que é amor?”

A pergunta foi feita por um estudante quase no final de um debate, que durou três horas e meia, sobre essa coisa tão sutil, cantada, discutida, que está em toda a parte, mas que por ironia, ou preconceito e desconhecimento, tem si-

do pouco analisada e teorizada: o amor.

Cerca de 300 pessoas — estudantes e cientistas de várias áreas do conhecimento e de muitas partes do país, padres, jornalistas e teólogos — se apertaram em um pequeno auditório da Universidade de Santa Catarina para participarem do painel “A Psicologia do Amor”, no X Congresso Brasileiro de Comunicação Social, no sábado, dia 31 passado. (Veja matéria sobre o encontro na edição de Movimento da semana passada). Não se tem notícia de que esse tema tenha sido objeto de debate sério e profundo em qualquer congresso anterior no Brasil. No entanto, ali estavam, além de Wisnik, o médico psiquiatra Flávio Gikovate, a psicóloga que trabalha com técnicas corporais Ana Verônica Mautner e a professora de filosofia Anamaria Fadul, coordenadora do painel — todos com a tarefa de falar sobre, ou mesmo definir, o amor.

Com exclusividade, Movimento reproduz aqui os principais trechos do debate. Faz isso porque — como se verá adiante — o tema tem sido indevidamente

Portanto, o leitor que acompanhar o debate tem pela frente não soluções prontas, mas apenas pistas e algumas indagações que certamente abrirão um horizonte mais amplo no conhecimento do amor. Tudo isso, não por diletantismo cultural, mas para que realmente se rasguem novas trilhas nessa estranha, inquietante e densa floresta da natureza humana, na imprescindível busca da felicidade no amor e na vida.

Anamaria Fadul — A primeira pergunta a fazer é a seguinte: por que decidimos falar sobre o amor? É porque, como já disse, um filósofo francês contemporâneo, a questão amorosa aparece hoje como uma questão pornográfica; hoje o que interesse é a questão da sexualidade. O amor seria, então uma coisa incompatível com a atual sociedade de consumo. De certa forma, é a partir dessa justificativa — de que o amor é uma questão pornográfica, ou de que o amor é uma questão que não está sendo discutida — que nós nos propomos a discutir o tema.

Eu lembraria uma questão muito importante para mim, como filósofa, que foi colocada muito claramente pela escola de Frankfurt: é impossível falar da amizade, do amor, dos sentimentos, quando a gente está assistindo a decadência do indivíduo.

O amor ou a amizade pressupõe a existência de duas pessoas que são diferentes. E a partir do momento em que assistimos, na sociedade altamente industrializada, a uma destruição do indivíduo, nós não poderíamos falar mais dos sentimentos e do amor.

Uma outra questão preliminar importante é que nenhum de nós aqui da mesa aceita que exista uma ciência de amor e que essa ciência seja a psicologia. Em primeiro lugar porque a psicologia é uma ciência recente, enquanto que a filosofia e a arte sempre falaram do amor. O tema sugere várias perguntas: Existe uma ciência do amor? Ou, existe uma ideologia do amor? Ou, ainda, a arte é a forma de conhecimento mais adequada para tratar desse sentimento? É a partir dessa idéia — de que a filosofia, a literatura, a psiquiatria e a psicologia têm muito a dizer sobre o amor — que eu lembro o livro de Roland

Barthes “Fragmentos de um Discurso Amoroso”, recentemente editado no Brasil, em que ele fala do discurso amoroso como uma síntese de quatro perspectivas: a do filósofo, citando Platão; a do escritor, citando Goethe; a do psiquiatra, citando Freud; e da sua própria experiência vivida.

Ana Verônica Mautner — Concordo com as dificuldades, se não com a impossibilidade, da existência ampla do amor sobre a terra, neste momento, nesta sociedade, neste mundo.

A primeira idéia que tenho em defesa disso que disse, é falar dos estados emocionais em geral, inclusive do amor:

Todos os estados emocionais comprometem mais ou menos a pessoa e

conseqüentemente seu organismo. Quando se instala o pânico, por exemplo, ele invade quase completamente o espaço existencial. Já o estado de ânimo que denominamos de tranquilidade é aquele que, apesar de invadir todo o ser, o faz de forma a permitir a presença de outras aptidões e emoções, como a fantasia, a razão, a ternura. Já em um estado de exaltação, dificilmente podemos imaginar a presença de outras emoções.

Sabemos que hoje em dia a paixão é o elo de ligação mais comum. As pessoas se apaixonam umas pelas outras. Misturam-se, procuram no outro a compensação de suas partes em falta:

“Gosto da tua voz e vou curtir te ouvir. Tranqüilamente vou sentir prazer em estar com você, porque você fala, sua voz me anima e eu recebo com prazer e abertura o prazer que você me dá.” Não. A relação de paixão não é assim. Na paixão, eu não me conformo com a minha voz e preciso da tua voz sempre ao meu lado, para que eu esqueça a voz que não tenho.

Comum é a paixão, é o medo de perder ao invés do amor

Esse maluco jogo de fingimentos nos leva de volta à intolerância, à dor, à frustração: “eu não me suporto incompleto”. É dentro dessa situação que costumamos ouvir a célebre frase: “não consigo viver sem estar apaixonado”. Isto é, não consigo enxergar-me a mim mesmo, e aceitar-me como sou.

Essa situação leva à ação, depois ao hábito e, finalmente, ao vício incontrollável de me suplementar às custas de uma ilusão. Para conseguir essa ilusão, eu preciso de um certo outro que me permita viver a ilusão da complementaridade. Essa súplica de inveja, inconformismo e dependência gera um clima interior de desconforto, excitação permanente. Nesse clima, temos tudo. Menos aquela situação em que podemos imaginar a inserção da sensação de gratidão, ternura, carinho, compreensão, ou — para usar essa palavra com parcimônia — amor.

E agora, o nosso grande ponto: se o amor não se insere em estados de excitação e exaltação como imaginar a difusão do amor dentro de um universo de pessoas tensas, irritadas, exaltadas, raivosas, invejosas, vivendo a frustração no limite de sua tolerância?

Por que ao invés do amor encontramos mais frequentemente a paixão? Em termos teóricos, podemos dizer que a couraça muscular que nos é imposta culturalmente não dá espaço para a inserção das fibras dos sentimentos suaves e nutritivos como ternura, amor e carinho. O que encontramos é tesão versus amor. Paixão, ao invés de amor. Medo de perder, ao invés de amor. Encontramos, pois, uma série de estados de apego ao outro, aliados a uma ideologia que valoriza o amor.

Quando é que temos tempo e a tranquilidade para ficarmos contentes em ter em nossa volta coisas que valori-



Ilustração do livro: “Mais Prazeres J. Sex.”

mente embaralhado com um outro, que é o sexo. No entanto, é preciso abrir um espaço para se discutir o amor enquanto um sentimento, ou um instinto, diferenciado do sexo, mesmo que muitas vezes os dois andem juntos.

Não há teoria pronta e completamente comprovada nesse difícil campo.

Um debate inédito: é possível a realização plena do amor na sociedade capitalista burguesa de hoje? Aqui, a opinião de quatro intelectuais.

zamos, mesmo que elas não sejam nossas?

Flávio Gikovate — Venho há muitos anos tentando estabelecer uma ciência do amor, embora seja muito difícil transformar o amor em estudo teórico. Ou seja, estudar com profundidade essa estranha tendência do homem em estabelecer relações sólidas, estáveis e, se possível, duradouras entre duas pessoas.

Em primeiro lugar é preciso entender o amor como um instinto separado da sexualidade — instinto entendido como desejo não criado, não construído, que surge no corpo.

Na busca amorosa, procura-se a paz, a harmonia. Na busca sexual, procura-se a sensação física.

De onde vem essa tendência de duas pessoas estabelecerem relações estáveis? Há uma hipótese mítica, que está contida em "O Banquete", de Platão. Aristóteles, na sua fala no livro, comenta que o homem era originalmente duplo. Era um animal calmo e autosuficiente. Como ele desafiou os deuses, Júpiter, para enfraquecê-lo, dividiu-o ao meio. Cada metade ficou perdida e passou a procurar constantemente a outra metade. É o mito do andrógono.

Eu tento dar a esse mito uma formulação mais atual. Quem é esse animal completo? Para mim, é a mulher no final da gravidez. O momento da ruptura é o nascimento, que gera na criança uma sensação de perda, de rompimento com a sensação de relativo equilíbrio. Surge, então uma sensação de desamparo. Essa sensação só começa a se atenuar com a reaproximação com a mãe na amamentação.

Enfim, o homem não se resolve por si. Só a dois.

José Miguel Wisnik — Quanto mais a sociedade reduz o homem e suas relações a uma troca de mercadorias, o amor não tem lugar. O amor em nossa sociedade é uma experiência utópica (fora do espaço dado, no sentido etimológico). Ou seja, experiência desejada em tensão com a realidade. Na sociedade industrial burguesa o amor é promovido como técnica especializada, na sexologia, na pedagogia, transformando-se em "material escolar".

Nós herdamos algumas utopias amorosas, que divido em: o amor platônico; o amor cristão; o amor romântico e o amor ainda em processo após o advento da psicanálise.

O amor platônico — Em "Fedro, ou Sobre a Beleza", de Platão, fala-se no amor ligado a uma experiência do delírio. Fala-se do homem possuído pelo amor como por um Deus. Essa idéia da sublimação tem grande peso na civilização ocidental. O amor parte do corpo em direção à idéia, de degrau em degrau, para chegar na contemplação da beleza. Daí a interpretação vulgar, mas incorreta, do amor platônico entendido como amor sem relações físicas.

É interessante notar que em Platão a mulher não é objeto de amor. Na época, a mulher é entendida como fonte reprodutora, é uma matrona que fica em casa procriando. O amor é homossexual, o belo é procurado nos

garotos, nos efebos. Do amor platônico é que surge a idéia de que a corporalidade do amor é inferior.

O amor cristão — Esse amor faz uma revolução ao incorporar no amor platônico um novo elemento: o amor seria a união dos amantes na carne de uma só carne. Ele é democratizado pelo cristianismo e torna-se a relação fundamental entre as pessoas. Mas o amor cristão cria também uma sombra, que cai sobre o corpo. É a noção do pecado. A idéia da demonização do corpo e da contenção, de barreiras e limites ao amor.

O amor romântico — É típico do século XIX e é herdeiro dos dois anteriores. Ele acentua que o amor é algo excêntrico, que a sociedade não admite — os amantes entram em choque com a sociedade, como em "Romeu e Julieta", de Shakespeare. Surge, então, toda uma literatura e amores impossíveis, com forte presença do suicídio. E surge também a idéia de que os amantes nasceram um para o outro, como duas peças que se encaixam mas que foram soltas no mundo separadamente. Assim, as pessoas vivem procurando essa outra metade, que é uma só e que está por aí.

Hoje esse amor é considerado fora de moda, mas ainda é um padrão para o consumo de massa nas telenovelas, no rádio e na televisão.

O amor depois da psicanálise — Surgem novas visões. A psicanálise introduz a idéia de que o desejo inconsciente não é controlado pelo indivíduo. A idéia do amor absoluto — para toda vida — fica abalada.

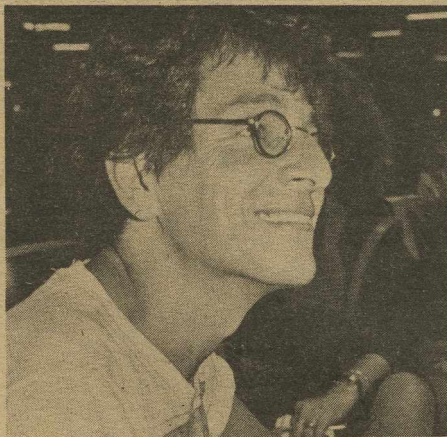
Amor e arte, amor e capitalismo; e até amor a Deus

Depois das exposições — reproduzidas acima livremente pelo repórter, sem revisão dos participantes — iniciou-se um rico debate que não poderá ser aqui reproduzido por falta de espaço.

Duas visões se polarizaram: Flávio Gikovate, de um lado, e Ana Verônica Mautner e José Miguel Wisnik, de outro. Gikovate, ao contrário dos dois outros expositores, não vê o amor como uma impossibilidade na sociedade de hoje. Para ele, o amor não é "precisar do outro". Wisnik, por sua vez, acha que a definição de amor de Gikovate — a busca da tranquilidade rompida no nascimento — é redutora. Tranquilidade, diz ele, é fundamental, mas o desejo amoroso é muito mais do que isso. Ana Verônica concorda com Wisnik e acha que a tranquilidade é a condição para o encontro, e não o próprio reencontro.

Um outro debate — que se deu mais na platéia do que entre os expositores — foi sobre o "amor a Deus", já que grande parte dos participantes do congresso eram cristãos. Os teólogos foram duramente testados em sua difícil — complicada mesmo — tentativa de enquadrar o "amor a Deus" nas classificações apresentadas pelos expositores.

Com essas e outras questões — o amor e a arte, o amor e o capitalismo etc — ainda em aberto, foi encerrado um dos mais interessantes debates do congresso de jovens de Florianópolis.



Fernando Gabeira

DEBATE

Joga pedra no Gabeira

Paulo Schilling abre fogo contra a política do corpo

"Uma revolução é melhor feita por pessoas felizes". Abrindo um sorriso quase fraternal, o jornalista e escritor Fernando Gabeira respondeu com essa frase às duras críticas que recebeu do também jornalista e escritor Paulo Schilling no X Congresso Brasileiro de Comunicação Social, em Florianópolis, dia 31 passado.

Schilling havia recriminado publicamente Gabeira em um dos painéis do congresso por ele falar, sempre que possível, sobre corpo, minorias, sexo, drogas, paz e outros assuntos considerados não ortodoxos, tabu e mesmo proibidos por parte da esquerda brasileira. No painel sobre "Política do Corpo", do qual participava Gabeira, a polêmica foi retomada. Schilling, que assistia ao debate, pediu permissão à mesa para explicar melhor seus pontos de vista. Dessa intervenção, seguida da resposta de Fernando Gabeira, surgiu um importante debate sobre se há contradição entre a revolução social, a luta de classes e a discussão de temas como política do corpo.

A seguir, Movimento publica um resumo dessas duas intervenções. O debate completo, que foi assistido por cerca de mil pessoas, será publicado em uma edição especial deste jornal sobre "Política do Corpo", que brevemente estará nas bancas de todo o país. Aguarde. (Tonico Ferreira)

Fala Paulo Schilling — (dirigindo-se ao plenário, formado por gente muito jovem) "Apesar de ser de outra geração, pretendo ser tão liberal quanto vocês todos. Sou feminista e não tenho preconceito de nenhum tipo contra qualquer forma de relacionamento sexual, homossexual, bissexual. Respeito e luto pelo direito de cada um. Inclusive, eu me orgulho de o meu partido, o Partido dos Trabalhadores, ter tomado uma posição muito correta nesse sentido ao admitir todas essas minorias no seu seio, com plena independência (palmas).

"Mas discordo fundamentalmente de Gabeira quando ele tenta transformar a política do corpo em uma grande bandeira, e quase num partido, em um país que tem pelo menos 10, 20, 30 ou 40 problemas de muito maior prioridade do que esse.

"Num país onde existem 10 milhões de menores abandonados, 15 milhões de favelados, oito milhões de campones-



Paulo Schilling

ses sem terra... onde apenas 20% das mulheres fazem parto em hospital, ficar discutindo esse problema de como vai ser o parto (NR: Gabeira havia anteriormente discutido a repressão do parto em nossa sociedade) é absurdo.

"Falar com essa prioridade da política do corpo é uma forma a mais de desviar a massa do verdadeiro caminho da libertação social.

"Nós tínhamos uma admiração muito grande por Gabeira por causa daquele episódio — no qual ele foi um grande protagonista — e que por causa dele Gabeira tem um lugar reservado na nossa história revolucionária. Não choca, no entanto, que ele volte com uma mensagem individualista, enquanto aconselha uma solução em pequenos grupos ou individual, quando o problema do Brasil é social".

Fala Fernando Gabeira — Foi bom o Paulo vir aqui. Eu não sabia que ele e o PT tinham essa visão a meu respeito (tumulto no plenário: petistas desmentem que aquela seja a visão do partido).

"É uma acusação um pouco leviana Paulo me recriminar por estar falando sobre política do corpo em um painel de política de corpo (risos e palmas). Eu venho de outras quebradas. Eu venho de um debate com estudantes sobre política nuclear. Eu venho da discussão da violência contra as mulheres em São Paulo. Eu estou em quase todas as lutas possíveis... Eu entrei na história do Paulo por ter participado do sequestro do embaixador norte americano. Agora eu saio dessa história porque certas pessoas monopolizam a história. Mas, na história das mulheres, na história dos negros, na história dos homossexuais, na história desse Brasil que está pulsando aí, eu tenho um lugar.

"Eu não vim com a perspectiva de afastar ninguém da luta de classes. Vim com a perspectiva de alargar o horizonte de nossa luta e de alargar a base do nosso entendimento. Porque, bem ou mal, as pessoas do PT têm um corpo (palmas e risos), e elas vão querer discutir esse problema.

"Com o tempo, as pessoas vão entender que estamos na mesma trincheira e que uma das grandes armas dos nossos inimigos é jogar uns contra os outros. Vocês observem que em todas as colocações que eu faço tenho sempre presente uma visão tática da derrubada da ditadura e uma visão estratégica de crítica ao capitalismo. Eu não perdi nenhuma das minhas referências básicas, eu estou apenas falando uma outra linguagem. Uma revolução é melhor feita por pessoas felizes.

"A gente está fazendo uma luta de classes, a gente está fazendo uma revolução. Mas, gente, o que foi feito de nós mesmos enquanto pessoas? Existem outras dimensões da felicidade humana que nós podemos atender sem desrespeitar a necessidade fundamental da sobrevivência material. É isso que eu proponho".

SOCIALISMO

64 anos depois da Revolução de Outubro

No aniversário da Revolução Russa, um debate sobre a controvertida questão da construção e consolidação do socialismo

A URSS e demais países onde ocorreram revoluções proletárias permanecem socialistas? Como definir um país socialista?

Essas questões foram discutidas, por ocasião do aniversário da Revolução Russa de 1917, em Santo André (SP), numa promoção de um centro cultural daquela cidade. Movimento apresenta esse debate aos seus leitores.

José Paulo Netto é membro do Conselho Editorial da revista Temas. Armando Boito Jr. é membro do Conselho Editorial da revista Teoria e Política; e Ricardo Antunes, da revista Escrita-Ensaio

Não há uma teoria da transição ao socialismo

JOSÉ PAULO NETTO

A cada 7 de novembro, dificilmente escapamos da retórica que arranca do elogio da revolução para desenvolver dois discursos simetricamente vazios: ou a apologia da URSS ou a sua desqualificação como país socialista (realizada sob as mais variadas formas, das lamúrias das viúvas do estalinismo à sofisticação do esquerdismo anti-soviético). Os dois discursos são necessariamente complementares e, parece-me, as melhores vias para conduzir do nada ao lugar nenhum.

No meu entender, a experiência soviética, enquadrada historicamente, põe aos teóricos que se pretendem legatários de Marx problemas menos epidérmicos que a canonização ou a excomunhão do socialismo dito real. Quanto à intervenção política, estes problemas vão além da justificação ou da condenação de aspectos singulares de inserção da URSS no contexto internacional (v.g., o caso afgão).

A nível teórico, dois são os núcleos problemáticos mais significativos postos pela revolução russa. O primeiro remete à conexão entre a socialização da economia e a socialização do poder político. Na projeção marxiana, a ruptura do capitalismo no sentido do comunismo implicava a sincronia entre a socialização da economia (propiciada pelo controle dos meios de produção pelos trabalhadores) e a socialização do poder político (propiciada pela evicção da burguesia e a criação de mecanismos de participação plena). Ora, a experiência soviética mostrou duas coisas: a) esta sincronia não é automática — deve ser **construída**; b) sem ela, a produção de **novas relações sociais** encontra obstáculos nunca vis-

lumbrados pela imaginação teórica. Por isto, enquanto a teoria não esclarecer concretamente este nó de problemas, continuaremos às cegas.

O segundo problema vincula-se à natureza, às condições e ao alcance — às especificidades — da transição para o comunismo. É óbvio que em Marx (exceto, talvez, na **Crítica ao Programa de Gotha**) não se acham indicações seguras quanto a isto. A questão é: como, rompida a dominação burguesa, organizar a vida social para que a sociedade regulada, autogestionária, não seja adiada para as calendas gregas? Inexiste uma teoria de transição socialista. Nesta situação, um padrão de transição — o soviético, peculiar em função das suas particularidades histórico-sociais — é frequentemente convertido em modelo ou anti-modelo. Aqui, a intervenção teórica parece-me decisiva para sairmos do buraco e dar conta não só de alternativas reais (pense-se, por exemplo, na Iugoslávia) como, especialmente, para focar a transição em face do capitalismo tardio e desenvolvido.

No que toca aos problemas políticos imediatos, creio que o central é, de um lado, **não fazer concessões à pesada herança da autocracia estalinista** e, doutro, **abordar a URSS como o Estado confrontado com o imperialismo**. No primeiro caso, as tarefas práticas cabem exclusivamente aos povos da URSS. No segundo, cumpre romper com os alinhamentos automáticos ou as recusas primárias e identificar com clareza as opções soviéticas que traduzem interesses conjunturais estatais. **Para os revolucionários, suponho que é claro o papel da URSS como a garantia da paz**



Operários reunidos às vésperas da Revolução

mundial e como freio ao belicismo imperialista. **Entretanto, compete a eles articular este dado factual com as exigências dos seus processos nacionais — e, sabe-se, o compromisso maior dos revolucionários é com a revolução em seus próprios países.**

Capitalismo de estado não é socialismo

ARMANDO BOITO JR.

Eu entendo que em outubro de 1917, o proletariado conquistou o poder de Estado na URSS. Mas entendo também que, hoje, **o capitalismo encontra-se restaurado na URSS, sob a forma de um capitalismo de Estado**. O mesmo desfecho favorável à burguesia teve lugar nos países do Leste Europeu e, mais recentemente, na China.

Essa derrota do proletariado não pode ser enfrentada com lamúrias. **A única postura científica, revolucionária, consiste em apoiar-se no marxismo-leninismo para fazer o balanço crítico dessas experiências fracassadas de construção do socialismo.**

Não resolve nada reconhecer os problemas existentes nas sociedades onde vive o capitalismo de Estado — crises econômicas, sujeição de vários países ao Exército soviético etc. —, mas creditar isso tudo a supostas deformações de sociedades que, na sua essência,

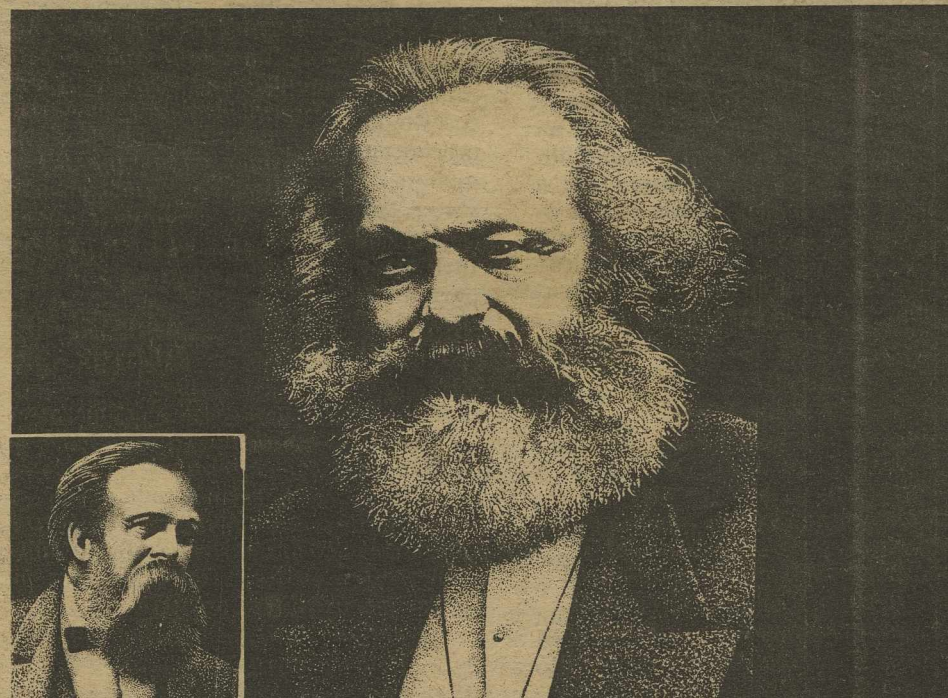
permaneceriam socialistas. Quando as supostas deformações são de tal **amplitude e durabilidade**, deve-se ter o mínimo de espírito dialético para reconhecer que elas não podem ser tratadas como “anomalias”, mas sim como manifestações de contradições estruturais e necessárias dessas sociedades que se proclamam socialistas. O que está “deformada” não é a realidade da Rússia atual, mas sim essa teoria, esse conceito de socialismo que se emprega para qualificar aquela realidade.

O que é o socialismo? Tanto para os que falam em “socialismo deformado”, quanto para os partidários incondicionais do imperialismo soviético, uma economia é socialista **pelo simples fato de os meios de produção serem propriedade do Estado e o crescimento econômico encontrar-se sob o controle — ainda que relativo — da planificação**. Numa palavra, **socialismo seria igual à estatização mais o plano**. Com base nessa definição, é claro, a URSS só pode ser considerada um país socialista. Qualquer “problema” que porventura se reconheça existir naquele país deverá ser creditado à superestrutura — o Estado, o Partido, a linha política etc. — já que a sua economia seria socialista. Porém, as contradições e “problemas” das sociedades do tipo da soviética encontram-se na sua própria infra-estrutura. E se não se percebe isso é porque essa definição de economia socialista (estatização mais o plano) é errônea.

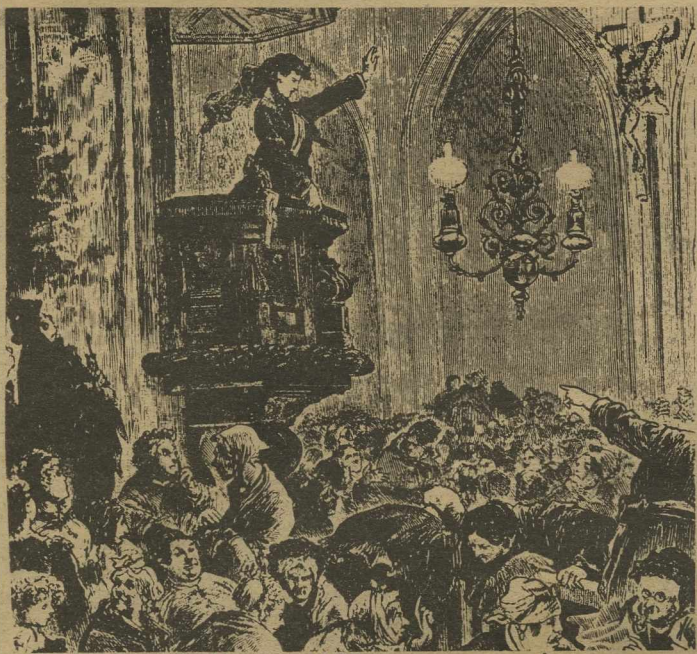
O raciocínio daqueles que utilizam essa definição é simples. Segundo eles, a economia capitalista caracteriza-se pela propriedade individual-privada dos meios de produção e pela completa ausência de planificação da economia.

Logo, deduzem, **a economia socialista seria a estatização mais o plano**. Esse raciocínio e esse conceito de socialismo não são novos. Eles já existiam, por exemplo, na Alemanha do final do século passado. O próprio Engels ocupou-se de criticá-los. Em escritos como **Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico e Crítica ao Programa de Erfurt**, Engels insistiu no fato de que os meios de produção não deixam de ser capital pelo simples fato de se tornarem propriedade de Estado, e na idéia de que **o capitalismo não deixa de ser capitalismo por se desenvolver de acordo com uma planificação indicativa da economia (que é o tipo de planificação existente na URSS e demais países onde domina o capitalismo de Estado)**.

Na verdade, **a única maneira correta de definir o capitalismo e o socialismo é ao nível das relações de produção**. As relações de produção capitalistas caracterizam-se pela separação radical



Marx e Engels (foto menor): os iniciadores



A Comuna de Paris, 1871: ensaio geral



Lenin, o grande líder da Revolução de 1917. Mao: o socialismo na China



entre, de um lado, os produtores diretos e, de outro lado, os meios de produção. Os trabalhadores não detêm nem a **propriedade econômica** (capacidade de definir o que produzir, quanto produzir e qual destino dar ao fruto do trabalho), nem a **propriedade material** dos meios de produção (controle técnico do processo produtivo no interior de cada unidade de produção). As relações de produção comunistas superam essa separação radical e instauram a unidade entre os produtores diretos e os meios de produção socializados. O socialismo é o período de transição entre o capitalismo e o comunismo. Como então determinar se uma dada sociedade encontra-se nesse processo de transição, isto é, se essa sociedade é socialista?

A transição para o comunismo, isto é, o socialismo, tem início **após** uma ruptura política. Essa ruptura consiste na instauração da ditadura do proletariado. A ditadura do proletariado, cujas características gerais foram estabelecidas pela análise que Marx procedeu da experiência da Comuna de Paris, é o **pressuposto histórico e lógico** da construção do socialismo. Se o proletariado perde o poder de Estado, ele perde tudo. Não tem sentido falar em construção do socialismo em países onde o proletariado perdeu o controle do Estado, ao contrário do que afirmam alguns "críticos" do sistema político — apenas do sistema político — existente na URSS. É, então, a partir dessa ruptura política que se desencadeia o processo de transição.

É possível afirmar, com base na avaliação teórica que os marxistas-leninistas fizeram da experiência da Grande Revolução Cultural Proletária ocorrida na China, que esse processo avança quando, de forma gradativa e crescente, os operários vão adquirindo, de um lado, o controle técnico do processo produtivo no interior de cada fábrica e, de outro lado, o controle econômico do conjunto do sistema produtivo através da planificação democrática da economia. O primeiro processo exige a luta — há muito tempo abandonada na URSS — pela extinção gradativa da oposição entre trabalho manual e trabalho intelectual. Quanto ao segundo processo, ele não deve ser confundido com a planificação burocrática, do tipo que existe na URSS, imposta, pela burguesia de Estado, ao proletariado.

Se esse duplo processo deixa de avançar, a separação radical entre os produtores diretos e os meios de produção, isto é, as relações de produção capitalistas, se reproduzem e se ampliam. Isto é, a construção do socialismo converte-se no seu contrário.

Os problemas da transição para o socialismo

RICARDO ANTUNES

Penso que os problemas da transição socialista só serão efetivamente entendidos se aprofundarmos o estudo da particularidade dos países que viveram a experiência da revolução. Quero dizer, desde logo, que o advento do socialismo significou uma ruptura com aquilo que Marx chamou de pré-história da humanidade. O socialismo, mesmo sob as diversas formas historicamente existentes, **rompeu** como o modo de produção capitalista, ao abolir a propriedade privada e a exploração de trabalho pelo capital e com isso propiciar em boa parte o atendimento das necessidades materiais das massas. Isso porém não deve impedir que uma análise crítica seja feita por aqueles que se filiam à tradição clássica do marxismo, visando a não reprodução de deformações que se verificaram em vários países que transitam para o socialismo.

E sabido que a teorização de Marx e de Engels sobre a revolução socialista foi formulada a partir dos países do capitalismo desenvolvido. E que estavam plenamente corretos.

Sabe-se, entretanto, que Marx em seu debate com os populistas russos (ver Carta a V. Zasulich, 1881) desau-

torizou certa leitura mecanicista feita a partir de suas formulações, alertando para a possibilidade da transformação social na Rússia. País este de tipo asiático, conforme o caracterizou Lênin, onde predominavam formas atrasadas, asiáticas e feudais.

Nesse país, que era um **elo débil da cadeia imperialista** (Lênin), eclodiu a revolução socialista, e que pelo seu caráter retardatário teria que, sob o socialismo, desenvolver uma industrialização quase inexistente, dadas as dimensões do país, e transformar a sua complexa estrutura agrária, onde existiam desde a aldeia comunal pré-capitalista até o latifúndio feudal. É dentro desse quadro aqui exposto de forma resumida, que se deve partir se se pretende entender os problemas da transição socialista.

Tudo isso significou o aparecimento de problemas teóricos que sequer tinham sido mencionados por Marx e Engels. Surgiu então a grande questão: como fazer uma revolução num país atrasado? Essa realidade concreta deu origem ao que, na falta de uma caracterização melhor, poder-se-ia chamar de **socialismo de acumulação**, isto é, a **necessidade de se implementar um programa de industrialização acelerada, que normalmente seria feita sob o capitalismo; ou seja, apesar da abolição da propriedade privada e da coletivização dos meios de produção, houve a necessidade de apropriação de excedente e sua distribuição racional coletiva, visando o atendimento das necessidades materiais das massas trabalhadoras.**

Tudo isso gerou, desde o início do processo revolucionário, dificuldades e deformações a ponto de Lênin caracterizar o Estado Russo, em 1921, como **"um Estado operário com deformações burocráticas"**. Após a morte de Lênin e com a ascensão da fração stalinista no poder, essas deformações deixaram de ser combatidas — como fez Lênin desesperadamente nos últimos anos de sua vida — e passaram a ser a base de sustentação dessa nova concepção que se tornava dominante na União Soviética: o **stalinismo**, responsável pela **liquidação sistemática das discussões internas, inicialmente através de medidas administrativas contra as tendências anti-stalinistas, e depois através de procedimentos judiciais e repressivos. É sabido que o predomínio da fração stalinista no seio do PC russo e sua generalização para os PCs dos demais países socialistas e mesmo dos países capitalistas, fez com que uma concepção burocratizada e deformada de partido e de Estado se solidificassem, de forma quase inquestionável. Isso acarretou a adoção de uma concepção que privilegiasse um ritmo acelerado de industrialização em detrimento de uma autêntica democracia proletária, inspirada nos soviets russos de 1905 e 1917 e na Comuna de Paris, ou seja, numa verdadeira ditadura do proletariado.**

Esse é o grande desafio do mundo socialista: como conquistar o reino da liberdade junto ao reino das necessidades? Como recuperar a essência da ditadura do proletariado, inspirada na Comuna e nos soviets, e que evidentemente não se efetivou na União Soviética?

É necessário reafirmar, entretanto, que o combate ao stalinismo ainda vigente implica a recuperação da essência das concepções de Marx, Engels e Lênin, — quer no que diz respeito à ditadura do proletariado, quer no que concerne à formulação partidária, que para os clássicos implicava o organismo forjador da teoria e da razão revolucionária, e não na concepção petrificada e burocratizada do partido desenvolvida pelo stalinismo — e não como têm feito os PCs eurocomunistas, recuperando e sucumbindo ao liberalismo burguês.

O exemplo da Polônia é decisivo para o avanço do socialismo: apesar da debilidade ideológica da classe operária polonesa, sua luta pelo controle efetivo do poder recupera o sentido dos soviets, significando uma contraposição total ao socialismo burocratizado, onde o partido se encontra totalmente distanciado das massas.



Stalin e Trótski: rivais pela sucessão de Lênin



Largueza e erudição

A contribuição de Michal Kalecki, por Jorge Miglioli

Em janeiro passado, o nº 290 de **Movimento** publicou uma resenha em que apreciei duas coletâneas de trabalhos de Michal Kalecki, ambas organizadas pelo prof. Jorge Miglioli, da Unicamp, que as precedeu de esclarecedoras introduções. Alguns meses depois, veio à luz a obra de Miglioli, que agora comento, na qual, com largueza e erudição, aborda a contribuição científica do notável economista polonês. A questão da demanda efetiva, central para Kalecki como para a corrente keynesiana do pensamento econômico, encontra aqui uma exposição histórico-teórica dotada de profundidade e clareza. A literatura econômica nacional ganhou uma contribuição de primeira linha e o leitor interessado no assunto tem à sua disposição uma fonte idônea e acessível.

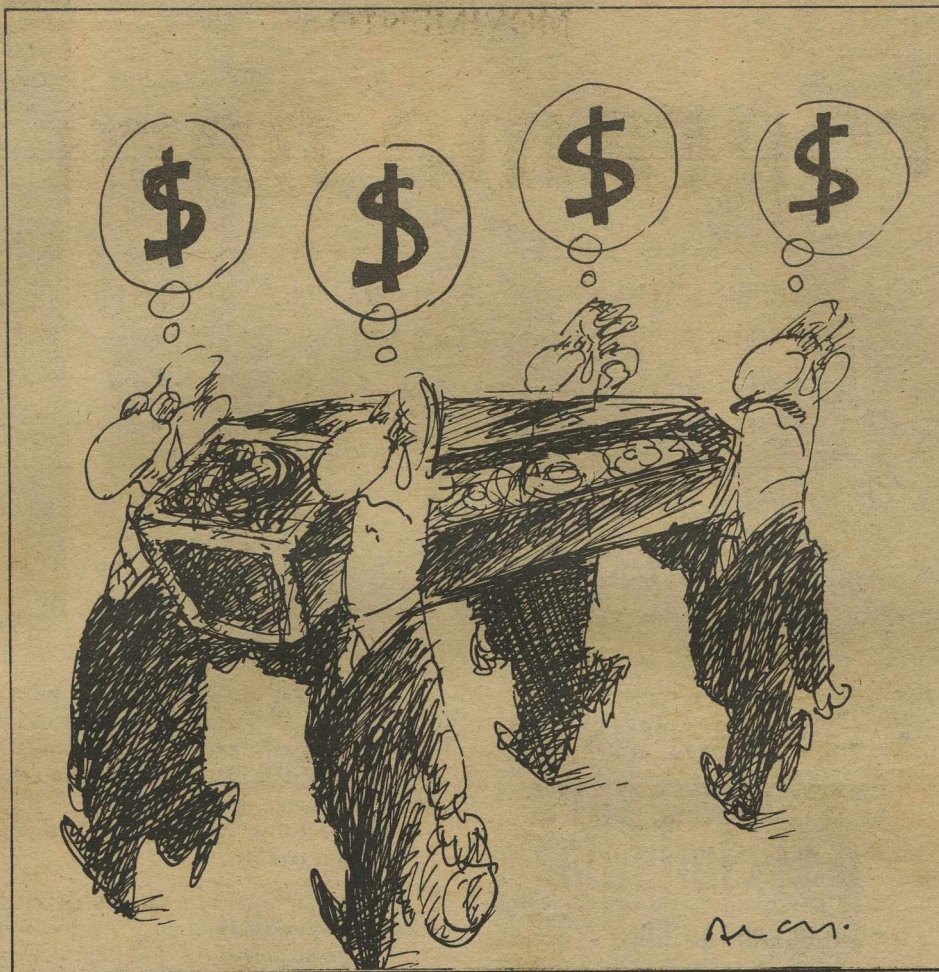
O problema da demanda efetiva é o problema que Marx chamava de **realização** da forma-mercadoria do capital ou, de maneira mais corrente, da venda das mercadorias produzidas e sua conversão em dinheiro. Escorada no prestígio de Ricardo, a "lei de Say", durante mais de um século, dominou a teoria econômica burguesa com o postulado de que a produção cria exatamente uma demanda correspondente. Em consequência, a demanda efetiva simplesmente não existe como problema, cabendo à economia capitalista a imagem de um sistema cujo estado espontâneo é o do equilíbrio.

A "lei de Say" foi, já nos começos do século XIX, rejeitada por Malthus, o que lhe valeu a reabilitação póstuma, devida a Keynes. Mas a argumentação de Malthus era inconsistente e é preciso ser keynesiano para prestar-lhe homenagem. A crítica de Marx à "lei de Say" atinge o alvo com uma fundamentação muito diversa; lastreada na teoria do valor e da mais-valia. No entanto, se não tinha dúvida de que a demanda efetiva constitui um problema com o qual o capitalismo é obrigado a conviver dia a dia, Marx não o tornou o eixo do seu sistema teórico, pois o encarava como decorrência da necessidade vital suprema do capitalismo: a valorização do capital.

A parte dedicada a Kalecki, doravante obrigatória para o estudo do economista polonês, não só apresenta o essencial da sua contribuição, como também aponta criticamente algumas de suas insuficiências. Limite-me a reiterar a objeção expressa na resenha anterior e acrescentar uma dúvida acerca do grau de validade científica da equação dos determinantes do investimento, a qual é súmula conclusiva da elaboração teórica de Kalecki. Uma vez que o número de determinantes é, a rigor, indeterminado — o que se infere do comentário do próprio Miglioli —, parece-me que a equação não serve senão como referencial hipotético.

(Jacob Gorender)

ACUMULAÇÃO DE CAPITAL E DEMANDA EFETIVA — Jorge Miglioli, T. A. Queiroz Ed., São Paulo, 1981, 301 p.



LITERATURA

Criticando o rei Midas do capital

Uma alegoria com muito humor e fina crítica social

O escritor Sílvio Fiorani dedica-se a um gênero de ficção não muito explorado no Brasil — a literatura do absurdo, do fantástico. Contista revelado na boa safra dos anos 70, seu último trabalho é o romance "A morte de Natália", uma alegoria que mantém fortes liames com a realidade.

Com muito senso de humor o romance narra os acontecimentos em torno da agonia, morte e sepultamento de Natália Ramatazzi, 150 anos, imigrante italiana, e austera matriarca de numerosíssimo clã. A partir da agonia da anciã, os fatos se desencadeiam, constituindo um fenômeno de dimensões nacionais.

Usando o conceito de Umberto Eco, diríamos que o romance de Fiorani é uma "obra aberta"; isto é, comporta diversas interpretações. Achamos que ele é basicamente um romance de crítica social. Em apoio a esta interpretação, citaremos três situações.

A primeira seria uma crítica à família, no que ela tem de mais hipócrita e conservadora. Havia todo um ritual, pré e pós-mortuário, rigidamente orientado pela matriarca antes de seu período de agonia (que durou 183 dias!). Filhos e filhas junto ao seu leito, cada qual simulava o pranto mais desesperado, cada qual mais interessado nos milhões de libras esterlinas de ouro que, conforme a lenda, a velha guardava secretamente. E a mentalidade conservadora sobrevive a Natália: "mesmo depois de morta a velha dava ordens".

A segunda situação envolveria em nosso entender uma crítica ao capitalismo. Milhares de pessoas acorreram à pequena cidade, ao saberem que estava à morte a macróbia, tida como eterna. A cidade tornou-se um centro de peregrinação, onde passou a florescer epidemicamente todo tipo de comércio. O capitalismo — espécie de rei Midas que tudo transforma em mercadoria — encontra, naquele lugar e momento, uma excelente base para se reproduzir. O próprio prefeito local, em consórcio com o delegado, dada a existência de "demanda", importa prostitutas e monta um lucrativo bordel.

A terceira situação — sempre conforme nossa interpretação — veicula uma crítica à utilização alienante da arte e dos meios de comunicação. Enquanto a matriarca definha em lenta agonia, chega à cidade uma companhia circense. Seu diretor — por oportunismo? — resolve encenar no palco o tema "a agonia de Natália". E o faz com tal "realismo" que era indiferente ir à casa da velha para ver o real, como ao circo, onde sentado podia ver o espetáculo mais comodamente.

Muitos permaneceram no circo dias a fio, assistindo à encenação da **agonia**. Ficaram indignados, quando descobriram, muito tempo depois, que Natália já estava morta e sepultada.

Desta forma, "A Morte de Natália" não é, na verdade, nem absurdo nem fantástico. No entanto, não se trata de um "prato feito". Sílvio Fiorani põe na mesa variadas iguarias e temperos. Mas é o próprio leitor quem deve servir-se, construindo, um tanto a seu modo, o seu próprio prato em parceria com o autor.

(Carlos Machado)

A MORTE DE NATÁLIA — Sílvio Fiorani, Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1981 128 p.

Um clássico de direita

A atualidade de Raymond Aron, agora editado pela UnB

A Editora da Universidade de Brasília tem-se especializado em promover a publicação de obras de pensadores, se não de direita, pelo menos simpáticos à mesma. Entre elas encontram-se algumas de maior importância e de melhor qualidade.

Tal é o caso, por exemplo, deste livro de Raymond Aron, originalmente publicado em francês há quase vinte anos. É surpreendente a atualidade do pensamento do autor. Pode-se discordar de muitas de suas colocações, mas é forçoso reconhecer tanto a acuidade de suas idéias como a relevância dos problemas a que elas se referem.

O trabalho se divide em duas partes e uma "introdução geral". Esta compreende as quatro primeiras "lições", por meio das quais Aron define os conceitos que irá utilizar no resto do livro, nelas contrapondo o pensamento de Marx às idéias de Tocqueville e Montesquieu. Já nas seis "lições" da primeira parte, ele trata do crescimento econômico inerente à emergência e à evolução das sociedades industriais contemporâneas. E, nas oito "lições" restantes, que integram a segunda parte, ele apresenta e contrasta os vários tipos de sociedades industriais, concentrando-se na comparação das economias capitalistas e socialistas.

Como não poderia deixar de ser, Marx é de longe o autor mais comentado e, embora as análises de Aron nem sempre sejam simpáticas ao seu pensamento, elas apresentam até hoje vários pontos de interesse. Outro mérito deste livro reside no fato de ter sido provavelmente um dos primeiros a postular enfaticamente a convergência das atuais sociedades industriais capitalistas e socialistas para um único modelo econômico e político. A tendência em questão não exclui, evidentemente, a diversidade e a rivalidade que existem entre elas.

Na penúltima "lição" do seu "livro", Aron consegue sintetizar o seu pensamento a esse respeito através das seguintes proposições: "Tendo a achar que as economias, geralmente, se assemelham a modelos imperfeitos; a combinação de mecanismos do mercado com a intervenção do planejamento não me parece ser uma fase intermediária entre o liberalismo puro e a planificação integral, mas talvez seja uma forma destinada a subsistir. Do mesmo modo, acho que a evolução da economia soviética implica a reintrodução de certos mecanismos que tenderíamos a chamar de capitalistas".

Constatações como estas têm o seu valor, independentemente de quem as formula. Isto quer dizer que, além de apenas criticar os autores de que divergimos, não devemos deixar de aprender com eles sempre que possível. Com essa postura, a nossa crítica pode, inclusive, ganhar maior vigor e consistência.

(Tamás Szmrecsányi)

DEZOITO LIÇÕES SOBRE A SOCIEDADE INDUSTRIAL — Raymond Aron, Martins Fontes/Editora da UnB, São Paulo, 1981, 274 p.

Novo programa para o jornal

O debate preparatório da próxima Convenção de **Movimento** vem suscitando questão da maior importância para a oposição operária e popular. Na condição de colaborador e amigo do jornal, entro neste debate ao lado daqueles companheiros que vêm defendendo a necessidade de alterações substanciais no seu programa. Considero que essas mudanças correspondem ao caráter frentista, democrático e popular do jornal e se apresentam como indispensáveis à sua adaptação às novas condições criadas pelo aguçamento da crise econômica e pelo aprofundamento da luta de classes no país.

Quais, sucintamente, os traços gerais dessa nova situação? Primeiro, o bloco no poder implementa uma tentativa de saída monopolista para a crise.

Leva a cabo uma política econômica que lança sobre os trabalhadores o ônus principal da crise, faz novas concessões ao capital financeiro internacional e prepara o terreno para um novo ciclo de expansão capitalista que fortaleça, ainda mais, os monopólios e a dependência ao imperialismo. Do ponto de vista político, através da "abertura", busca alianças com setores da oposição burguesa, o isolamento das forças populares e a estabilização, sob novas formas, do regime político de ditadura dos monopólios.

Segundo, a oposição burguesa tenta aproveitar-se dessa situação para alcançar uma participação no poder. Luta por um alargamento da "abertura" que desemboque numa Assembléia Nacional Constituinte, e, do ponto-de-vista econômico, pleiteia uma reorientação da política econômico-financeira de tal ordem que leve à reformulação do chamado "modelo" brasileiro. Ou seja, o disciplinamento do capital estrangeiro, a renegociação da dívida externa, o estímulo a setores da economia que absorvem um volume maior de força de trabalho, o fortalecimento da indústria de meios de produção, medidas de reforma agrária etc. Em suma, busca a estabilização da democracia burguesa — uma democracia para todo o capital — e a preparação do terreno para um novo ciclo de expansão capitalista que contemple os setores não-monopolistas da burguesia.

Terceiro, a oposição operária popular — os trabalhadores da cidade e do campo — procura superar os efeitos de quase duas décadas de marginalização política por meio do avanço no seu processo de organização, da elaboração de um programa próprio — um programa radicalmente antagônico à saída monopolista e alternativo ao projeto reformista da burguesia oposicionista — para a crise. Esse programa vem sendo elaborado por meio de um debate intenso, da atuação de várias correntes populares e das manifestações de massas por suas reivindicações econômicas e contra a política da ditadura. O movimento operário e popular se desenvolverá e influirá tanto mais no processo político quanto mais rapidamente defina esse programa e se unifique em torno dele.

O país encontra-se, desse modo, em face de três opções políticas e econômicas fundamentais. Do predomínio de

Sem definir-se por um projeto operário e popular, o jornal incorre em grave erro e cai nas águas da conciliação

José Genuíno Neto

uma delas é que dependerá a natureza do período seguinte de sua história. Seria desnecessário assinalar que se trata de opções excludentes nos seus traços essenciais. Enquanto a primeira se distingue por ser conservadora e reacionária, a segunda não vai além do reformismo e só a terceira aponta para uma mudança revolucionária. Essa excludência, entretanto, não elimina uma relativa interpenetração. Por exemplo, entre o projeto do bloco dominante e o da burguesia oposicionista, em aspectos que envolvem disposição do primeiro de fazer concessões à segunda com vistas a obter um alargamento de sua própria base política. É entre o oposicionismo burguês e o projeto popular, no que tange a certos pontos da luta pela liberdade política. Ocorre que o problema básico reside na permanência da ditadura militar, a sua derrubada apresentando-se como uma tarefa que condiciona a realização de todas as reivindicações econômicas, sociais e políticas do povo brasileiro. O regime militar se constitui num obstáculo à própria realização integral do programa oposicionista burguês. O bloco dominante dispõe-se a ceder, mas não tanto que leve a uma repartição do poder com as demais frações do capital por meio de uma democracia burguesa. E, desse modo, o programa operário e popular encontra, necessariamente, pontos de contato com o projeto da oposição burguesa, como é o caso, por exemplo, de reivindicações como a supressão da Lei de Segurança Nacional, a realização de eleições livres e diretas

em todos os níveis e o fim do terrorismo da direita fascista. Se bem cada um desses campos da oposição adote, em geral, métodos distintos de luta, a sua unidade nesses pontos é não só necessária como possível.

Entretanto, no seu relacionamento com a oposição burguesa, as forças operárias e populares, concentrando o seu ataque na ditadura, devem, simultaneamente, evitar a confusão de campos e realizar sempre uma clara demarcação de posições. Seu objetivo deve ser a derrubada da ditadura — e não apenas seu "fim", pela via do alargamento da "abertura" governamental — e a destruição do capitalismo monopolista dependente — e não apenas a reforma do "modelo" econômico, por meio da reorientação da política econômico-financeira em vigor.

Um órgão de imprensa como **Movimento**, que se pretende conseqüente no combate à ditadura e na defesa dos interesses populares, incorre em grave erro ao permanecer indiferente ou pretensamente neutro em relação aos campos fundamentais em que está dividida a oposição. E erra porque, em lugar de ser realmente conseqüente, contribuindo para a explicitação, o aprimoramento e a divulgação do projeto operário e popular, navega inevitavelmente nas águas da conciliação e da absorção do potencial de luta das massas pela oposição burguesa. E não ao contrário, da capitalização do potencial oposicionista

da burguesia por parte do movimento operário e popular.

O programa atual de **Movimento**, elaborado em uma outra situação e influenciado ainda por uma certa indefinição política, não demarca com o projeto oposicionista burguês nem contempla as reivindicações essenciais da oposição operária e popular. Carece, portanto, o jornal de uma perspectiva política clara que concorde com suas próprias intenções. Deixa, por isso, de dar uma contribuição efetiva ao avanço da luta contra a ditadura no rumo da conquista de um regime de liberdades efetivas para as massas populares, e não apenas de uma democracia formal.

E permanece desarmado para posicionar-se firmemente ao lado dos trabalhadores e apresentar-lhes uma alternativa própria também no terreno da luta econômica e das reivindicações sociais.

A contribuição de **Movimento** para o desenvolvimento da luta contra a ditadura na perspectiva dos trabalhadores reclama que ele adquira um conteúdo radicalmente democrático, antimonopolista, antiimperialista e antilatifundiário.

Ou seja, que contemple, no seu programa, entre outros, alguns pontos essenciais como: a) derrubada da ditadura e liberdade política para as massas populares; b) atendimento das reivindicações imediatas dos trabalhadores; c) nacionalização dos monopólios imperialistas e brasileiros e sua colocação sob controle operário; d) não pagamento da dívida externa; e e) reforma agrária radical.

A apresentação dessa proposta, para situar-se numa visão mais abrangente, teria que passar por uma consideração sobre o caráter da sociedade brasileira, o papel da burguesia e o sentido geral da luta contra a ditadura militar. Coisa que o espaço não permite.

Depois dos atentados fascistas às bancas de jornais, para calar a imprensa livre e democrática, ficou difícil encontrar **Movimento** em vários pontos do país. Assim, garanta seu exemplar. E assegure a sobrevivência do seu jornal.

FAÇA UMA ASSINATURA DE MOVIMENTO



Uma campanha de sucesso

Há pouco tempo, lançamos uma campanha para elevar a 10 mil o número de nossos assinantes. Com sucesso, **Movimento** vem contando com o apoio de seus leitores. E continuamos com a nossa campanha. Só falta você! Assine ou dê de presente uma assinatura de **Movimento**, um jornal aberto e independente. E fique por dentro de tudo que se passa na política, economia, ciência, cultura etc., do país e do mundo.

E ganhe assinando **Movimento**

Com a assinatura anual você ganha Cr\$ 2.960,00 em relação ao preço de capa. E muito mais: pode ser paga, SEM ACRÉSCIMO, em duas parcelas. Na assinatura bianual, você ganha Cr\$ 7.020,00 em relação ao preço de capa. Também pode ser paga, SEM ACRÉSCIMO, em 2 parcelas. Faça as contas e ganhe assinando **Movimento**.

- ANUAL (52 edições)
 3.800,00 à vista
 2 x 1.900,00 sem acréscimo
- BIANUAL (104 edições)
 6.500,00 a vista
 2 x 3.250,00

NOME _____ IDADE _____
 PROFISSÃO _____ BAIRRO _____
 ENDEREÇO _____
 CIDADE _____ CEP _____ EST. _____

Para tal estou enviando o cheque nº _____ pagavel em São Paulo em nome de Edição S/A, Editora de Livros, Jornais e Revistas, Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 625, São Paulo, SP, CEP 05415. Preço de assinatura no exterior: anual US\$ 100, semestral US\$ 50. Para a América Latina: anual US\$ 85, semestral US\$ 40. Se a assinatura for feita na Europa, enviar para a Conta Postal CCP: 778-46 SM — Simões Villaschi ou M. Torres — Paris — France.



A destruição da natureza: em nome do lucro fácil

ECOLOGIA

Capital × natureza

O movimento ecológico ocupa um espaço cada vez maior nos meios de comunicação de massa, e consegue cada vez mais adeptos. No entanto, como todo movimento ainda no início, ele ainda não gerou uma proposta e uma alternativa claras para apresentar à sociedade.

A constatação de que o movimento ecológico ainda não foi capaz de produzir uma alternativa para ser apresentada à sociedade não deve nos levar a desprezar a importância e a oportunidade de se levantar a luta contra a depredação da natureza. Pelo contrário, esta luta é muito importante porque coloca em xeque uma das principais características do capitalismo: a necessidade de desenvolver as forças produtivas tendo em vista a acumulação do capital, e não tendo por objetivo atender às reais necessidades da sociedade. É por isso que temos uma depredação dos recursos naturais, sem qualquer preocupação em relação à sua renovação, mesmo sabendo que esses recursos naturais não são inesgotáveis.

O que causa a depredação da natureza, como o conseqüente rompimento do equilíbrio ecológico, não é o desenvolvimento técnico, o desenvolvimento da indústria em si, mas sim esse desenvolvimento voltado para o lucro.

Na realidade, o desenvolvimento da técnica em si, da ciência, é a grande arma que o homem possui para impedir que a natureza se modifique de tal forma que venha a possibilitar a nossa sobrevivência. O desenvolvimento da ciência possibilita ao homem compreender como se realiza o equilíbrio ecológico, como se renovam as reservas naturais e através desta compreensão realizar uma exploração racional das mesmas.

Colocar a defesa da natureza como algo que se contrapõe ao desenvolvimento tecnológico em si é um equívoco reacionário e destinado ao fracasso. Porque a história não anda para trás, a sociedade humana só pode existir através de um constante desenvolvi-

Na sede de lucros, sistema transforma ecologia em consumo

mento das forças produtivas. Ou seja, somente é possível compatibilizar o desenvolvimento científico e tecnológico com a defesa da natureza se este for identificado com os interesses de toda a nação.

Por isso a questão da preservação das nossas riquezas naturais engloba a luta contra uma estrutura econômica voltada a dar lucros sempre crescentes às multinacionais, fazendo parte da luta por um Brasil onde o povo seja dono de seus destinos.

No plano filosófico mais geral, que envolve a concepção de homem, o movimento de defesa das reservas naturais contra a depredação feita pelo capitalismo só pode ser bem-sucedido se for capaz de recuperar a unidade, rompida com a Revolução Industrial, entre o homem e a natureza.

Na verdade, a questão não pode ser colocada como sendo uma questão homem versus natureza. Essa visão tem como pressuposto que o homem não é o resultado do desenvolvimento da natureza, ou seja, que o homem — e portanto o que o homem faz — não faz parte do próprio desenvolvimento da natureza. O homem não pode acabar com a natureza; ele pode modificá-la a tal ponto que não lhe seja mais possível sobreviver no novo meio ambiente.

A raça humana não foi criada "de fora" do desenvolvimento natural do universo, o homem é parte desse mesmo desenvolvimento. Essa separação entre o homem e a natureza surgiu pela primeira vez após a Revolução Industrial, quando o homem aumentando de tal forma sua capacidade de intervir na natureza e de alterá-la, concluiu que a raça humana estava

acima da natureza e que esta, por sua vez, estava à sua disposição para ser explorada. Logo após essa separação será utilizada pelo capitalismo, que transforma a natureza em uma mercadoria para ser consumida como hoje em dia acontece com aqueles para os quais a "consciência ecológica" toma a forma de um "curtir a natureza numa boa".

Na realidade, esta é uma falsa consciência ecológica, que melhor poderia ser chamada de movimento de consumo da ecologia, que assim vai entrando na moda. E como toda moda vai ser explorada pelo capitalismo para gerar lucros e portanto, ainda que indiretamente, contribuir para a depredação que o sistema faz das reservas naturais. E mantém a separação homem/natureza. Para que a defesa da ecologia seja bem-sucedida, parece-nos importante:

1.º) que a luta contra a depredação das reservas naturais não seja desvinculada das lutas pela alteração radical do sistema vigente, no sentido de se voltar o desenvolvimento tecnológico e científico em função das necessidades do conjunto da sociedade;

2.º) que seja combatida a tentativa que está sendo feita pelo sistema de absorver o movimento ecológico, transformando-o no sentido de "curtir a natureza". Se isto ocorrer, o movimento ecológico será absorvido pela sociedade como foi o movimento hippie da década de 60, institucionalizando-o, retirando todo o conteúdo verdadeiramente contestatório que possuía, e daí transformando-o em produto de consumo;

3.º) que se recupere a unidade existente entre o homem e a natureza, demonstrando que um faz parte da outra, preservando-a, explorando-a de forma a permitir sua renovação. Condição sine qua para a sobrevivência da espécie humana.

Centro Educacional Anísio Teixeira
Rio de Janeiro - RJ

Caminhando/SP faz correções

Foi muito louvável a intenção de Movimento (nº 330) ao tentar esquematizar os vários leques de alianças que se constituíram nas chapas para a UEE/SP desde a eleição de sua primeira diretoria até hoje.

(...) Infelizmente Movimento incorreu em simplismo ao se referir à tendência Caminhando. Cabe esclarecer o seguinte.

1. Esta tendência participou **única e exclusivamente** da chapa Solidariedade, juntamente com estudantes ligados ao jornal **Companheiro**, apoiada pela Centelha (**Em Tempo**) e por estudantes ligados à Igreja. É um tremendo equívoco afirmar que **parte da Caminhando** esteve presente na chapa Todo Mundo na UEE e que **outra parte** esteve na chapa Mobilização Estudantil. O mais correto seria afirmar que em ambas as chapas participaram estudantes que **foram** da tendência Caminhando. Da forma como Movimento descreveu a participação de Caminhando nestas eleições, dá-se a equivocada impressão de que esta tendência praticou "entrismo" em duas chapas.

2. A tendência Caminhando não se coloca no centro da polarização PCB-trotsquismo. Essa tripolarização, em nosso entender, não existe. Concretamente, consideramos que existem apenas dois campos: o reformismo e a conciliação por um lado e, por outro lado, um campo classista não conciliador. É errado afirmar que "o centro também dividiu-se em dois, formando as chapas Renovação (TLO e HP) e Solidariedade (Caminhando, Resistência e Centelha). Do ponto de vista político essas chapas colocam-se em campos opostos. Não se surpreendam, portanto, se, no curso do 33º Congresso da UNE, começarem a se conformar dois blocos: **Voz da Unidade, Hora do Povo, Tribuna da Luta Operária, Refazendo e DCE-Mackenzie versus Caminhando, Centelha (Em Tempo), Convergência Socialista, Liberdade e Luta (O Trabalho)** e estudantes ligados à igreja.

Oswaldo T. Higa, candidato da chapa Solidariedade (Caminhando — USP)
Capital — SP

Rio: liberdade de imprensa

Por deliberação da nova diretoria do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro, empossada no dia 11 de agosto passado, será reativada a Comissão de Liberdade de Imprensa, sob a coordenação dos diretores Dênis de Moraes e Fernando Pereira.

No momento em que a nação se empenha na luta pela redemocratização do país, questões como a liberdade de expressão e o direito de informar e ser informado incluem-se, decididamente, no contexto das reivindicações do povo brasileiro.

Por acreditar que a liberdade de imprensa é o princípio de muitas outras liberdades, pensamos em fazer da Comissão mais uma voz em defesa da justiça, dos direitos humanos e, particularmente, dos anseios da comunidade jornalística em exercer legalmente a profissão, sem sofrer constrangimentos. (...)

Sindicato dos Jornalistas
Rio de Janeiro, RJ

Funai: invenção do "meio-índio"

Com a recente divulgação dos Critérios de Indianidade elaborados pela Funai, a Comissão Pró-Índio/RJ vem a público se contrapor a tal documento. Em primeiro lugar, pela sua inconstitucionalidade, já que o Estatuto do Índio define o termo e os conceitos legais do Índio. Em segundo, pela sua incoerência, pois confunde critérios com indicadores sem justificar os mesmos, o que demonstra seu caráter autoritário. E, por último, pelo seu conteúdo racista que estabelece indicadores como a "medição do perímetro cefálico" e itens como "pêlos no corpo" e "mancha mongólica", denotando o uso de conceitos antropológicos já ultrapassados como justificativa científica.

A Funai está partindo da premissa de que o processo de integração transforma o índio em não-índio e não o índio isolado em índio integrado, chegando ao absurdo de estabelecer dentro de seus critérios uma nova categoria, a do meio-índio, como se fosse possível existir tal coisa: seria o mesmo que termos o meio-brasileiro, brasileiro só pela metade. (...)

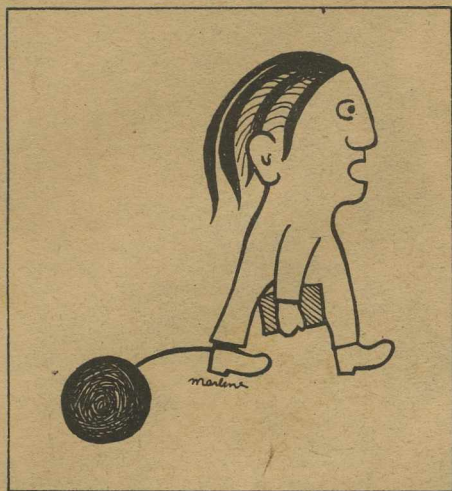
Porém o que existe por trás de tudo isso é o interesse de há muito tempo por parte do órgão protecionista em emancipar as comunidades indígenas cujas terras interessem a grupos econômicos e até ao próprio governo, deixando-as entregues à sua própria sorte, já que a Funai parece encarar o índio emancipado como não índio, e conseqüentemente lavar suas mãos da obrigação de lhes dar todo e qualquer amparo, mais particularmente às lideranças surgidas nos últimos anos, que vêm lutando tenazmente pelos direitos históricos de seus povos.

Comissão Pró-Índio
Rio de Janeiro, RJ



Nessa época de crise, fature algum dinheirinho!

Seja representante do jornal **Movimento** em sua cidade. Escreva ou telefone para Paulo Barbosa, Edição S/A. Rua Virgílio de Carvalho Pinto, 625 — SP — CEP: 05415 — Tels.: 210-6622/210-6744



Contra o ensino antidemocrático

Os alunos da Faculdade Paulista de Serviço Social de São Caetano do Sul realizaram, dia 29/10, um "Dia de Protesto" para repudiar as más condições de ensino e atitudes antipedagógicas do diretor Renato Motti. (...) O caráter do protesto, apesar de centralizar-se nesses pontos, teve um sentido mais amplo: o de repudiar toda a estrutura antidemocrática da Faculdade e a situação deficiente do ensino.

Em conseqüência dessa manifestação, o diretor da Faculdade publicou uma portaria que dá andamento ao processo de expulsão de quatro alunos, além de suspender por 15 dias aproximadamente 80 alunos (quase 30% da escola) (...).

Os alunos, ao ficarem sabendo das punições, realizaram uma assembléia onde discutiram as várias medidas a serem tomadas na luta contra essas expulsões e suspensões. (...)

É necessário frisar que os problemas enfrentados pela Faculdade Paulista de Serviço Social refletem toda a situação do ensino no país, ou seja, a política do governo para a educação e o conseqüente empobrecimento do ensino e da formação profissional, o afunilamento cada vez maior da população estudantil e a ameaça à nossa permanência nas escolas. (...)

Centro Acadêmico Prof. Nelson José
Suzano — São Caetano do Sul, SP

Em nome do Partido Ovnista

As exigências burocráticas e legais para registro de partidos e de candidatos estão limitando demasiadamente a participação livre, aberta e democrática de muitos cidadãos e candidatos para as próximas eleições.

Várias pessoas que pretendem candidatar-se (...) estão sendo praticamente forçadas a desistirem da participação política nas próximas eleições, ou porque não encontram o partido adequado ou afinado com sua ideologia ou porque não são aceitas nos partidos atualmente registrados e legalizados.

Por que então não se permite a candidatura independentemente de registro partidário de candidatos? Por que então não se liberalizam mais as exigências para registro de novos e pequenos partidos?

Segundo o PO (Partido Ovnista), tais exigências estão retardando bastante uma verdadeira democratização e abertura da política brasileira. (...)

Luiz Rebouças Torres, CVNI
Capital-SP

HOMOSSEXUAIS

No país dos modismos

Antes, paparicados; depois do consumo, preconceito e rancor

Escrevi, certa vez, que as reivindicações homossexuais estavam tendo relativa repercussão em certos setores porque o Brasil precisava, para se modernizar, de bichas e lésbicas funcionando como testas-de-ferro da abertura. Agora, após o impacto da onda, parece confirmar-se que esses mesmos setores usaram os homossexuais como um balão de ensaio para controlar os direitos individuais de forma dissimulada. De fato, indícios recentes me levam a crer que, passado o "boom" polisssexual de discutível origem, começou a fase do "sonho acabou" — exceto que, além de fúnebres, as pompas têm sido ferozes. Isso se evidencia, por exemplo, no caso Antonio-Chrysóstomo, onde stalinistas recém-definidas como feministas decretaram, em nome da defesa da família, uma campanha de difamação contra um homossexual atrevido que, após adotar uma menina, recusou-se a mudar seus hábitos para os de uma "bicha-velha respeitável". Resultado:

Chrysóstomo continua em prisão preventiva, mesmo sem culpa formada. Ao mesmo tempo (mas não pelo mesmo motivo), o jornal **Lampião** encerrou suas atividades; lançado num beco-sem-saída, acabou se tornando um simples órgão de gueto, inclusive por um surdo boicote: contavam-se nos dedos os progressistas que liam esse órgão alternativo. Outro fato é a atomização e desgaste do periclitante Movimento Homossexual, minado por todo tipo de inseguranças subjetivas e assaltado por militantes esquerdistas mais preocupados em fazer proselitismo partidário do que em defender direitos de importância, para eles, secundário:

Mais recentemente, aconteceu a polêmica entrevista de Dina Sfat na revista **Veja**, onde essa atriz fala sobrejamente contra os homossexuais, a partir da tribuna que ela merece enquanto Musa-do-Próximo-Verão-da-Classe-Média Carioca. Não me surpreendeu tanto o teor rancoroso das afirmações dessa atriz considerada progressista, mesmo porque é sabido que o próprio teatro onde ela se formou era refratário à presença de homossexuais nos seus quadros. Antes, seu tom ressentido me assusta por manifestar agressividade contra um estilo de vida que ela diz conhecer.

Porque privou com algumas pessoas homossexuais, Dina Sfat de repente se dá o direito de cometer o mesmo imperdoável deslize dos meios de comunicação mais sensacionalistas: generaliza em cima de preconceitos. Assim, se Clodovil é homossexual, todos os homossexuais serão costureiros sarcásticos e elegantes — o mesmo que tachar todos os heterossexuais de execráveis só por causa de Jece Valadão. Com três palavrinhas ressentidas Dina Sfat definiu milhares de homens deste país (muitos mais do que ela imagina!!!) como meras "simulações

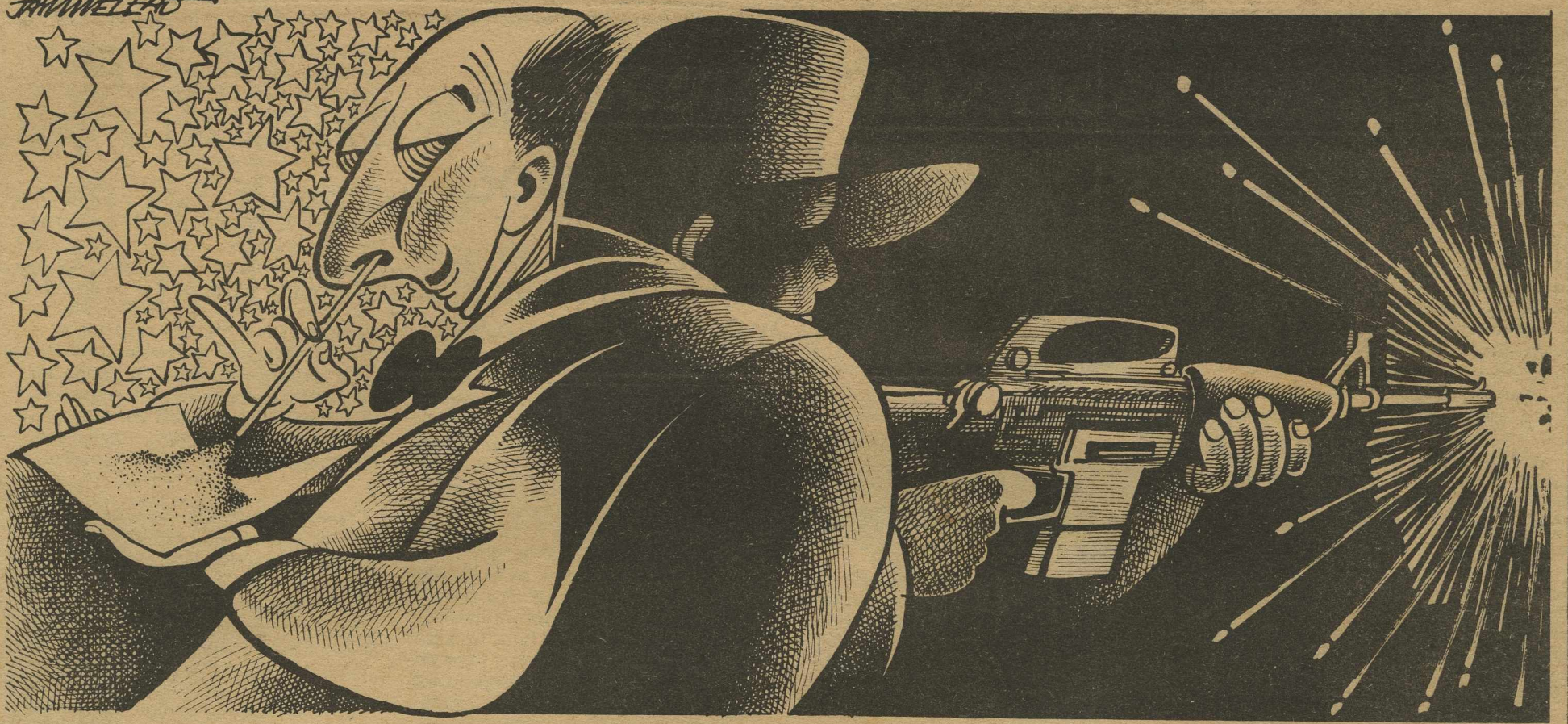
do feminismo" (sic) — e, no caso, sequer fez alusão às lésbicas que naturalmente não existem, conforme já dizia a rainha Vitória. Pior: Dina se define a si mesma como uma "odalisca" que perdeu o trono para as bichas... Ora, esse é o mesmo tom catedrático e blasé que tenho notado ultimamente em certa parcela esclarecida da população — a mesma que há pouco tempo atrás paparicava os homossexuais. Depois do consumo, cuspa-se o bagaço: para essa gente, as eventuais investidas (na verdade, gestos de defesa) de liberação homossexual tornaram-se então um modismo descartável — como deixa bem claro a entrevista de Dina. Parece-me escandaloso classificar os gostos sexuais dos "outros" como "moda de verão".

Trata-se, a meu ver, de uma atitude sofisticada mas não menos repressiva do que a truculência do delegado Richezzi, que certamente nunca soube da existência de uma "moda geui", visto que jamais deixou de dar batidas sistemáticas contra locais públicos freqüentados por supostos homossexuais. Receio que os fazedores de moda não vêem um palmo adiante de Ipanema-Leblon-Barra e confundem a futilidade das novelas da Globo (eventualmente receptivas ao estilo homossexual mais conformista) com o gosto mais corrente no país.

Por essas e outras, sou levado a crer que, neste surrado País do Carnaval, as pessoas homossexualmente ativas foram colocadas no meio folclorizado Bloco da Abertura, servindo como sangue novo para reforçar o conformismo dos progressistas de última hora. Sim, porque nossos setores esclarecidos da população criaram um "jeitinho brasileiro" de ser progressista sem mudar absolutamente nada: absorvem as mudanças com superficialidade gritante, através de disfarces primorosos. Talvez por isso sejamos conhecidos, em outros países da América Latina, como "los macaquitos". O que, na verdade, esses setores falsamente progressistas se recusaram a compreender é que a luta dos assim-definidos homossexuais extravasa de muito o mero território do desejo divergente e, inclusive, os limites da sexualidade em si. Basta lembrar (mais uma vez) que a sexualidade é talvez o último território selvagem do ser humano, sendo o amor homossexual uma de suas manifestações potencialmente mais rebeldes, já que pode corroer (ou perverter) o modelo sexual institucionalizado.

Portanto, criar modas sexuais — sejam eles homo, hetero, bi, etc. — significa compartimentalizar e barrar o desejo, que só floresce no reino do múltiplo e do imprevisível. Se há uma importante lição política a tirar desse encontro com um desejo liberado é a de que os modelos e padrões estão sempre ligados a um referencial de normalidade extremamente perigoso por simplificador, maniqueísta. E é justamente esse maniqueísmo cristão de 2.000 anos atrás que, disfarçado sob rótulos revolucionários, descubro fazendo escola neste país. Que o digam a Musa Dina Sfat e os perseguidores de Antonio Chrysóstomo. Aliás se são esses os progressistas do Brasil, talvez fosse melhor repetir as palavras de Thomas Mann: Deus tenha piedade de ti, meu país.

João Silvério Trevisan
(ex-editor do jornal **Lampião**)
São Paulo-SP



O livro **Society Cocaína**, de Percival de Souza (Editora Traço) é fruto, como diz o autor, "de 15 anos de experiência de trabalho na área criminal".

Na década de 1960, a sociedade norte-americana entra numa profunda crise que, juntamente com a guerra do Vietnã, transforma aquele país num enorme viveiro de dependentes em drogas "pesadas": a heroína e a cocaína. O abastecimento deste enorme mercado era realizado através de uma rota via Marselha, França: era a "French Connection". Com a ruptura, pelos policiais americanos e europeus da "French Connection", surgiu a "Latin American Connection": a heroína passa a ser enviada para os EUA e Europa via América Latina.

Na medida em que a "Latin American Connection", foi ganhando importância, aumentava a possibilidade de aproveitamento da cocaína no mercado americano, a ponto de existirem hoje 10 milhões de americanos que usam regularmente a droga. As 40 toneladas de cocaína que este ano entrarão no mercado americano, alcançarão um valor de 30 bilhões de dólares, faturamento só inferior a 6 das maiores empresas norte-americanas.

Dentro da "Latin American Connection", o Brasil ganha importância, pela facilidade de transporte e do refino da droga em seu território e pelo grande mercado consumidor de cocaína, formado pela "Alta sociedade". Custando 5 mil cruzeiros por grama, a cocaína somente pode ser consumida por pessoas com alto poder aquisitivo; é nessa faixa social que encontramos os maiores traficantes. Com poderosa influência política e muito dinheiro para gastar em suborno, os traficantes conseguem total impunidade.

Exemplo dela é o caso do engenheiro Roberto Cláudio da Silveira, preso no seu apartamento com o médico Jairo L. Cabral, com muita cocaína e uma agenda com mais de 100 nomes de compradores regulares de cocaína. Entre esses nomes, muitos eram de "gente importante", afirmaram policiais que tiveram acesso à agenda. No entanto, na polícia, a agenda foi cortada por uma "tesoura enferrujada": muitos nomes sumiram, e o caso do engenheiro e da agenda acabou por cair no esquecimento.

Caso não muito diferente envolveu Flay Campo Queirós, filho de Pedro Queirós, um dos maiores destiladores de cocaína na fronteira Brasil-Bolívia. Denunciado há dois anos, e com um

TÓXICOS

Na alcova dos colunáveis

No livro **Society Cocaína**, a denúncia de Percival de Souza. Porém, há teses dúbias quanto à forma de combate às drogas

Sérgio Lessa

processo que já possui mais de 400 páginas, Flay continua solto e traficando.

No entanto, o livro de Percival de Souza não se limita a fazer uma extensa denúncia sobre a corrupção nos meios policiais e das "conexões" deste meio com a alta sociedade. Ele procura também demonstrar a veracidade de duas teses que os órgãos oficiais e a polícia utilizam para justificar suas atuações.

A primeira tese explica o "boom" do consumo de drogas pela existência de traficantes que sabiam aproveitar a curiosidade "natural" dos jovens pelo novo.

Explicar a existência de viciado em drogas pela ação dos traficantes é um argumento presente no "senso comum", e que o sistema utiliza para justificar a necessidade dos aparelhos repressivos.

Na realidade, a existência da produção e distribuição organizada de drogas está diretamente relacionada à existência, ao menos em potencial, de um grande mercado consumidor de tóxicos.

A existência desse mercado está ligada aos períodos de crise estrutural dos modos de produção, como ocorre em nossos dias, quando aumenta o consumo de drogas que afetam o sistema nervoso central. Isto ocorre porque a classe dominante perdeu sua razão de ser enquanto classe, o que se reflete, dialeticamente, numa "crise de identidade" da classe dominada, o que expli-

caria o aumento de drogas também por esta parcela da sociedade.

Simplificar o problema de forma a torná-lo apenas uma questão de "orientação" para os jovens, e "repressão" para os traficantes, é, na realidade, ajudar o sistema a se justificar e iludir as causas mais profundas da crise em que vivemos.

A segunda tese que o livro considera verdadeira é que a polícia se dividiria em "bons" e "maus" policiais: os profissionais honestos e devotados ao "combate ao crime", de um lado, e profissionais de outro, que manchariam a imagem da polícia junto ao público.

Argumentos contra esta tese encontramos no próprio livro. Por exemplo, na história do policial S. que, inicialmente "honesto", acaba por aderir ao grupo de "corruptos". Essa história não é a exceção, como faz crer o livro, mas a regra. Todo aparelho repressivo é corruptível numa sociedade capitalista, onde quem manda é o dinheiro. Não se trata de uma questão de pessoas, de colocar policiais "honestos" em locais "corretos". A questão é a própria base da nossa sociedade, capitalista e autoritária, e por isso todos os seus aparelhos de poder têm, como forma normal de funcionamento, a corrupção.

Como para o autor a questão do consumo de drogas seria resolvida pelo binômio orientação para os jovens/repressão para os traficantes, resta mais natural que seu livro apóie a tese de que é necessário fortalecer ainda mais os aparelhos repressivos. Nessa perspecti-

va, casos de tortura são citados no livro como absolutamente normais e necessários. A única palavra de condenação à arbitrariedade policial parte de um delegado corrupto, ao protestar contra a prisão de um conhecido traficante de cocaína que ele acobertava. Como se protestar contra a arbitrariedade policial fosse fazer o jogo dos "corruptos" dentro da polícia!

Personagens bem conhecidos, como Sérgio Paranhos Fleury e Erasmo Dias, vão adquirindo, conforme lemos o livro, a forma de heróis. Não de super-heróis, mas de heróis humanos, que como todos os humanos, têm defeitos. Mas seus defeitos são compensados pela coragem e valentia com que enfrentam o crime. Fleury, responsável pela morte em tortura de diversos opositores da ditadura, é apresentado como um homem de coragem, que ameaça grandes traficantes e desbarata a rota da cocaína montada e comandada no Brasil pelo mafioso Tommaso Buscetta. Sua misteriosa morte na Ilha Bela, local importante no tráfico de cocaína no país, em um iate cuja posse seus mínguaos salários como delegado não poderiam comprar, não merece nenhuma linha do autor. Das ligações de Erasmo Dias com o jogo do bicho em São Paulo, nenhuma referência é feita. Nenhuma inicial sequer é apontada de governadores de Estado, de secretários de Segurança, de assessores jurídicos daquela secretaria, e outras autoridades que, muitas vezes, como conta o autor, entrevistaram pela soltura e "sumiço" das fichas de traficantes presos em flagrante com quilos de cocaína.

O livro **Society Cocaína** nos revela uma série de fatos que são desconhecidos do público. Nisto reside o seu mérito. No entanto, ao assumir como verdadeira a postura oficial de que a questão da droga se resolve com repressão aos traficantes e viciados, e de que é necessário o fortalecimento ainda maior dos aparelhos repressivos, acaba por justificar a existência de "Fleury" e "Erasmos".

Por isso, ao final do livro, permanece uma dúvida: por que o autor não revelou tudo o que sabia, inclusive os nomes de autoridades federais e estaduais que acobertam, e que, portanto, lucram com o tráfico de drogas?

SOCIETY COCAÍNA — Percival de Souza, Traço, São Paulo, 1981, 166 p.